

Movimentos Sócio-Territoriais e a construção de territorialidades contra-hegemônicas na Bolívia

Marcelo Argenta Câmara



**MOVIMENTOS
SÓCIO-TERRITORIAIS
E A CONSTRUÇÃO DE
TERRITORIALIDADES
CONTRA-HEGEMÔNICAS
NA BOLÍVIA**

La Colección Becas de Investigación es el resultado de una iniciativa dirigida a la difusión de los trabajos que los investigadores de América Latina y el Caribe realizan con el apoyo del Programa Regional de Becas de CLACSO.

Este libro presenta la investigación que el autor realizó en el marco del concurso de proyectos para investigadores de consolidación académica sobre *Cultura, poder y contra-hegemonía en América Latina y el Caribe* organizado por el Programa Regional de Becas de CLACSO con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional, Asdi. Los contenidos de este libro han sido seleccionados y evaluados en un proceso de revisión por pares.

Argenta Câmara, Marcelo

Movimentos sócio-territoriais e a construção de territorialidades contra-hegemônicas na Bolívia : uma contribuição desde a geografia para o estudo dos movimentos sociais . - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2013. - (Becas de investigación / Bettina Levy)
E-Book.

ISBN 978-987-1543-99-1

1. Movimientos Sociales. 2. Bolivia. I. Título
CDD 303.484

Otros descriptores asignados por la Biblioteca Virtual de CLACSO:
Movimientos sociales / Territorio / Territorialidad / Poder local / Movilizaciones / Colonialismo / Estado / Estrategia del desarrollo / Cultura / Bolivia

COLECCIÓN BECAS DE INVESTIGACIÓN

**MOVIMENTOS
SÓCIO-TERRITORIAIS
E A CONSTRUÇÃO DE
TERRITORIALIDADES
CONTRA-HEGEMÔNICAS
NA BOLÍVIA**

**Uma contribuição desde a Geografia
para o estudo dos movimentos sociais**

Marcelo Argenta Câmara



CLACSO

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



CLACSO

Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

Editor Responsable Emir Sader - Secretario Ejecutivo de CLACSO

Coordinador Académico Pablo Gentili - Secretario Ejecutivo Adjunto de CLACSO

Colección Becas de Investigación

Directora de la Colección Bettina Levy - Coordinadora del Programa Regional de Becas

Asistentes del Programa Natalia Gianatelli - Magdalena Rauch

Área de Producción Editorial y Contenidos Web de CLACSO

Responsable editorial Lucas Sablich

Director de Arte Marcelo Giardino

Arte de tapa Marcelo Giardino

Primera edición

Movimentos Sócio-Territoriais e a construção de territorialidades contra-hegemônicas na Bolívia. Uma contribuição desde a Geografia para o estudo dos movimentos sociais.

(Buenos Aires: CLACSO, mayo de 2012)

ISBN 978-987-1543-99-1

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Queda hecho el depósito que establece la Ley 11723.

CLACSO

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

Estados Unidos 1168 | C1023AAB Ciudad de Buenos Aires | Argentina

Tel [54 11] 4811 6588 | Fax [54 11] 4812 8459 | <clacso@clacso.edu.ar> | <www.clacso.org>

Patrocinado por la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional  **Asdi**

No se permite la reproducción total o parcial de este libro, ni su almacenamiento en un sistema informático, ni su transmisión en cualquier forma o por cualquier medio electrónico, mecánico, fotocopia u otros métodos, sin el permiso previo del editor.

Este libro está disponible en texto completo en la Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO <www.biblioteca.clacso.edu.ar>

La responsabilidad por las opiniones expresadas en los libros, artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

ÍNDICE

PRÓLOGO		9
INTRODUÇÃO		11
DA DIVERSIDADE DAS FORMAS DE LUTA AO SURGIMENTO DO TERRITÓRIO ENQUANTO CONDIÇÃO DE R-EXISTÊNCIA		15
DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES		25
A DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO DO AYLLU E A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO SÓCIO-TERRITORIAL		35
PODER LOCAL. DIFERENTES CONCEPÇÕES ESCALARES E ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO		51
CONCLUSÕES		99
BIBLIOGRAFIA		105

PRÓLOGO

ESTE LIBRO PRESENTA LA INVESTIGACIÓN REALIZADA durante el año 2008 por Marcelo Argenta Câmara en el marco del Concurso CLACSO-Asdi sobre “Cultura, poder y contra-hegemonía en América Latina y el Caribe” para investigadores de consolidación académica. Los resultados finales de esta investigación fueron actualizados en el año 2009.

Esta iniciativa forma parte de un conjunto de actividades que el Programa Regional de Becas de CLACSO viene desarrollando con el objeto de fortalecer la producción académica latinoamericana y caribeña y promover la reflexión crítica sobre los grandes desafíos que enfrentan las sociedades de la región. Este concurso fue organizado con la intención de promover investigaciones que dieran cuenta de los modos en que se configuran y reorganizan las creencias y conocimientos en nuestras sociedades y al interior de los nuevos y diversos bloques nacionales y populares e indígenas comunitarios. Con esta iniciativa se pretendió profundizar la comprensión de las formas en que estas ideas se articulan en las prácticas y luchas sociales ya sea generando estrategias de resistencia o bien legitimando las relaciones de dominación que afectan a grupos sociales significativos.

Queremos destacar que esta actividad no hubiera sido posible sin la confianza y el apoyo brindado por la Agencia Sueca de Desarrollo

Internacional (Asdi) quien auspició la organización de este concurso. Asimismo, dejamos constancia del valioso aporte realizado por los académicos que formaron parte de los Jurados que asumieron la tarea de evaluar y seleccionar los trabajos presentados: Ana María Larrea (Instituto de Estudios Ecuatorianos, Ecuador), Ángel Guillermo Quintero Rivera (Centro de Investigaciones Sociales de la Universidad de Puerto Rico) y Carlos Iván Degregori (Instituto de Estudios Peruanos, Perú). Agradecemos también a los directores de los Centros Miembros de CLACSO que respaldaron las presentaciones y facilitaron la tarea de los investigadores en sus respectivas instituciones.

Muy especialmente agradecemos a los investigadores ganadores del concurso por el aporte que hicieron al programa. En orden alfabético sus nombres son: César Abadía, Marcelo Argenta Câmara, Raúl Hernández Asensio, Daniela Laura Mariotti y Julisa Pilar Ramos Quintero.

Programa Regional de Becas
Buenos Aires, junio de 2012

INTRODUÇÃO*

“Nestes últimos meses, eu diria mais, anos, me cansei de escutar, de ver, de ler as notícias sobre a Bolívia. Como o mundo conhecia o que ocorria aqui, a partir da visão que têm –tinham e têm– sobre a Bolívia os jornalistas especializados no ‘in’: ‘a Bolívia é um país in-viável, a Bolívia é um país in-governável, a Bolívia é um país incompreensível’. Nunca tiveram nem terão a coragem de reconhecer que o problema é que para eles a Bolívia é um país in-visível, porque estão cegos ou se fazem de cegos, e são incapazes de reconhecer as esplêndidas energias de coragem, de dignidade, que este país trás em seu seio.”

Eduardo Galeano (2006; tradução própria)

“Seu programa de governo [de Evo Morales] pode ser resumido em poucos itens: renegociar todos os contratos com empresas estrangeiras, nacionalizar o gás, o petróleo e as riquezas minerais; modificar a estrutura social do país e abrir espaço para as comunidades indígenas; combater a pobreza e a exclusão social. Seriam metas difíceis de realizar num país bem organizado. Na Bolívia, o mais pobre da América do Sul e fragmentado por divisões étnicas, sociais e ideológicas, as chances são nulas.”

Ruth Costa (2005: 58)

OS DOIS TEXTOS COLOCADOS À EPÍGRAFE deste trabalho foram, respectivamente, enunciados e redigidos no período entre a eleição e posse de Evo Morales Ayma na presidência da República da Bolívia, entre dezembro de 2005 e janeiro de 2006. O reconhecimento generalizado à importância deste acontecimento — afinal, tratava-se da eleição do primeiro presidente indígena em mais de 180 anos de vida republicana do país de maior percentual de população indígena na América

* Marcelo Argenta Câmara é mestre em Geografia (Análise Territorial) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Aluno do programa de Doutorado em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador vinculado ao Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO).

do Sul –não disfarçava as diferentes expectativas– positivas e negativas –que cercavam o, então, futuro governo. Algumas delas (as negativas) relacionadas principalmente à incapacidade de reconhecimento do potencial contido na diversidade social existente naquele país.

Mas, assim como o reconhecimento a essa inquestionável conquista eleitoral se deu de forma generalizada, também é necessário o reconhecimento de que tal conquista só se tornou possível em decorrência de um longo processo de mobilização social de proporções possivelmente inéditas em nosso continente. É, pois, sobre este processo que se dá o estudo proposto nesta investigação.

As características peculiares apresentadas por aquelas mobilizações, entre as quais destacamos o fato de que os principais protagonistas não se organizavam sob a forma sindicato(-operário) e sim sob formas que privilegiavam as matrizes organizacionais de corte indígena, suscitaram uma série de interpretações que transitaram desde a teoria dos Novos Movimentos Sociais até as considerações sobre a forma multidão de mobilização social.

Não descaracterizando as contribuições trazidas por esses estudos, este trabalho tem como objetivo trazer uma contribuição a essa análise propondo como eixo central de interpretação desses movimentos a questão territorial, trazendo à tona o tema da apropriação espaço –sua territorialização– como eixo central da mobilização social ocorrida na Bolívia ao longo das duas últimas décadas.

Neste sentido, ao assumirmos como marco inicial desse processo a “Marcha pela Dignidade e pelo Território”, protagonizada pelos povos indígenas do oriente boliviano em agosto de 1990, propomos como conceito centralizador deste trabalho os movimentos sócio-territoriais (Mançano Fernandes: 2005), reconhecendo-o como proposição teórica que procura dar conta desse perfil de mobilização social gerado a partir apropriação do espaço (entendida aqui de forma ampla, tema discutido adiante).

A construção da metodologia de trabalho operacionalizada neste projeto buscou dar conta da complexidade do contexto analisado, ao mesmo tempo em que procurou construir uma articulação coerente entre a teoria, método e empiria como forma de construção do conhecimento. Trabalhou-se, aqui, com uma análise que visava a compreensão da formação geo-histórica dos países da América Latina, enquanto formação estrutural sobre a qual se dá a mobilização social, ao mesmo tempo em que se buscou compreender as articulações geradas no cotidiano dos personagens envolvidos, no sentido de que é ali que se constroem as estratégias emancipatórias.

Sendo assim, este trabalho se construiu através da articulação de duas metodologias. A primeira, a abordagem geo-sócio-histórica, apoia-

da em “esquemas narrativo-históricos de investigação macrosocial” (Sautu et al., 2005: 55; tradução própria), baseada na análise bibliográfica e na análise documental de material de imprensa (periódicos diários e semanais), além de documentos construídos pelas organizações sociais presentes nos processos analisados. A segunda, a análise micro-social através da pesquisa participante (Thiollent, 1998), a partir de trabalhos de campo baseados na investigação qualitativa (entrevistas não-diretivas), onde se buscou dar voz aos sujeitos¹ envolvidos no processo. Esses marcos procuraram dar conta da totalidade dos sujeitos territoriais presentes no contexto analisado, amparados na compreensão de que a formação territorial é resultado de uma “perspectiva histórico-dialética (...) que aponta para o entendimento da geografia como uma modalidade de abordagem histórica, dedicada à análise dos processos sociais de formação dos territórios. Isto é, a visão da geografia humana como uma história territorial” (Moraes, 2000: 11).

Na estrutura seguida neste artigo apresentaremos, num primeiro momento, um breve histórico das diferentes formas de mobilização social protagonizadas na Bolívia desde o período colonial, procurando assim dar conta da diversidade de matrizes organizacionais existentes e, associando-as às diferentes conjunturas, compreender o momento em que o território surge como eixo central de mobilização.

A seção seguinte procura, antes de inserir o tema territorial propriamente dito, traçar um apanhado geral dos diferentes estudos até agora presentes sobre a mobilização social na Bolívia, e sobre a relação entre o território e os movimentos sociais.

Discutimos então, a partir daí, o próprio conceito de território, desde sua associação unívoca ao conceito de Estado (Estado-Territorial) até as diferentes correntes teóricas sobre a apropriação do espaço, que nos servirão como arcabouço teórico para as análises presentes nas seguintes seções.

Prossegue-se, assim, a uma análise do processo de des-re-territorialização das estruturas de organização territorial originárias (*ayllus*) para, a partir daí, discorrer sobre as perspectivas teóricas que associam o território ao movimento social, introduzindo a discussão específica sobre o conceito de movimento sócio-territorial.

Reconhecendo a existência de críticas a esta proposta teórica, em especial pela possibilidade de que sua adoção possa conduzir a uma

1 Assumimos a sujeitos por reconhecermos, nos protagonistas dos processos aqui analisados, “capacidade reflexiva sobre suas próprias práticas”. Sendo assim, nos posicionamos ao lado das correntes que privilegiam a pesquisa qualitativa, pois estas “não só percebem e respeitam o indivíduo como responsável por suas ações e opiniões, mas consideram-no capaz de elaborar uma forma de conhecimento sobre a realidade que o circunda” (Brito e Leonardos, 2001: 24).

perspectiva estritamente localista, introduzimos na sequência uma discussão sobre o “poder local”, entendido tanto como estratégia de desenvolvimento, mas também por ser a expressão que batiza o projeto que foi anfitrião dos trabalhos de campo realizados nessa investigação. Assim, de uma discussão teórica sobre as escalas da ação social, passamos à análise empírica, com a apresentação do referido projeto, a análise da conjuntura na qual se insere (Lei de Participação Popular) e sua relação com a cidade de El Alto, *locus* dos processos que conduzem as seções finais deste artigo. Para introduzir essas seções, é discutida a formação da urbe *alteña* e das *juntas vecinales*, protagonistas da ação social naquela municipalidade.

Por fim, fazemos uma análise do conjunto de mobilizações envolvidas nos acontecimentos dos quais assumimos a denominação “Massacre do Gás”², ocorridos em outubro de 2003, reconhecendo ali a diversidade de movimentos que explicitam a proposta teórica assumida nesta investigação. Na conclusão do trabalho faz-se um apanhado geral dos temas até então debatidos.

2 Assumindo a proposta de dar voz aos protagonistas dos processos aqui analisados, ainda que reconhecendo que a alcunha “Guerra do Gás” seja predominante na literatura acadêmica e relatos de imprensa, optamos pela denominação “massacre”: “Dizemos massacre, e não Guerra do Gás. À denominada Guerra do Gás nós como familiares denominamos com esta palavra: foi um massacre. Foram exclusivamente balas de guerra, e (por) instâncias do exterior. Foi um massacre!” (depoimento de familiar de vítima do Massacre do Gás).

DA DIVERSIDADE DAS FORMAS DE LUTA AO SURGIMENTO DO TERRITÓRIO ENQUANTO CONDIÇÃO DE R-EXISTÊNCIA

A DIVERSIDADE GEO-HISTÓRICA DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Pensar de forma exclusiva nos processos recentes de mobilização na Bolívia como novidade é, em grande parte, desmerecer toda uma trajetória de luta incrustada nas estranhas do país desde tempos imemoriais. Talvez, aí sim, a invisibilidade boliviana frente a um mundo eurocentrado e a avaliação pejorativa quase unânime de sua inviabilidade –como visto nos trechos colocados à epígrafe deste trabalho–, tenham sido as maiores responsáveis por, ao nos depararmos com todo um cenário de conquistas cruciais que parecem ter surgido de um momento para o outro, termos pensado em formas inovadoras de mobilização social.

Mas a atenção que se deve depositar àqueles processos nos dá mostras de uma luta travada, se é que ainda necessitamos de datas para nos referenciar, desde 1492, quando com a chegada de Colombo às Antilhas teve início um processo de conquista e colonização de territórios e povos. Falando especificamente sobre os povos andinos, Barnadas nos diz que “quando, a partir de 1534, os primeiros conquistadores castelhanos foram baixando às margens do Titicaca, começava uma nova época para o povo aymara, a de sua servidão colonial” (Barnadas, 1978: 9; tradução própria). Porém, ressalta o mesmo autor, concomitantemente ao processo de colonização dava-se início a um

processo de resistência. Resistência essa que por diversos momentos mudou sua forma de articular-se, de pensar-se a si mesma e nos processos aos quais enfrentava. Porém, ainda assim, uma resistência contínua, no tempo e no espaço, incansavelmente aguerrida, inabalável na recusa a uma dominação que lhe servia como condenação. Condenação de suas formas de agir, de pensar e de ser a um plano de subalternidade, de inferioridade.

Ainda que o autor aponte a carência de fontes que possam delinear de forma mais detalhada as lutas de resistência oferecidas pelos aymaras contra os espanhóis quando da chegada destes, o fato é que os relatos de certa forma abundantes sobre as precárias condições, abusos e maus-tratos oferecidos pelos espanhóis aos povos conquistados não permitem supor aceitação submissa aos desmandos do invasor. Os relatos pontuais referentes aos séculos XVII e XVIII (até o ano 1780) apontavam um descontentamento crescente com os colonizadores.

Já o ano de 1780 marca o início daquilo que o autor denomina “os grandes levantamentos panperuanos”:

Não pode haver qualquer dúvida de que o grande tremor revolucionário dos tempos coloniais deve ser situado entre 1780 e 1783. Frente a tantas vozes que se esforçavam para pintar a realidade americana em tons rosados, a resposta indígena foi inequívoca: não aceitavam o domínio colonizador, apesar de sua inevitabilidade “momentânea”. A mobilização encabeçada pelos irmãos Katari em Chayanta, por Tupaq Amaru na zona de Cuzco e por Tupaq Katari na de La Paz (para mencionar apenas três figuras consagradas), deve permanecer como o ponto central fidedigno na hora de estabelecer quais foram as reais atividades indígenas frente à imposição colonial. (Barnadas, 1978: 13; tradução própria).

Ou seja: a ausência de relatos mais detalhados sobre o período anterior deve ser creditada muito mais ao fato, não exclusivo daquele contexto específico, de que a história é contada pelos vencedores, e não pelos vencidos¹.

O autor nos mostra, igualmente, que a compreensão em relação ao processo colonial era mais profunda do que poderia se fazer crer:

Katari demonstrou que a base do problema ia mais além do que algumas eventuais boas-vontades impotentes: o aymara Katari perce-

1 Ainda que aqui, tomando de empréstimo o título da obra de Silvia Rivera Cusicanqui (2003), possamos admitir a hipótese de uma opressão contínua que não significa uma derrota definitiva, visto a continuidade dos movimentos de resistência.

beu que toda a engrenagem colonial estava pensada para que aquela minoria branca se aproveitasse do suor e da humilhação da maioria indígena. Não se tratava de uma desafortunada casualidade, nem de indivíduos extraordinariamente maus: eram, pelo contrário, os objetivos subjacentes e sempre pressupostos do sistema que produziam, com coerência lógica, aqueles excessos. (Barnadas, 1978: 14; tradução própria)

Ainda que a luta de resistência dos grupos indígenas não tenha refeedo ao longo do século XIX, com destaque para a participação de Pablo Zárate Willka na guerra civil liberal-conservadora de 1899², o fato é que a partir do século XX observou-se uma progressiva penetração das estruturas organizacionais de matriz ocidental, do tipo sindicato. Estas formas de organização teriam importância crescente, relacionando-se também com as tentativas de modernização do país ao constituir a base organizacional dos mineiros, principal atividade econômica nacional. Segundo García Linera “fazer alusão à forma sindicato de mobilização é fazer referência a uma das mais importantes formas de organização enquanto estrutura e enquanto memória de resistência na Bolívia, desde os princípios do século XX” (García Linera, 2005: 29; tradução própria). As primeiras associações surgidas com esse perfil datam da segunda metade do século XIX, relacionadas à memória coletiva dos motins mineiros de 1858, e nos anos seguintes surgiriam outras organizações de mesmo perfil vinculadas aos setores de artesãos, ferroviários e gráficos, entre outros.

A hegemonia do perfil sindicalista na mobilização social boliviana marcaria definitivamente a história do país a partir da participação destas organizações na revolução nacionalista de 1952, e da consequente formação da COB — Central Obrera Boliviana — e sua participação no co-governo com o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Tal hegemonia estava baseada no próprio modelo assumido pelo governo do MNR, focado na proposta de modernização do país através de uma série de reformas político-econômicas, entre as quais se destaca a criação do voto universal, a nacionalização das minas (e criação da estatal COMIBOL — Corporación Minera de Bolivia), e a reforma agrária.

2 “A rebelião de Willka foi talvez a última rebelião indígena autônoma do período republicano. Duramente derrotados e dizimados, seus efetivos se comportaram nela como uma nação dentro de outra nação, expressando em seu enfrentamento aberto contra a minoria *criolla* dominante a ideologia e a prática de uma luta anti-colonial. Através da crise desatada pela rebelião de Zárate, o indígena, como categoria colonial, se reproduzirá nas percepções coletivas da sociedade *criolla*” (Rivera Cusicanqui, 2003: 73; tradução própria).

Analisando-se estes fatos do ponto de vista da organização social, observa-se que as reformas econômicas acabavam por direcionar a mobilização popular para a forma sindicato, tanto no que diz respeito a uma crescente proletarização da população, com o estímulo à atividade mineira e industrial, quanto no conceito que regia a reforma agrária que, ao passar por cima das formas de ordenamento do espaço rural andino para privilegiar uma distribuição de terras com lógica eurocêntrica e, assim, alheia à realidade indígena, levava à “campe-sinização” das comunidades originárias, e à formação dos primeiros sindicatos camponeses no país³. A transfiguração das comunidades indígenas ao campesinato — que Darcy Ribeiro (1986) irá chamar de “indigenato”, por conformar um campesinato etnicamente diferenciado⁴ — terá seu maior referencial na formação da Confederação Sindical Única de Trabalhadores Campesinos da Bolívia (CSUTCB), fundada oficialmente em 1979, como entidade sindical vinculada, a princípio, à COB.

É importante apontar que essa questão — a da sindicalização — pode ser interpretada sob dois pontos de vista, concordantes quanto à necessidade do processo em si, mas discordantes quanto aos motivos dessa necessidade. Do ponto de vista da própria organização popular, a hegemonia da forma sindicato relaciona-se com a própria hegemonia do pensamento marxista quanto à ação, predominante sobre o campo das esquerdas no período. Tem-se aí a interpretação de que todas as formas de opressão presentes na sociedade acabam sendo subjugadas à — ou mesmo são consequências da — ação do capital. Sendo assim, é o tradicional sindicato operário o agente histórico e transformador detentor da missão de romper com a situação de opressão. Nesse sentido, a COB representa uma frente sindical de pleno êxito, partícipe e condutora de um processo revolucionário, em pleno acordo a uma visão de revolução que pressupõe a agudização

3 “Desde 1930 algumas comunidades onde havia se agudizado a exploração, começaram a organizar-se em sindicatos agrários, pela influência ideológica dos marxistas e dos nacionalistas, para lutar exclusivamente pela terra. É a primeira vez na história dos povos originários que as comunidades se convertem em parcelistas, perdendo sua visão como nações originárias. Este foi um processo de redução epistemológica, ideológica e política que favoreceu as classes dominantes do país” (Uño, 2001: 52; tradução própria).

4 “Historicamente os grupos étnicos parecem vincular-se, enquanto tais, às condições socio-econômicas que alguns especialistas denominaram forma camponesa ou sistema ‘mercantil simples’, com todas as suas implicações, não só em termos de relações econômicas [...] senão, ademais, sociopolíticas e ideológicas propriamente ditas. [...] As condições socioeconômicas envolvidas no sistema ‘mercantil simples’, em particular a organização comunitária, proporcionam sustento e vitalidade às formas de identidade étnica” (Díaz-Polanco, 2004: 103-104; tradução própria).

das contradições de um sistema capitalista bem desenvolvido e com uma frente operário-sindical pronta e consciente, a postos para o cumprimento de seu dever histórico⁵.

Mas também, do ponto de vista identitário, a crescente importância obtida pelo sindicalismo operário, como interlocutor direto frente ao Estado, dava também, a cada operário em sua individualidade, a certeza importante de um sentido de futuro. Havia ali uma ideia de nação que se construía tendo o braço forte do operário como motor. E havia, ao menos em algum momento, a parceria do Estado na construção da ideia de nação.

De um ponto de vista conservador, a sindicalização e a campesinização representavam a adesão a valores modernos e o abandono das formas tradicionais de existência no espaço rural andino, tradicionalmente responsabilizado pelo atraso e pelo subdesenvolvimento do país. A existência dos sindicatos representava a entrada do país num universo de produção industrial e de atividades econômicas urbanas organizadas sob forma ocidental, associadas à formação de um operariado disciplinado, possibilitando maiores investimentos e permitindo o desenvolvimento de uma economia capitalista. Também nesse sentido, a reforma agrária e a campesinização representavam o abandono das formas tradicionais de organização sócio-espacial andinas, e a possibilidade de uma maior produtividade agropastoril com vistas ao mercado⁶.

Aqui entra a ironia dos tempos: o mesmo partido (MNR) que conduziu o processo de modernização do país em que a proletarização-

5 No início do século XX José Carlos Mariátegui já alertava a necessidade de uma via particular latino-americana para a emancipação social, frente à interpretação ortodoxa da ação social: “Não queremos, certamente, que o socialismo seja na América decalque e cópia. Deve ser criação heróica. Temos de dar vida, com nossa própria realidade, na nossa própria linguagem, ao socialismo indo-americano. Eis uma missão digna de uma geração nova” (Mariátegui, 2005: 120).

6 É importante destacar que essa situação não é exclusiva do caso boliviano, mas possivelmente comum aos demais países de composição multiétnica e multicultural: “Ainda que por motivos distintos, tanto os pensadores burgueses do século XIX como os teóricos revolucionários contemporâneos estavam persuadidos de que as diferenças étnicas e nacionais tenderiam a desaparecer paulatinamente em favor de uma gradual homogeneização que se alcançaria em um prazo relativamente curto. O primeiro enfoque derivava de uma fé quase religiosa no progresso, cujo ápice se identificava pelo regular com a chamada sociedade ‘civilizada’, ou seja, a sociedade baseada em padrões e tradições culturais ocidentais e nas relações capitalistas em ascensão. Por imperativos do progresso, a humanidade tenderia de modo irrefreável a esse ponto: o alcance da civilização. Enquanto os povos que todavia mostravam traços particulares e diferentes eram assim por encontrarem-se em fases de ‘atraso’, [...] essas singularidades iriam desaparecendo na medida em que ascendessem pelas escadas do progresso” (Díaz-Polanco, 2004: 85; tradução própria).

-sindicalização era parte integrante do projeto seria o condutor das mudanças estruturais que levariam ao fim da hegemonia da COB e à consequente perda de referenciais de mobilização⁷.

A promulgação do Decreto Supremo 21060 (DS21060), em 1986, durante nova presidência do mesmo Víctor Paz Estensoro que estivera à frente do governo do MNR em 1952, modificava o papel da estatal mineira COMIBOL, transformando-a de empresa diretamente atuante no setor mineiro em administradora de contratos. Na prática, a medida representava a diminuição do papel da empresa, lançando milhares de famílias no desemprego, e dando início ao processo de re-localização, pelo qual se acelerou a migração das zonas mineiras às periferias dos grandes centros e, em parte, para o campo⁸. O impacto sobre as frentes sindicais foi enorme, pois privava milhares de trabalhadores do elemento de unidade que antes os fazia sentirem-se pertencentes a um mesmo corpo social⁹.

O projeto político surgido a partir das cinzas da Revolução de 1952 pressupunha uma nova modalidade de estratégia modernizante, agora já em plena adesão aos preceitos do Consenso de Washington. Pelo lado da economia, uma retirada do Estado de atividades até então essenciais, e a intenção de inserção no mercado mundial a partir da concessão da exploração de recursos naturais a consórcios estran-

7 “A miséria dos tempos surgirá a partir do momento em que a reconfiguração da economia, dos suportes estatais e da antiga condição proletária, e não sua preservação, será o programa das elites governantes” (García Linera, 2000: 19; tradução própria).

8 Stefanoni (2003) aponta a re-localização mineira decorrente do DS21060 como um dos três grandes movimentos espontâneos de migração ao Chapare cochabambino e, conseqüentemente, como componente da formação do sindicalismo camponês (cocaleros) na região, num processo ao qual podemos identificar como re-campesinização do proletariado mineiro.

9 “A promulgação do DS21060 [...] modificou de forma permanente a este setor (mineração). Este decreto descentralizava a COMIBOL em quatro subsidiárias (Empresa Mineira de Norte, Sul, Oeste e Leste), além das empresas de fundição de Vinto e Karachipampa. Além disso, determinava a suspensão de qualquer tipo de investimento no setor e das atividades em vários centros mineiros, que desde então não voltaram a operar. Dispôs-se a re-localização de 20 mil operários da empresa, que consistia na sua retirada definitiva da mesma. Estas medidas foram apresentadas como parte de um plano de recuperação da empresa, mas os anos posteriores nos mostram que seu objetivo fundamental era a liberalização econômica do setor mineiro, o fechamento da empresa e o fim do monopólio estatal de acordo com a implementação de uma nova economia neoliberal. A empresa COMIBOL continuou operando em alguns poucos centros mineiros até 1997, ano em que se promulga o Código Mineiro ou Lei 1777, que determinava que a empresa se convertesse em uma administradora de contratos de risco compartilhado e de concessões” (CEDIB, 2005: 9; tradução própria).

geiros. Pelo lado da política, a retirada da COB como interlocutora privilegiada com a sociedade, para dar lugar a uma democracia pactuada entre partidos que uniam as elites políticas e econômicas. Um sistema em que se fortalecia a democracia representativa, mas que se mostrava, na prática, excludente, ao diminuir os canais de diálogo.

É assim que, sem um sindicalismo capaz de cumprir o papel até então exercido pela COB, surgem as novas formas de associação. Em verdade não “surgem”, porque já existiam, mas são agora retomadas com novo perfil, modelo e abrangência.

A ANÁLISE DA AÇÃO SOCIAL NA BOLÍVIA E O TERRITÓRIO

É neste ponto em que se insere a perspectiva de análise com a qual procura colaborar o trabalho que ora se inicia. Neste sentido, colocamos aqui a pergunta: em que um novo trabalho sobre as mobilizações na Bolívia pode agregar àquilo que já foi abordado sobre o tema em um sem número de trabalhos, provindos tanto de intelectuais largamente reconhecidos quanto de jovens investigadores atraídos por um cenário instigante e inegavelmente vibrante? Destaquemos aqui os trabalhos coordenados pelo grupo Comuna, formado (entre outros) por Álvaro García Linera, Luis Tapia e Raul Prada, que ao longo dos últimos anos nos brindaram com obras essenciais para a compreensão daquele cenário, muitas delas referências obrigatórias a qualquer trabalho que se dedique ao tema. Além destes, o trabalho de Silvia Rivera Cusicanqui se constitui numa obra de inigualável importância ao permitir o resgate das vozes encobertas pela conquista colonial, através das metodologias desenvolvidas no âmbito do THOA (*Taller de Historia Oral Andina*).

Neste sentido temos de reconhecer o desafio que representa re-digir páginas sobre um contexto cujas análises parecem definitivas, ao menos enquanto possibilidade de que algo que não tenha sido dito venha a ser colocado. Depoimentos inéditos, observação de agentes e atores ainda não contemplados, não são suficientes sem uma interpretação desses dados que não vislumbre um outro viés de interpretação.

E esse é o desafio proposto aqui: destacar a importância da questão territorial para a compreensão dos fatos e processos ocorridos na Bolívia ao longo dos últimos anos, como viés de interpretação a acompanhar o traçado deste trabalho. Nossa premissa é a de que, no atual perfil de mobilização social boliviano, a territorialidade tem sido a forma de expressão das contradições sociais. Os sujeitos sociais têm se expressado como sujeitos territoriais, fazendo do território sua condição de possibilidade histórica. Nesse sentido, adotamos a proposta de Mançano Fernandes (2005) do conceito de movimentos socioterritoriais, a ser discutida neste documento.

O território e as territorialidades são temas que vem ganhando importância crescente como perspectiva de análise da ação social. Entre autores bolivianos o destaque de maior relevância é o trabalho de Pablo Mamani, sociólogo *aymara* que em diversos momentos de sua obra adota a perspectiva territorial para a compreensão das mobilizações ocorridas, em especial, na cidade de El Alto. Some-se a ele o trabalho de Simón Yampara Huarachi, cujo resgate da importância das territorialidades dos *ayllus* trás elementos centrais à análise de um cenário pluricultural.

Direcionando-nos aos autores oriundos da Geografia, a referência obrigatória é o trabalho de Carlos Walter Porto-Gonçalves, cujo trabalho iniciado na década de noventa junto ao movimento seringueiro na Amazônia constituiu uma das contribuições essenciais para o estabelecimento da relação entre movimentos sociais e o território. Território cuja complexidade não pode prescindir de obras como a de Rogério Haesbaert para sua compreensão, em especial no que tange à questão das múltiplas territorialidades.

A inserção da perspectiva de análise territorial frente às sociedades colonizadas implica também na aproximação ao pensamento decolonial, tomando o território como uma das esferas ainda presentes da colonialidade. A proposta de descolonização do território já encontra ressonância no meio geográfico, como o mostra o trabalho desenvolvido na Guatemala por Iván Castillo Méndez (2008), ou na perspectiva de pacto territorial apresentada pelo boliviano Ramiro Rojas Pierola (2006).

Em relação aos padrões de mobilização anteriormente citados neste documento, a questão territorial, ainda que inegavelmente presente, não aparecia como elemento central, tendo sido relegada a um segundo plano, ou mesmo postergada nas demandas ali apresentadas. O histórico de lutas brevemente traçado no tópico anterior nos mostra que ainda que seja possível associarmos o território às demandas ali presentes, essas não se expressavam explicitamente de forma territorial, mas talvez política –no sentido de rompimento dos laços coloniais– ou econômica –nas demandas dos sindicatos. Mas, como analisa García Linera: “À medida que avançava o momento crepuscular da COB¹⁰, outras estruturas de ação coletiva, muitas das quais haviam estado desde tempos atrás em um silencioso processo de preservação, começarão a rearticular-se a partir de outras bases organizativas, de outros repertórios culturais e de outras demandas. A maioria destas organizações reivindicava práticas

10 Sobre este momento, ver “La muerte de la condición obrera del Siglo XX: La marcha minera por la vida” (García Linera, 2000).

e memórias indígenas, e a partir de uma politização da cultura, do território e das necessidades básicas, desde os interstícios em que haviam resistido à onda de simulação modernizante, começarão a tecer redes de associação territorial, com crescente capacidade de unificação e pressão frente ao governo” (García Linera, 2005: 14; tradução própria).

O marco inicial desse novo perfil organizativo pode ser apontado em agosto de 1990, quando uma marcha organizada pela Confederación de Pueblos Indígenas del Oriente Boliviano (CIDOB) cruzaria o país desde o departamento de Santa Cruz até La Paz, sede do governo, sob o lema “Marcha Indígena por el Territorio y la Dignidad”, sendo, assim, o primeiro indicativo das novas lógicas de associação que marcariam os anos vindouros, expondo as “condições de vida, culturas, necessidades e lutas (que) haviam permanecido esquecidas ou desconhecidas pelo resto da população boliviana” (García Linera, 2005: 217; tradução própria), e cujas reivindicações não eram contempladas na lógica sindical operacionalizada pela COB.

Pela primeira vez na história boliviana um movimento surgia tendo o território como demanda principal, hasteando essa bandeira enquanto eixo central de um conjunto mais amplo de mobilizações que acabavam por associar o próprio conceito ao conceito de dignidade. Diferencie-se aqui a demanda da CIDOB em relação à mera conquista de poder político frente ao Estado, como num enfrentamento direto entre diferentes jurisdições — o que viria a ser parcialmente contemplado poucos anos depois com a possibilidade de reconhecimento das Terras Comunitárias de Origem (TCO)¹¹. Pois, mais do que um reconhecimento das terras indígenas enquanto reconhecimento de propriedade de terras, a agenda daquele movimento passava por um conjunto complexo de demandas que abrangiam o reconhecimento dos sistemas de autoridades, ademais do respeito aos seus sistemas jurídico¹² e cultural.

É central aqui fazermos a associação entre os conceitos de território e dignidade, conforme proposta por aquela marcha, e dar-mo-nos

11 Ver, ainda neste documento, a Lei de Participação Popular.

12 O reconhecimento do pluralismo jurídico, que significa que “junto ao sistema estatal, existem outros sistemas autônomos e independentes que operam de forma paralela e alterna; [...] um sistema de justiça alterno ao estatal, conformado por um conjunto de mecanismos e práticas de convivência social e de equidade, que se originam em valores próprios que regem a conduta dos membros da comunidade, e que tem como objetivo principal lograr a adequada solução dos conflitos e a satisfação de interesses, em condições de igualdade para todas as pessoas que nela habitam” (Martínez David, 2003: 11-12).

conta de que essa associação implica em duas necessidades: (a) uma ampliação da visão do significado de território, para além da tradicional associação do conceito ao tema do Estado-nação; e (b) a consideração deste tema enquanto estrutura para a análise dos movimentos sociais.

DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES

O ESTADO TERRITORIAL: O TERRITÓRIO ENQUANTO ASSOCIAÇÃO UNÍVOCA AO ESTADO

A primeira dificuldade consiste, como apontado acima, na superação de uma visão tradicional sobre o território. Como nos recorda Haesbaert, “o vínculo mais tradicional na definição de território é aquele que faz a associação entre território e os fundamentos materiais do Estado” (Haesbaert, 2004: 62), visão esta que encontra sua principal matriz na obra de Friedrich Ratzel, teórico por excelência de uma visão da Geografia Política que naturaliza a relação entre poder político (estatal) e território. É Ratzel quem teoriza sobre o “espaço vital”, o “espaço ótimo para a reprodução de um grupo social ou de uma civilização” (Haesbaert, 2004: 65), visão que associa as qualidades e dimensões do território à possibilidade de progresso social, tendo sido um teórico de fundamental importância ao imperialismo europeu do final do século XIX.

Tal associação já naturalizada entre território e Estado teve suas origens na Europa, e está ligada à formação dos primeiros Estados nacionais soberanos naquele continente. Como nos recorda Porto-Gonçalves (2002) a formação dos Estados-nacionais é concomitante ao

que ele define como Estados-territoriais¹: a formação concomitante de um espaço, centralizado por uma capital, de controle e domínio delimitados por fronteiras². Sendo assim, a própria criação da instituição Estado –à parte as teorizações político-filosóficas que procuram lhe explicar (de autores como Hobbes, Locke, Rousseau, entre outros)– não pode ser desvinculada de sua dimensão territorial, dimensão esta explicitada no próprio processo de formação dos primeiros Estados, resultados da articulação entre feudos e domínios na Europa do século XVII, como base para a articulação entre suas classes dominantes “para a mescla entre antigas e novas formas de dominação e apropriação de excedentes” (González Casanova, 2006: 410-411). Os senhores feudais abdicavam de parte de seus poderes, delegando-os a um poder centralizado, fazendo com que o próprio conceito de território já nascesse sob a égide da opressão a movimentos que clamavam por liberdade e autonomia³.

O destaque feito aqui à relação naturalizada entre território e Estado se dá com dois objetivos. Em primeiro lugar, pela necessidade de compreensão –e de não desassociarmos– a importância das instituições estatais no que diz respeito às relações existentes no espaço delimitado por suas fronteiras. A instituição do Estado territorial, enquanto instituição de uma relação de dominação confinada a um espaço determinado, é uma recordação importante no sentido de que não se pode, simplesmente, descartar o Estado enquanto oponente na luta pela conquista de condições igualitárias de acesso aos recursos –materiais e simbólicos– disponíveis dentro daquele território. Cabe lembrar aqui a concepção marxista de que “o Estado é o aparelho ou o conjunto de aparelhos dos quais o determinante é o repressivo (o

1 “Desde 1648, com a Paz de Westfália, que uma ordem internacional vem sendo instituída consagrando o Estado Territorial como forma geográfica de organização das sociedades modernas e contemporâneas. [...] O Estado Territorial moderno, essa invenção genuinamente europeia e constitutiva do mundo moderno-colonial, tem essa marca originária de um Estado que nasce como um poderoso instrumento de controle da multidão” (Porto-Gonçalves, 2002: 223-224).

2 Uma definição bastante próxima nos é oferecida por Costa: “O Estado, como sociedade territorial juridicamente organizada” (Costa, 2003: 93; tradução própria).

3 “As revoltas camponesas eram quase tão habituais como os motins pela comida e os conflitos religiosos nos primórdios da história moderna. A sobrevivência dos camponeses dependia de seus direitos consuetudinários à terra, à água e à forragem, e era fácil levá-los à revolta quando esses direitos eram recortados ou transgredidos. Frequentemente se exigiam direitos em nome da comunidade camponesa, cujos membros acusavam aos terratenentes de violar antigas convenções e contratos assinados e rubricados. Inclusive as ‘lutas pela terra’ modernas remontam frequentemente a usurpações produzidas há mais de um século atrás” (Tarrow, 2004: 65; tradução própria).

uso da força monopolizada) cuja função principal é [...] a de impedir que o antagonismo degenere em luta perpétua [...], não mediando os interesses das classes opostas mas reforçando e contribuindo para manter o domínio da classe dominante sobre a classe dominada” (Bobbio, 2006: 157). Nesse sentido, é sempre necessário recordar que o sistema capitalista, à parte sua dominação exercida enquanto modo de produção, necessita do Estado enquanto garante e aparelho de coerção⁴. E ainda que o atual momento queira nos fazer acreditar que fronteiras e Estados perderam importância, dada a atuação cada vez mais transnacionalizada das grandes corporações e os fluxos de informação cada vez mais livres de impedimentos, cabe sempre lembrar que são as instituições vinculadas ao Estado que detêm o poder de permitir ou não essa atuação, com suas inquestionáveis consequências sobre recursos naturais e sobre suas populações.

Porém, como segundo objetivo, o ter em mente a importância do Estado frente às questões territoriais não nos tira a tarefa de desnaturalizarmos essa associação unívoca entre Estado e território, trazendo à discussão as diferentes esferas em que o território é vivido enquanto dimensão a-estatal. Pois cremos que apropriar-se do espaço (entendido aqui como substrato material) territorializando-o é um pressuposto ontológico à própria formação das sociedades, estejam elas organizadas sob a forma estatal ou não, como nos recorda Heidrich ao afirmar que “a necessidade de domínio e posse de recursos naturais –para a conquista das condições de sobrevivência– e, por outra parte, por sua ocupação física como habitat [...] [são o princípio da] ‘invenção dos territórios’” (Heidrich, 2000: 24). Invenção esta que não se reduz à solução de necessidades físicas de ocupação e abastecimento, fugindo assim às concepções extremadamente materialistas do território, pois o homem, animal simbólico que é, se relaciona com esta dimensão material também através de sua subjetividade, dando àquilo que é material um significado que extrapola as meras necessidades físicas (inegavelmente importantes). O território é, portanto, o resultado final de uma equação onde se combinam a expressão material das sociedades e o seu conteúdo simbólico.

É esta dimensão territorial das sociedades, dimensão que representa a experiência das sociedades no mundo e o significado dado por estas à sua experiência, que deve ser resgatada no intuito de compre-

4 “A propriedade privada absoluta, a relação contratual que prende o produtor ao apropriador, o processo de troca de mercadorias exigem formas legais, aparato de coação e as funções policiais do Estado. Historicamente, o Estado tem sido essencial para o processo de expropriação que está na base do capitalismo. Em todos esses sentidos, apesar de sua diferenciação, a esfera econômica se apoia firmemente na política” (Meiksins Wood, 2003: 35).

endermos a importância das territorialidades enquanto eixo de ação. A “(re-)invenção dos territórios” é constante, e muitas vezes se dá sob –e mesmo contra– a territorialidade estatal. Recordemos a tradição do pensamento utópico, que tomava as formas espaciais como estratégia para a construção de mundos alternativos, como uma amostra de como a estratégia territorial pode ser abordada sob a ótica de estratégia para a criação de “espaços de esperança” (Harvey, 2004). A multiplicidade de práticas possíveis de serem instauradas sobre o espaço nos dá conta da multiplicidade de territorialidades possíveis, com possibilidades diretamente proporcionais de termos com isso práticas libertárias que coloquem em ação subjetividades distintas às hegemônicas. Pensar a territorialidade como estratégia contra-hegemônica é de alguma forma resgatarmos as possibilidades de construção cotidiana das estratégias de resistência⁵.

BREVE DIGRESSÃO TEÓRICA SOBRE O TERRITÓRIO E AS TERRITORIALIDADES

Façamos aqui uma breve caminhada em torno ao conceito, para tentarmos explicitar aquilo que nos parece ser a questão territorial das mobilizações sociais. Segundo definição sucinta que nos é oferecida por Lopes de Souza, o “território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (Lopes de Souza, 1995: 78). Interpretando aqui as relações de poder como a possibilidade de influência sobre outrem⁶, o território é uma expressão material dessa possibilidade. Pensemos, assim, no território enquanto uma relação –relação territorial– na qual o espaço (substrato material)⁷ é o mediador das re-

5 “A ideia da livre disposição espacial imaginativa destinada a alcançar metas sociais e morais específicas pode ser transformada na ideia de uma experimentação aberta potencialmente infinita com as possibilidades da forma espacial. Isso permite a exploração de uma ampla gama de potencialidades humanas (diferentes formas de vida coletiva, de relações de gênero, de produção, de estilos de consumo, de relação com a natureza e assim por diante). É dessa maneira que, por exemplo, Lefebvre formula sua concepção de produção do espaço. Ele a vê como um meio privilegiado de exploração de estratégias alternativas e emancipatórias” (Harvey, 2004: 239-240).

6 “Falando estritamente, as observações de Foucault eram amplamente corretas: o poder não é nada mais do que uma série de efeitos, alguns deles (mesmo que ele não tenha se expressado exatamente desta maneira) encerram possibilidades, manipulam escolhas, ameaçam à violência, forçam à complacência ou mesmo trabalham para esmagar [...] nossa livre iniciativa” (Allen, 2003: 95; tradução própria).

7 Encontramos uma ressalva importante em Raffestin, relativa à compreensão da diferença entre espaço e território, e a relação entre ambos: “É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território, o território se forma a partir do espaço, é o resultado da ação de um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...].

lações sociais. A relação territorial é, portanto, uma relação de poder porque: (a) é uma forma de controle do espaço –controle do espaço em si, dos recursos sobre ele disponíveis, e daquilo que sobre ele é ou não é possível–; e (b) controle das relações sociais a partir do controle do espaço –definição dos limites de possibilidades de condutas e/ou comportamentos dentro de uma área específica.

Assim, a partir do momento em que reconhecemos que determinado espaço físico –ou que “em” determinado espaço físico há a– influencia (sobre) nossas possibilidades de ação, o denominamos território.

Mas quais seriam, especificamente, as relações territoriais? Qual é o conjunto de relações que são voltadas para o espaço, ou que são influenciadas por ele, mas que, de qualquer forma, em ambos os casos formam um conjunto de relações que tem o espaço como mediador? A essas relações denominamos territorialidades. A territorialidade é concebida como “aquilo que faz de qualquer território” (Lopes de Souza, 1995: 99), ou seja, “as propriedades gerais necessárias à construção territorial –que variam, é claro, de acordo com o conceito de território ao qual nos estejamos referindo” (Haesbaert, 2008: 27).

Haesbaert (2004) sintetiza em três as diferentes noções de apropriação do espaço e, conseqüentemente, de sua territorialização: (a) política, que se refere ao exercício de poder sobre uma área delimitada, e que serve como base para a associação Estado-território (ainda que saibamos que a política não se reduz à esfera estatal); (b) cultural, que prioriza as dimensões simbólico-afetivas de apropriação do espaço pelas sociedades, ou por grupos sociais determinados que, no interior de uma mesma sociedade, podem ser diferentes; e (c) econômica, que enfatiza o território enquanto gerador ou resultado dessa atividade, seja como fonte de recursos, seja como integrado a uma rede produtiva-distributiva, seja pela sua compartimentação numa divisão territorial do trabalho.

Estas três vertentes relacionam-se mutuamente ao longo de nossa análise, mas a questão principal aqui, mais do que definir uma delas como prioritária, é não excluímos nenhuma enquanto esfera possível de análise. Assim fosse, descartaríamos de antemão a possibilidade

o ator ‘territorializa’ o espaço” (Raffestin, 1993: 143). Essa ressalva é importante também no sentido de não nos atermos ao espaço enquanto determinante das relações sociais. O espaço em si é matéria inerte: possui características que podem influenciar as relações sociais, mas apenas se essas características forem utilizadas dentro dessas relações, com esse objetivo. Os eventuais trunfos (potenciais) oferecidos pelo espaço material só o serão efetivamente quando este espaço for o palco de relações sociais. Como afirma Lopes de Souza (1986), o espaço condiciona as relações sociais, mas não é o movimento que as determina. O agente histórico é a ação criadora dos homens.

de reconhecimento de territórios não estatais. O Estado não é o único agente a dominar o espaço. Como afirmado anteriormente, a relação de apropriação de espaços é inerente à atividade humana, o homem é animal territorializador por excelência. Pois, em maior ou menor grau, os três perfis de relações podem se fazer presentes numa relação de territorialização de um espaço. Ainda que, no caso específico em análise deste trabalho, a intenção seja pensarmos como a apropriação cultural, em primeiro lugar, pode ser a estratégia para a conquista de poder político.

Como aproximar essa introdução teórica sobre o território ao contexto em análise neste trabalho? Em primeiro lugar, reconhecendo a importância da invasão e conquista colonial enquanto imposição de um condicionamento sobre o acesso aos recursos disponíveis sobre o espaço e sobre as possibilidades de relações sociais nos limites daquele espaço, ao territorializá-lo através da imposição de um determinado poder político não só sobre o espaço mas sobre as comunidades ali presentes quando do momento da invasão. A constituição do sistema-mundo moderado-colonial –relembrando, a partir de Quijano (2000), que modernidade e colonialidade são partes inerentes de um mesmo processo– implicava a incorporação das colônias enquanto território político –vinculado às metrópoles– mas também enquanto território econômico –enquanto fonte de recursos, talvez a maior finalidade em si e justificativa das demais, uma vez tratar-se da expansão do sistema capitalista europeu– mas igualmente a conformação de um território cultural, no sentido de que a imposição colonial também se fazia através da imposição de todo um sistema complexo de dominação que se estendia sobre a própria configuração das identidades de colonizadores e colonizados.

Acontecia, assim, uma dominação que abarcava as três instâncias sugeridas anteriormente por Haesbaert como agrupando as principais possibilidades de territorialização. Assim, as resistências oferecidas no período colonial estavam baseadas nos princípios organizacionais que persistiam mesmo em face do processo de dominação em grande escala contra o qual se enfrentavam, mesmo que o enfrentamento direto enquanto forças políticas em oposição (armada) parecesse ser a tônica predominante (ao menos enquanto registro histórico do colonizador).

No que diz respeito à ação vinculada à forma sindicato, a questão territorial parece aí consolidada, ao menos enquanto nitidamente secundária como demanda de resistência. A hegemonização da ideia de modernidade a nível nacional fazia com que as demandas se concentrassem na questão econômica. É possível, nesse caso, reconhecermos que há uma tentativa de hegemonização enquanto formas de

apropriação político, econômico e cultural dentro do âmbito nacional boliviano que inviabilizam, ao menos enquanto uma agenda de maior predominância, outras formas de resistência que não as inseridas dentro do modelo então vigente.

Mas, frente à dominação territorial hegemônica, é possível traçar estratégias de resistência?

Creemos que, nesse caso, a distinção proposta por Lefebvre entre apropriação e dominação do espaço talvez seja a que melhor se adéque para a compreensão da relação aqui proposta. Segundo Haesbaert (2004), Lefebvre nos fala em dominação como uma relação de caráter político-disciplinar, nascida das relações de poder político, visando a disciplinarização dos indivíduos e a transformação técnica da natureza. Assemelha-se, assim, a uma relação de propriedade, o “valor de troca, os espaços comprados e vendidos, o consumo [...] dos lugares” (Lefebvre, 2006: 27). Já a apropriação está ligada à dimensão simbólico-cultural, apropriação de espaços carregados de simbologia, o espaço como valor de uso.

A importância da distinção resgatada por Haesbaert à obra de Lefebvre se dá no sentido de que, em relação às noções de apropriação citadas anteriormente, é possível pensar que “o território, enquanto relação de dominação e apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’. Embora seja completamente equivocado separar estas esferas, cada grupo social, classe ou instituição pode ‘territorializar-se’ através de processos de caráter mais funcional (econômico-político) ou mais simbólico (político-cultural) na relação que desenvolvem com os ‘seus’ espaços, dependendo da dinâmica de poder e das estratégias que estão em jogo. Não é preciso dizer que são muitos os potenciais conflitos a se desdobrar dentro desse jogo de territorialidades” (Haesbaert, 2004: 96).

É assim que chegamos à definição que sintetiza o conceito de território que guia este trabalho, que afirma que o território “é baseado numa ideia e frequentemente num ideal, ao passo que o espaço é material. O território é primeiro uma visão de mundo, e depois uma (forma de) organização. Ele se refere mais à representação do que a objetivos funcionais [...], sua essência está ligada mais à análise histórica, cultural e política do que à análise puramente econômica” (Bonnemaison, 2005: 115; tradução própria). Note-se que o conceito proposto por Bonnemaison é construído a partir de oposições análogas à proposta de Lefebvre de dominação e apropriação: aquilo que Lefebvre denomina “dominação” aparece em Bonnemaison como “ideia, forma de organização, e objetivos funcionais”, enquanto a “apropria-

ção” associa-se a “ideal, visão de mundo, representação”. Nesse sentido é importante termos sempre claro que ambas os grupos de relações se fazem presentes no território, um e outro em maior ou menor grau conforme for a relação do grupo que territorializa com o espaço a ser territorializado. Não há dominação (ou, conforme Lefebvre, estabelecimento de um valor de troca) sem a constituição de signos (a apropriação na concepção de Bonnemaïson). E a concretização espacial de uma determinada visão de mundo implica na necessidade de dominação daquele espaço⁸. Tomemos um exemplo dessa relação: a flexibilização da concessão de licenças ambientais para a silvicultura de abastecimento à indústria da celulose. As áreas de plantio do eucalipto são acima de tudo dominadas, há a transformação da natureza para a consecução de um fim econômico. Mas é inegável que essa nova funcionalidade estabelecida sobre aquele espaço necessita carregar consigo uma simbologia, proferida nos discursos hegemônicos que avalizam a flexibilização das leis ambientais, de que através dela se está atraindo investimentos e dinamizando a economia⁹.

É assim que vemos que dominação e apropriação são relações que caminham juntas e são ao mesmo tempo opostas nas diferentes relações que se desenvolvem sobre o espaço. E a manifestação de agosto de 1990 demonstrava claramente essa oposição de visões de mundo concretizadas na forma de território.

Em que essas diferentes concepções de território podem nos ajudar numa interpretação sobre a ação social? Aqui nos interessa assinalar as formas com que o território pode carregar consigo diferentes formas de exclusão. A potencialidade de conflitos entre diferentes formas de dominação e apropriação, com suas lógicas de funcionalidade e/ou simbólicas podem expressar múltiplas divergências a partir da questão territorial. Conflito entre tipos de usos, entre uma lógica de

8 Nesse sentido, é inegável que o nacionalismo, com seu sentido de “comunidades imaginadas” (Anderson, 1989) é um sentimento que explora eficazmente essa relação. Não são poucos os casos de grupos ligados por um sentimento nacionalista que demandam a relação com um determinado espaço físico, sem mesmo ter a ele acesso direto, como afirma Bonnemaïson: “O território pode mesmo ser imaginário ou sonhado” (Bonnemaïson, 2005: 116; tradução própria). O exemplo mais emblemático disso é a relação existente no território Palestino. A diáspora não havia apagado nos judeus a ligação com a terra natal. E hoje, os palestinos expulsos após a *nakba* igualmente sofrem dessa ausência, e ancoram no território seu sentido de resistência.

9 O exemplo faz referência a casos ocorridos no Brasil, mais precisamente no estado do Rio Grande do Sul no ano de 2007, onde licenciamento para empreendimentos de silvicultura foram alvos de polêmica, havendo inclusive troca de secretários de estado em razão de pressões dos municípios interessados em receber os investimentos das empresas de celulose. A questão ambiental era, nesse caso, subjugada, em prol do discurso do desenvolvimento.

dominação jogada sobre um território já apropriado culturalmente. Perguntamo-nos, assim, resgatando aqui as palavras do marco inicial anteriormente apontado, em que o território é garante da dignidade?

Essa compreensão se faz importante para uma análise das consequências territoriais (em sentido amplo) da chegada dos espanhóis ao altiplano andino. Ou, em verdade, a própria análise dessas consequências nos permite compreender a importância da questão territorial enquanto associação à dignidade.

A DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO DO AYLLU E A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO SÓCIO-TERRITORIAL

SEMPRE É IMPORTANTE TERMOS EM MENTE que o colonizador impôs sobre as terras conquistadas um domínio de tipo complexo, não restrito à imposição de uma forma de controle para/sobre a produção de excedentes. Aqui, a distinção entre colonialismo e colonialidade, conforme proposta por Quijano, nos parece ser fundamental para a compreensão das diferentes nuances desse processo. Segundo o autor, “Colonialismo [...] se refere estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada são detidos por outra de identidade diferente e cujas sedes centrais estão, ademais, em outra jurisdição territorial” (Quijano, 2000b: 381; tradução própria).

Mas o colonialismo, enquanto processo histórico, não se via restrito apenas ao âmbito da imposição pela força de um sistema de domínio para extração de recursos e trabalhos forçados. Ele baseava-se num consenso, impondo a colonialidade como um padrão que justificaria as relações de desigualdade que se dariam em meio ao processo de dominação colonial. Entendemos aqui a colonialidade como um processo de classificação e de hierarquização das relações que toma o colonizador como referência daquilo que tem potencialidade de ser, e daquilo que, em contrapartida, não tem essa potencialidade. Hoje,

reconhecidamente findo o período de dominação colonial, a colonialidade lhe sobrevive como principal legado, marcando toda a diversidade de relações existentes –autoridade, gênero, trabalho e subjetividade– nos espaços que foram vítimas daquele processo, com seu estigma: “O Colonialismo é obviamente mais antigo, enquanto que a Colonialidade provou ser, nos últimos 500 anos, mais profunda e duradoura que o Colonialismo. Mas, sem dúvida, foi engendrada dentro deste e, mais ainda, sem ele não teria sido imposta na intersubjetividade do mundo de modo tão enraizado e prolongado” (Quijano, 2000b: 381; tradução própria).

Pensar a questão colonialismo/colonialidade do ponto de vista do território implica pensar na desarticulação de toda a estrutura sócio-territorial originária andina a partir do momento mesmo da chegada do colonizador: “O momento político para reivindicar os direitos territoriais é 1532, que coincide com o início do despojo colonial dos territórios originários nos Andes e no trópico boliviano” (Uño, 2001: 33; tradução própria). E aqui, conhecer os fundamentos daquela estrutura é o pré-requisito para que possamos compreender em que aquelas populações se viram despojadas a partir do momento da imposição do sistema colonial.

A TERRITORIALIDADE DO AYLLU

É nesse intuito que chegamos ao *ayllu*, a estrutura sócio-territorial matriz¹ dos povos andinos: “Nos Andes, a entidade coletiva fundamental (poderíamos mesmo dizer ‘transcendental’) e a base imprescindível da identidade é o *ayllu*, a unidade étnica das comunidades campesinas. O *ayllu* não é uma categoria puramente genealógica (família extensa), nem uma entidade exclusivamente socio-política. O *ayllu* é célula da vida, o átomo celebrativo e ritual, mas também a base econômica de subsistência e de trocas internas” (Stermann, 2006: 220; tradução própria).

Devemos reconhecer que há uma relação análoga entre o conceito aqui assumido de território e a racionalidade do *ayllu*, conforme exposta acima, pois ambos expressam uma compreensão que vai muito além da mera funcionalidade material. Pensar no *ayllu* como simplesmente a malha territorial na qual se dividia o espaço andino seria assumir a compreensão errônea de que entre as formas de divisão do território impostas pelo colonizador e as anteriormente existentes ha-

1 “A paisagem [...] é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação — ou seja, da cultura — que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza” (Berque, 1998: 84-85).

veria apenas uma mera mudança de nomenclaturas e, eventualmente, de extensão e/ou fronteiras.

Mas o território é uma visão de mundo, um ideal materializado no espaço, com suas necessidades materiais e simbólicas estando nele presentes, e sendo através dele conformadas. É o que depreendemos da afirmativa de Stermann, que coloca entre os elementos constituintes do *ayllu* a subsistência, as trocas, a celebração e o ritual², pois, para os povos andinos, “não se concebe o material desligando-o do espiritual e da gestão política” (Yampara Huarachi, 2001: 60; tradução própria).

Segundo Yampara Huarachi, “o *ayllu* e a *marka*³ são toda uma institucionalidade sistêmica andina, é a casa cosmológica andina, que interacciona forças e energias materiais e imateriais (espirituais), cujos quatro componentes básicos são: a) ordenamento territorial, b) ordenamento da produção-economia, c) ordenamento cultural-ritual e d) ordenamento socio-político, dentro dele a hierarquização de suas autoridades; nesse sentido, ao falar do *ayllu-marka* fazemos referência a esses quatro elementos. Cada um deles tem uma estrutura e lógica de funcionamento mas os quatro compõem a institucionalidade do *ayllu*” (Yampara Huarachi, 2001: 67; tradução própria).

Os ordenamentos territorial e econômico do *ayllu* pressupõem uma estrutura dividida em “*sayaña-saraqá*”, que significam, respectivamente, terras de usufruto familiar e terras de usufruto comunitário, equalizando os direitos privados e coletivos, sendo que a *saraqá* pode representar igualmente áreas de uso coletivo compartilhadas por diferentes *ayllus*. Há igualmente a divisão entre “*aynuqa-anaqa*”, significando, respectivamente, terras destinadas à agricultura ou ao pastoreio⁴.

Tal estruturação advém da própria dinâmica natural do espaço habitado pelas comunidades originárias, e do estabelecimento, por

2 “O território começa com o ritual. Na verdade, o território é o mais imediato dos rituais” (Bonnemaison, 2005: 118; tradução própria).

3 “*Marka* é um conjunto de *Ayllus* em uma localização geográfica determinada, mantendo e fortalecendo a identidade originária. Uma *marka* está conformada por quatro *ayllus* na parcialidade de *Aransaya* (acima, hierarquicamente superior) e quatro em *Urinsaya* (abaixo, seguidor complementar). A *marka* é uma unidade política, territorial, ritual e com seu próprio governo tradicional com autonomia relativa, é a unidade mais importante da nação indígena originária” (CONAMAQ, 2004: 23; tradução própria).

4 Não é nossa intenção fazer aqui um levantamento exaustivo da institucionalidade do *ayllu*, e sim resgatar elementos que consideramos importantes para a compreensão do atual quadro de mobilização social. Para *ayllu*, sugerimos as obras de Yampara Huarachi (2001) e Estermann (2006), citadas neste trabalho.

estas, de uma relação de complementaridade entre os distintos pisos ecológicos — altiplano, vales, *yungas*, planícies e costa — “espaços ecológicos interconectados / interaccionados e complementários climatológica e produtivamente, fato que não foi compreendido pela lógica colonialista e republicana, e menos ainda pelo direito positivo privatista e o sistema de economia de mercado vigente na Bolívia” (Yampara Huarachi, 2001: 55; tradução própria). A relação de complementaridade entre homem e natureza permite aos povos andinos o exercício de construção de toda uma racionalidade que se faz presente na constituição do *ayllu*⁵. A lógica andina, entendida aqui como a “estrutura básica de um certo tipo de pensamento” (Estermann, 2006: 125; tradução própria), se expressa através de uma série de princípios fundamentais que são a base para suas manifestações materiais, dos quais destacam-se os princípios da complementaridade e da reciprocidade.

A complementaridade afirma que nenhum ente existe por si mesmo ou tem assim uma existência completa. Somente em conjunto com seu complemento uma entidade particular se converte em totalidade. O “particular” é uma parte, necessária e complementária, que se integra a outra parte em uma entidade completa: “Céu e terra, sol e lua, claro e escuro, verdade e falsidade, dia e noite, bem e mal, masculino e feminino [...] não são contraposições excludentes, senão complementos necessários para a afirmação de uma entidade superior e integral. O princípio de complementaridade se manifesta em todos os níveis e em todos os âmbitos da vida, tanto nas dimensões cósmicas, antropológicas, como éticas e sociais. O ideal andino não é o ‘extremo’, um dos opostos, e sim a integração harmoniosa dos dois” (Estermann, 2006: 142; tradução própria).

Já o princípio da reciprocidade indica que “a cada ato corresponde, como contribuição complementária, um ato recíproco” (Estermann, 2006: 145; tradução própria). Este princípio rege não apenas as relações sociais, mas também as relações entre seres humanos e natureza, seres humanos e o cosmos. Há um entendimento de que a reciprocidade é um dever que reflete uma ordem universal da qual o ser humano faz parte. Segundo o autor: “O princípio de reciprocidade, igual que os demais princípios lógicos andinos, tem sua vigência em todos os campos da vida. Cabe destacar as múltiplas formas de reciprocidade econômica de trabalho e intercâmbio comercial, fami-

5 Não são “prisioneiros [...] de um pensamento eurocêntrico onde natureza e sociedade são termos que se excluem reciprocamente ou são pensados numa relação de causalidade unilateral seja da natureza para a sociedade (naturalismo), seja da sociedade para a natureza (antropocentrismo)” (Porto-Gonçalves, 2003: 262).

liar de parentesco, compadrio e ajuda mútua, ecológica de restituição recíproca à *pachamama*⁶ e aos *apus/achachilas*⁷, ética de um comportamento de conformidade com a ordem cósmica, e religiosa da inter-relação recíproca entre o divino e o humano” (Estermann, 2006: 148; tradução própria).

A importância de se destacar estes princípios e lógicas é o fato de que eles regem uma série de práticas cotidianas do espaço andino, as mesmas que serão transladadas ao meio urbano através dos processos migratórios e que nele se re-territorializarão, tornando-se as práticas com potencial de rompimento com a lógica individualista imposta pela modernidade ocidental, e que são parte dos repertórios de mobilização daquelas comunidades a lhes conferir o amálgama necessário para o enfrentamento das forças que lhes são opostas. É apenas através da compreensão dos princípios da complementaridade e da reciprocidade que podemos entender práticas que hoje nos parecem tão distantes, como o *ayni* e a *mink'a*: “A forma mais conhecida de reciprocidade laboral é o *ayni*⁸, que é, no fundo, a ajuda mútua recíproca [sic]. No momento da semeadura ou da colheita, os demais membros do *ayllu* ajudam a um comunário; mas também, como retribuição recíproca, este também lhes ajudará aos demais no momento oportuno. As faltas com respeito a este sistema de ‘justiça’ comunitária são castigadas severamente, porque põem em perigo o processo econômico de cultivar a terra e a convivência dos moradores. Também existe a forma de trabalho comunitário para um bem comum (*mink'a*), tal como uma estrada, os canais de irrigação, o sistema de água potável, a construção de uma escola ou o manejo de uma tenda comunitária. A *mink'a* se baseia também no princípio de reciprocidade: cada membro da comunidade dá algo de seu esforço, para que o bem comum realizado de forma mancomunada esteja, por sua vez, ao alcance de cada membro” (Estermann, 2006: 258; tradução própria)⁹.

6 “Mãe-terra” (Estermann, 2006: 365; tradução própria).

7 “Ser divino, espírito protetor, alma das montanhas” (Estermann, 2006: 360; tradução própria).

8 “No *ayllu* a ideologia funciona com o *ayni*, [...] e o *ayni* é trabalhar complementando-se constantemente. É como a reprodução do homem. Por acaso o homem sozinho gera um filho? Ou seja, são necessários dois para que se reproduzam, e isso é o *ayni*, entre dois se faz um terceiro [...]. Então, em nossa ideologia, nossa estrutura [...], não há nada que esteja fora da natureza. Nós vivemos em função da natureza, por isso nós não nos cremos superiores [...] aos seres da face da terra. Somos um complemento a mais, um elemento mais [...] da terra. Esta é nossa concepção.” (Depoimento, *mallku*, CONAMAQ; tradução própria).

9 A incompreensão para com o sistema de reciprocidade andino é definida por Temple como o *quid pro quo* histórico. É este autor quem nos fala sobre o dom,

Creemos que aqui se faz importante que resgatemos, brevemente, a noção de conflito inerente ao território conformado por relações sociais e de poder contraditórias. A “invenção” de um território, quando assim conformado, opõe projetos/ideias distintos, é carregada de intenção, e essa intenção não necessariamente vem revestida da característica do consenso. Alguém, ao impor o domínio sobre o espaço, foi capaz de conseguir impor seu projeto. Os projetos representam coletividades, e pode haver opositores. Aquela intenção se reveste, ou busca revestir-se, da condição da hegemonia. Mas não é o único projeto e/ou intenção possível. E havendo mais de um, entram em conflito para que algum se materialize.

O importante a se destacar, então, é a dimensão do território enquanto conflito materializado em espaço. Perder a noção de conflito significa naturalizar o território, e igualmente despolitizá-lo, ao perder a noção da política enquanto conflito¹⁰. Perde-se a noção de que o território tal como o temos é uma possibilidade, não a única. Perde-se a noção de que os conflitos sociais, ao oporem projetos, visões de mundo, opõem igualmente visões de território. Como afirma Mançano Fernandes, “a transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfretamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios” (Mançano Fernandes, 2005: 278). Sendo assim, uma prática territorial contra-hegemônica é, também, uma prática política contra-hegemônica.

A chegada do colonizador desmembrou as articulações anteriormente existentes, impondo-lhes uma outra lógica de ordenamento territorial que trouxe consigo, tal cavalo de troia, toda uma outra lógica de pensamento. Foi imposta uma outra finalidade sobre a divisão do espaço andino em novas unidades territoriais: “Francisco Toledo desarticulou e reorganizou todas as comunidades e *ayllus* para facilitar

“uma relação de reciprocidade entre os membros de uma sociedade, [...] [que] deve ser “produzido”, por pouco que signifique, como uma expressão da consciência. Sua “reprodução” manifesta sua compreensão social, sua significação social; reprodução que então se converte em reciprocidade. Esta diferença entre “reprodução” e “restituição” permite precisar que a re-produção do dom está dirigida a um “terceiro”, assim como o dom se dirige ao próximo; [...] O movimento de reprodução do dom basta para explicar a gênese dos sistemas de reciprocidade sem que seja necessária a intervenção da obrigação de restituição.” (Temple, 2003: 45; tradução própria).

10 “Alguns teóricos como Hannah Arendt percebem o político como um espaço de liberdade e deliberação pública, enquanto outros o consideram como um espaço de poder, conflito e antagonismo. Minha visão do “político” pertence claramente à segunda perspectiva. Para ser mais precisa, [...] concebo o político como a dimensão de antagonismo que considero constitutiva das sociedades humanas” (Mouffe, 2007: 16; tradução própria).

a cobrança dos tributos, o trabalho servil nas fazendas, para facilitar a cristianização e para facilitar a organização da *mita* mineira para Potosi. Muitas comunidades e *ayllus* foram desarticuladas em suas estruturas para ser reorganizados ao redor das ‘reduções’ que se fundaram no lugar em que hoje estão os povoados coloniais” (Uño, 2001: 50; tradução própria).

Uma desarticulação que não mudou com a independência, pois “quando a Bolívia se constituiu como Estado independente, herdou a divisão política colonial, que estava intimamente associada à divisão eclesiástica e adotou a divisão em departamentos, províncias e cantões, sem haver estabelecido um critério mínimo de ordenamento territorial. A história posterior, marcada de improvisação e instabilidade, foi solidificando as divisões preexistentes que foram e seguem sendo funcionais a um modelo de sociedade baseado na discriminação étnica, na espoliação dos recursos naturais, na concentração do poder nas elites urbanas, na mercantilização da terra, na monopolização da representação política nas mãos dos partidos e na inserção passiva em uma ordem internacional cada vez mais interdependente e desigual” (Costa Arduz, 2003: 287; tradução própria).

A desterritorialização –o processo de imposição de uma nova territorialidade por sobre uma anteriormente existente– pode consistir ou no desaparecimento da territorialidade anterior, ou em sua transmutação, subvertendo-lhe a lógica. Reconhecendo-se a territorialidade do *ayllu* como parte inerente do processo de formação andina –pois, como afirmava uma autoridade originária em depoimento, “o *ayllu* é a raiz onde sempre existiu o ser humano” (depoimento, *mallku CONAMAQ*)– sua desarticulação –desterritorialização do *ayllu* e reterritorialização colonial– implica numa desarticulação e reconstituição do próprio *ser* dos povos andinos.

É como afirma Quijano: “Em todas as sociedades onde a colonização implicou na destruição da estrutura societal, a população colonizada foi despojada de seus saberes intelectuais e de seus meios de expressão exteriorizantes e objetivantes. Foram reduzidos à condição de gentes rurais e iletradas. [E] nas sociedades onde a colonização não logrou a total destruição societal, as heranças intelectual e estética-visual não puderam ser destruídas. Mas foi imposta a hegemonia da perspectiva eurocêntrica nas relações intersubjetivas com os dominados. [...] No longo prazo, em todo o mundo eurocentrado, foi-se impondo a hegemonia do modo eurocêntrico de percepção e de produção de conhecimento e em uma parte muito ampla da população mundial o próprio imaginário foi, demonstradamente, colonizado” (Quijano, 2000b: 378; tradução própria).

Mas, em que pesem todas as tentativas de sufocá-lo, o *ayllu* sobreviveu¹¹. Se tomamos o depoimento anteriormente citado de que o *ayllu* é a raiz, podemos pensar, seguindo a metáfora, que sobreviveu tal como raiz que é, submerso, oculto, mas que logrou alçar frutos após séculos de soterramento colonial e republicano. Mas, assim sendo, como encontrá-lo? A importância da história oral é fundamental nesse processo, como atestam alguns depoimentos: “Porém, nesse trânsito de vinte anos, fomos aprofundando o *ayllu*, essa estrutura, porque antes havíamos perdido essa identidade. [...] Mas estava aí [...]. Os velinhos diziam: ‘o *ayllu* tal, o *ayllu* tal’. Mas, [...] os cronistas nos contam de outra forma, mas nós revertemos isso. Onde estava a verdade? A verdade estava em nossa língua!” (depoimento, *mallku*, CONSAQ; tradução própria).

A retomada das estruturas originárias de organização territorial, em detrimento da estrutura sindical apoiada na lógica modernizante, deflagrou-se, a partir daí, como a possibilidade de re-existência dos povos andinos. Passados cinco séculos de colonização, e quase 50 anos de projeto modernizador de corte ocidental, aconteceria o início de um processo de retomada das estruturas originárias, começando pela estrutura de autoridades, como nos mostra o exemplo trazido por Yampara Huarachi: “Desde meados dos anos oitenta, junto a outros líderes dos *ayllu*, propuseram e aprovaram a troca de nome da *Federación Provincial por Federación de Ayllus y Comunidades de la Marka Kurawara de Pacajes*” (Yampara Huarachi, 2001: 81; tradução própria).

A retomada dos sistemas de autoridades, processo não exclusivo do exemplo trazido por Yampara Huarachi¹², é um passo inicial no sentido de recuperação de todos os demais ordenamentos citados por este autor como instituintes do *ayllu*. Toma-se como ponto de partida o ordenamento sócio-político (estrutura de autoridades) para posteriormente alcançar com isso uma maior autonomia nos ordenamentos simbólico-cultural e, por fim, nos ordenamentos econômico e territorial. Assim sendo, há um desenho estratégico que privilegia, em primeiro lugar, a conquista da autonomia político-cultural para, a partir dela, atingir-se a autonomia político-econômica.

11 “Em toda a estrutura do Estado, sob lemas de ‘civilização’, ‘modernização’, ‘incorporação à vida nacional’, e ultimamente com ‘Participação Popular’, ‘Municipalização’, ‘Democracia’ e ‘Estado de Direito’, continuam inculcando ideologias e estruturas exógenas ao *ayllu*” (Yampara Huarachi, 2001: 37; tradução própria).

12 O processo de reconstituição do *ayllu* é mais consistente especialmente nos departamentos de Oruro e Potosí. Para maior aproximação ao tema, ver Choque e Mamani (2003) e Andolina, Radcliffe e Laurie (2005).

Aqui há uma nítida aproximação ao conceito de hegemonia, entendido “como estratégia de emancipação, [...] uma mudança de conteúdos que conduz a construção da hegemonia à criação de imaginários e sentidos coletivos muito mais do que à aplicação da força sob qualquer de suas formas; [...] gerar uma nova visão coletiva do mundo é um passo prévio indispensável para que o acesso ao poder nem seja efêmero, nem seja uma nova imposição sobre a sociedade” (Ceceña, 2005: 36-37). No caso, contra-hegemonia, uma vez que a estratégia aqui assumida visa romper com os laços impostos pelo sistema-mundo moderno-colonial, este sim hegemônico em sua lógica excludente.

Há nessa estratégia, portanto, todo um profundo sentido de recuperação, de re-constituição, de re-existência. Toma-se o território, à escala local, como base para a re-construção da vida, tendo o *suma jajaña*¹³ –ou, viver bem– como eixo ordenador: “Dentro dos *ayllus*, estávamos completamente abandonados. [...] Nosso primeiro governo que tínhamos como originários, ancestralmente, era muito grande. Temos um sistema de governo totalmente bem equilibrado, e [...] o estamos [...] readequando, voltando a rememorar, porque é necessário que nossos governos também tenham esse elemento do governo ancestral que tínhamos, e que era quase tão perfeito” (depoimento, *mallku*, CONAMAQ; tradução própria).

Há, sim, uma série de desafios a serem vencidos nesta estratégia. Em primeiro lugar, a própria descaracterização sofrida pelo *ayllu*, e as resistências que encontra hoje frente à inegável penetração do pensamento eurocentrado. Admitir a possibilidade de retomada de uma estrutura que foi vigente em período anterior à chegada dos espanhóis faz com que haja uma acusação quase generalizada de primitivismo, o que demonstra nitidamente a virulência do pensamento colonizado: “Inicialmente nos impuseram aqui, [...], a monstruosidade, os republicanos, os pós-colonialistas, nos impuseram. Mas, para quê? Para que não recuperemos nossos valores culturais. Eles disseram que ‘não, o *ayllu* é muito antiquado, que o *ayllu* é retrógrado, que o *ayllu* é arcaico, que o *ayllu* é da Idade da Pedra’. Mas depois analisamos e vimos que não foi assim. [...] Claro, fomos, talvez, um pouco

13 “Riqueza [...] em termo andinos pode ser lido como o bem viver e [...] traduzido ao aymara *suma jakaña*. A sociedade organizada em *ayllu*, e a organização regida pela autoridade *jilaqata* tem o logro deste primeiro e grande objetivo. Como se logra o bem viver, ou *suma jakaña*? Através da satisfação da alimentação, através do controle da produção. O *ayllu* regula com rigor o sistema de produção agropecuário e de outros recursos, e as decisões tomadas pelas autoridades logo da consulta a seu povo estão revestidas de celeridade. Com o logro de uma boa produção se consegue por sua vez um dos objetivos fundamentais como é *suma manq’aña*” (Choque e Mamani, 2003: 166; tradução própria).

desgarrados aqui, lá, porque cento e oitenta e três anos de República não passaram em vão [...] para distorcer toda uma cultura, toda uma matriz civilizatória [...]. Mas agora [...] isso vai ser um processo de recuperação. [...] Mas não queremos o *ayllu* do século XVI ou XII, [...], o objetivo é ter um *ayllu* do século XXI com toda essa tecnologia avançada. Da tecnologia o bom temos que recuperar, e o mal temos que descartar, essa é nossa mensagem” (depoimento, *mallku*, CONSAQ; tradução própria)¹⁴.

Mesmo a penetração da mentalidade sindical afronta o próprio sentido de coletividade imanente ao *ayllu*¹⁵: “Os governos republicanos trataram de destruir o *ayllu*, trataram de introduzir o sindicato, e o sindicato nos corrói. [...] Agora se introduziu muito a individualidade, já não víamos a complementaridade. Mas como sabemos que o complementarário devia ser necessário, estamos recuperando de que [...] sejamos complementarários e nessa complementariedade busquemos o equilíbrio entre *ayllus*, entre pessoas e entre famílias” (depoimento, *mallku*, CONSAQ; tradução própria).

Um outro desafio que se coloca é a questão da própria perda dos referenciais de identidade, em especial a partir dos processos migratórios rural-urbanos: “Imagine que nossos irmãos, de duas ou três gerações [...], que vivem aqui na cidade, [...] nos bairros marginais de La Paz, eles já não se sentem *aymaras*, já não se sentem indígenas. Não obstante, seus pais vieram há quase cem anos, mas agora eles mesmos nos chamam de indígenas quando nos vêem com o poncho, um pouco queimados pelo sol, pois viemos da parte alta. [...] ‘Estes índios por que vêm aqui?’. Ou seja, os índios chamando de índios a seus irmãos. Mas é aí que temos que ir avançando, reverter a ideia deles. [...] Não é tampouco um sonho, já avançamos muito, muitos deles já se sentem apropriados de nossa cultura” (depoimento, *mallku*, CONSAQ; tradução própria).

Em outro depoimento, flagrava-se a preocupação com a juventude aymara nos centros urbanos: “Há jovens que [...] estamos recupe-

14 “Por isso, apesar dos cinco séculos de colonização, e dentro dela 47 anos de campesinização sindicalizada, os comunários de Chambi Grande decidem redinamizar sua estrutura ancestral, mas isto é importante recalcar não para ficar presos ao passado, porque nem esse passado é estático, se não para recuperar propositadamente a lógica do *ayllu*, isto é, fazer uma espécie de re-engenharia do *ayllu* e sobre essa base receber os ganhos do desenvolvimento, viver a modernidade a seu modo e não continuar devorados pelo desenvolvimentismo ocidental. Estes são os desafios da reconstituição” (Yampara Huarachi, 2001: 84; tradução própria).

15 “O verdadeiro sujeito (para usar um vocábulo totalmente alheio ao mundo andino) humano nos Andes é o *ayllu*, a coletividade organizada e ordenanda mediante um conjunto de relações estabelecidas” (Estermann, 2006: 222; tradução própria).

rando. Mas também há jovens que [...] por falta de espaço, por falta de seguir trabalhando no campo, [...], optaram por vir à cidade, desde muito pequenos. [...] Então já têm outra visão, outra mentalidade. Por vezes fazem o câmbio também: são um pouco mais velhos, voltam a se regenerar, voltam a dizer que são *aymaras*. Mas às vezes esse ego juvenil os leva a dizer que, inclusive, não gostam do *aymara*, nossa própria língua. [...] Eu creio que temos que seguir trabalhando [...] para que nossos irmãos se conscientizem desde a *marka*, o *ayllu*, desde as escolas. Essa é nossa visão, que desde as escolas [...] nossos filhos fiquem com esse sentimento, com esse carinho de que são *aymaras*, e que eles também podem seguir, [...] rememorar nossas propostas como *aymaras*” (depoimento, *mallku*, CONAMAQ; tradução própria).

A análise do processo de des-re-territorialização a partir da mobilidade –ou seja, quando resultante de processos migratórios– se mostra complexa uma vez que, como mencionado nos depoimentos acima, pode muitas vezes resultar na aculturação do migrante a partir do enfraquecimento dos laços com suas comunidades de origem. Mas há também a possibilidade de que estes mesmos processos migratórios re-territorializem no meio urbano a racionalidade do *ayllu*. Esse resgate acaba se dando a partir da compreensão da efetividade das lógicas do *ayllu* frente às dificuldades enfrentadas em sua re-territorialização em meio urbano. O *ayllu* des-territorializado se re-territorializa: “Os quéchuas e aymaras que não estão mais no *ayllu*, mas que estão nos bairros urbanos, [...] nos bairros marginais, por momentos estão trabalhando como *ayllus*. Porque quando há uma inundação, ou quando há um [entupimento de] esgoto, todo mundo está trabalhando na rua, [n]o bairro, melhorando. [Entre] os do bairro há uma integração se eles não se esquecem disso. [...] Seguem trabalhando mancomunadamente, então esse é o *ayllu*. Então há que aprofundar isso, com mais lógica, com mais conceitos do *ayllu*” (depoimento, *mallku*, CONSAQ; tradução própria).

O processo (rural) de reconstituição do *ayllu* levou à formação de diversas federações regionais distribuídas em cinco departamentos (Oruro, La Paz, Potosí, Cochabamba e Chuquisaca), agrupadas, a partir de 1997, no *Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu* (CONAMAQ)¹⁶. De menor abrangência, mas igualmente atuando de forma interdepartamental junto a diferentes federações regionais

16 O *Qullasuyu* era uma das quatro grandes regiões em que se dividiam os domínios incaicos, e corresponde, de certa forma, ao que hoje conhecemos como Bolívia: “Todo o *Tahuantinsuyu* como uma sociedade e estado plurinacional estava dividido em quatro *suyus*: o *Antinsuyu* à saída do sol, o *Cuntisuyu* ao poente do sol, o *Chinchasuyu* ao norte, e o *Qollasuyu* ao sul do território” (Uño, 2001: 46).

de *ayllus* está o *Consejo Nacional de Suyus Aymaras y Quechuas del Qullasuyu* (CONSAQ). Foram estes os movimentos que assumiram o conceito do *ayllu* enquanto eixo central para a exposição da condição do colonialismo interno (González Casanova, 2006), e estiveram entre os primeiros a assumir como demanda prioritária a (re)construção do Estado através da convocatória a uma Assembleia Constituinte para a redação de uma nova carta magna que considerasse as complexas diversidades territorial e étnico-cultural presentes naquele cenário¹⁷: “O CONAMAQ busca com a Assembleia Constituinte um Estado Plurinacional com pleno reconhecimento das nacionalidades e povos indígenas originários. Buscamos [...] a restituição do Governo Originário, a Reconstituição do território e o Reconhecimento e pleno exercício de nossos Direitos Coletivos no político, econômico, social e no cultural” (CONAMAQ, 2004: 9; tradução própria)¹⁸.

MOVIMENTOS SOCIAIS E TERRITÓRIO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS

A partir do exposto acima –a constituição de uma mobilização social que toma as estruturas sócio-territoriais como eixo– torna-se importante buscar conhecer as relações entre as teorias sobre os movimentos sociais e a questão do território.

A adoção de uma perspectiva territorial para a análise dos movimentos sociais não é um movimento inédito ou restrito à análise de caso boliviana, e pode ser associada às mudanças nos paradigmas em que se basearam as análises sobre movimentos sociais nos últimos anos. Gohn (2008) agrupa os paradigmas predominantes em três correntes teóricas: a histórico-estrutural, a culturalista-identitária e a institucional/organizacional-comportamentalista. A primeira delas, amplamente amparada em categorias de análise marxistas, foi pre-

17 Tapia afirma (em relação ao caso boliviano, mas certamente possível de extensão a outros cenários da América Latina) que “[...] a constituição boliviana contém uma série de princípios nos quais se fala de igualdade de direitos, mas é uma constituição de um estado que se constrói e reproduz em condições sociais de ampla desigualdade e de exclusão cultural e política, também de exploração econômica. Neste sentido, se poderia dizer que a reforma constitucional em condições como estas não só necessita incluir enunciados mais ou menos universalistas de igualdade para todas as pessoas de todos os povos e culturas, senão que também necessita ir acompanhada de um desenho de instituições que permitam (...) ir reduzindo essas formas de exclusão, desigualdade e exploração, e ir ampliando as áreas de igualdade” (Tapia, 2007: 96; tradução própria).

18 Boaventura de Sousa Santos (2008b) afirma, sobre as mobilizações em torno à reconstrução do Estado em base às Assembleias Constituintes, ocorridas recentemente na Bolívia e Equador: “Estamos diante de um novo tipo de constitucionalismo que implica um projeto político de país diferente, outra forma de cultura, de convivência, de territorialidade, de institucionalidade do Estado”.

dominante ao longo de quase todo o século XX e tinha como objeto principal o movimento operário, com uma perspectiva associada ao conceito de classe e à luta entre estas, priorizando a questão da estrutura econômica na gênese da ação.

A segunda corrente procurou dar conta da multiplicidade de movimentos surgidos a partir da década de sessenta, “compostas por sujeitos e temáticas que não estavam na cena pública ou que não tinham visibilidade, como mulheres, jovens, índios, negros, etc.” (Gohn, 2008: 29), e cujas demandas não eram contempladas de forma específica na análise marxista, tendo estado sempre condicionadas às questões estruturais, e sendo vistas como desdobramentos superestruturais das desigualdades geradas pelo sistema capitalista. Apesar das eventuais críticas ao marxismo, essa nova perspectiva de análise ainda tomava as categorias marxistas como bases de interpretação da realidade, num diálogo ao qual foram adicionados “novos significados e novas formas de vida e ação social” (Gohn, 2008: 30).

Já a terceira corrente é caracterizada como uma abordagem neo-utilitarista, na qual a ação social é analisada segundo uma série de fatores “tidos como objetivos, (tais como) a organização, os interesses, os recursos, as oportunidades e as estratégias” (Gohn, 2008: 30).

A inclusão de uma perspectiva territorial de análise pode ser associada aos desdobramentos surgidos a partir do surgimento das teorias de base cultural-identitária. A autora aponta que, com a mudança no paradigma vigente, o “território passa a ser uma categoria ressignificada e uma das mais utilizadas para explicar as ações localizadas, mas é uma nova concepção de território [...] [que] passa a se articular com a questão dos direitos e das disputas pelos bens econômicos, de um lado, e de outro pelo pertencimento ou pelas raízes culturais de um povo ou etnia” (Gohn, 2008: 44).

Não cremos ser possível, ao menos no caso aqui em análise, assumirmos de forma exclusiva uma das três escolas principais, descartando as demais. Ainda que o conceito a ser aqui assumido se alinhe com as interpretações culturais-identitárias sobre a ação social, é fato (assim como assumido pela própria autora citada acima) que não podemos descartar diversas das contribuições trazidas pela análise marxista, assim como desconsiderar as contribuições oferecidas por autores identificados como utilitaristas –tais como Tarrow e Tilly– seria perdermos de vista a riqueza das estratégias de ação desses movimentos na persecução de seus objetivos.

Adotamos aqui o conceito de movimentos sociais proposto por Melucci, que afirma que “um movimento social é uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a

ação se refere” (Melucci, 2001: 35). Em nossa interpretação este conceito abrange dimensões que consideramos essenciais à compreensão do contexto com o qual trabalhamos, quais sejam: (a) a questão da solidariedade, fundamental à construção das identidades coletivas presentes na mobilização social; e (b) a ruptura de um pacto que sustentava a situação colonial, e que não é mais passível de continuidade uma vez deflagrado o conflito. Essa ruptura implica, para sua solução, em novos arranjos que são políticos e sociais, mas que são igualmente territoriais. Lembremos, com Porto-Gonçalves, que “movimento é, literalmente, mudança de lugar e, assim, todo movimento social é, de alguma forma, em maior ou menor grau, portador de uma outra configuração social possível” (Porto-Gonçalves, 2003: 270).

É aqui que, tomando como referencial para a análise a questão do território, nos aproximamos do conceito de movimento sócio-territorial, como proposto por Mançano Fernandes (2005). Em primeiro lugar, esclarecendo o porquê da necessidade deste conceito, este autor afirma que “os sociólogos, na construção do conceito de movimento social, preocupam-se predominantemente com as formas de organização e com as relações sociais para explicar as ações dos movimentos. Essa é uma possibilidade, que contribui parcialmente para a compreensão dos espaços e dos territórios produzidos/construídos pelos movimentos. Mas não é satisfatória” (Mançano Fernandes, 2005: 279). Mançano Fernandes enfatiza que não há uma oposição entre a proposta de movimentos sócio-territoriais e os movimentos sociais tais como compreendidos pela sociologia, mas incita ao reconhecimento de que determinados movimentos têm no território e nas territorialidades (a apropriação do espaço e as formas pelas quais esta se dá) um componente essencial da construção de sua identidade coletiva.

Nesse sentido, é possível afirmar que transparece nos repertórios de ação coletiva¹⁹ dos movimentos aqui observados, uma relação direta com a questão territorial, seja no sentido de seu discurso — a demanda pelo auto-governo, pela manutenção de suas estruturas organizativas territoriais, pela soberania sobre os recursos naturais — seja no sentido da ação — com marchas, bloqueios de ruas/estradas, ações estratégicas, assembleias em espaços públicos (a serem analisados adiante).

A ideia de movimentos sócio-territoriais sofre algumas oposições pelo fato de haver uma interpretação de que a estratégia territorial poderia conduzir ao localismo, uma vez que estes movimentos prio-

19 Conforme trazido por Tarrow (2004), que nos fala sobre o acúmulo de experiências de ação com o qual os atores sociais se mobilizam, a experiência e memória de suas próprias ações coletivas, como discurso e como ação.

rizam a formação de espaços autônomos em suas estratégias, possivelmente perdendo de vista a dominação sistêmica em que estão inseridos. É nesse sentido que, ao assumir o conceito de movimento sócio-territorial como pertinente ao estudo de caso sendo desenvolvido neste documento, nos perguntamos qual a estratégia proposta no sentido da escala pertinente para a ação?

PODER LOCAL

Diferentes concepções escalares e estratégicas para o desenvolvimento

ATUALMENTE OBSERVA-SE UMA CRESCENTE DIFUSÃO do tema do “poder local”, também colocado como “desenvolvimento (a partir do) local”, entendido como uma estratégia de superação de carências estruturais e de índices socioeconômicos pouco expressivos que toma uma escala específica como alvo do direcionamento das ações para a consecução daqueles fins. Analisaremos aqui este tema por ele guardar importante relação com os objetivos propostos neste trabalho, pois a expressão “poder local”, assim como a concepção estratégica antes mencionada, se faz também presente no nome do projeto (instituição) desenvolvido em algumas das principais cidades bolivianas e que, na cidade de El Alto, foi o anfitrião dos trabalhos de campo realizados dentro do escopo desta investigação.

A concepção estratégica de poder local pode ser considerada um tema cercado por uma peculiaridade: é uma estratégia que encontra defensores em campos distintos da esfera política, que adotam um discurso semelhante, porém advindo de interpretações divergentes em relação ao sistema em que essas ações se encontram inseridas. Tal contradição tem sua origem nas próprias contradições inerentes ao momento específico vivido na economia capitalista sob o processo de globalização, e em suas consequências contraditórias sobre o espaço.

A GLOBALIZAÇÃO E (ALGUMAS DAS) SUAS REPERCUSSÕES SOBRE O LOCAL

Qualquer reflexão contemporânea que se faça sobre a questão do desenvolvimento local terá de passar, obrigatoriamente, por considerações a respeito das consequências do processo de globalização²⁰ sobre essa escala. Caracterizando o processo, Dupas afirma que “a partir da década de oitenta observamos uma intensificação do processo de internacionalização das economias capitalistas que se convencionou chamar de globalização. Algumas das características distintivas desse processo são a enorme integração dos mercados financeiros mundiais e um crescimento singular do comércio internacional –viabilizado pelo movimento de queda generalizada das barreiras protecionistas; [...] (se) esse fenômeno não é de todo inédito, [...] a escala e a velocidade em que ocorre hoje muda a sua qualidade e torna-o peculiar” (Dupas, 1999: 14-15). Tal generalização e amplitude encontraram no fim dos regimes socialistas do leste europeu o arranque para um espraiamento desenfreado²¹.

Ao buscar uma análise mais detalhada do processo, Dupas aponta entre as principais contradições da atual fase do capitalismo a que se dá entre “exclusão *versus* inclusão”. O fracionamento das cadeias produtivas em busca da redução de custos de produção, e a ampliação dos mercados de consumo em razão da consequente redução dos preços finais dos produtos levaram a uma inclusão, no sistema econômico mundial, de regiões que anteriormente estavam à margem desse processo. As grandes corporações globais têm hoje, baseadas num desenvolvimento sem precedentes das tecnologias de informação e de transporte, a capacidade de fragmentar seus processos produtivos através de um sem número de terceirizações, franquias e subcontratações que permitem a inserção, na economia global, de pequenas e médias empresas localizadas em países periféricos.

Ao mesmo tempo, esse processo se vê acompanhado pela ampliação cada vez mais generalizada das expectativas de consumo de

20 Cabe aqui apontar, conforme Sousa Santos, o quanto à própria ideia de globalização encobre o fato de tratar-se, na verdade, de um processo local –a hegemonia do sistema capitalista mundial ocidental– que “logra estender seu raio de influência ao longo do globo e, ao desprender esta ação, desenvolve a capacidade de designar como local à instância ou condição social com a qual compete” (Sousa Santos, 2008a: 198-199; tradução própria). Sendo assim, a interpretação generalizadamente aceita sobre a globalização –a qual para fins específicos deste trabalho é a comentada neste tópico– representa a tendência permanente no discurso científico hegemônico de assumir como universal a história de mundo narrada pelos vencedores.

21 “A queda do muro de Berlim acabou representando o último obstáculo que faltava vencer para implantar um amplo mercado de trocas em escala planetária” (Dupas, 1999: 45).

bens produzidos alhures, numa gama vasta de produtos que inclui de itens de alta tecnologia a vestimentas e calçados. Essa face de um consumismo moderno e/ou (supostamente) modernizante deve obrigatoriamente ser associada à necessidade desse processo de inserir-se enquanto inevitabilidade e enquanto necessidade vital. As modificações radicais no modo de vida dos cidadãos, baseadas em especial numa profunda alteração dos padrões de consumo, são uma face da globalização enquanto processo que busca o consenso. É preciso recordar que “assim como uma realidade material, a globalização é uma narrativa, um discurso mediado construído a partir de múltiplas histórias, e que se torna atrativo tanto devido à sua aparência de uma explanação plausível e de uma imagem nítida de futuro, onde globalização é inexorável e a única opção para a ação é a adaptação e a reação a ela. Assim, as teorias da globalização são entendidas como ‘senso comum’” (Pickerill e Chatterton, 2006: 735; tradução própria). Um senso comum que toma as possibilidades desse consumo modernizante como chave para o progresso.

Porém, contraditório assim como o é o próprio sistema, tal inclusão vem acompanhada de um processo igualmente sem precedentes de exclusão social²². A mesma tecnologia que possibilita o fracionamento e a automação da produção deixa os capitais cada vez menos enraizados, com um reflexo direto na crescente fragilidade das relações trabalhistas, e na progressiva ausência do Estado como agente regulador dessas relações. Ainda é Dupas quem afirma que “as grandes alterações na lógica da produção global [...] invadem também a esfera individual ao modificar valores e padrões há muito sedimentados, estando aí umas das principais raízes do sentimento de insegurança que começa a se generalizar e que está subjacente à preocupação com a exclusão social, fortemente ligado às mudanças acarretadas no mercado do trabalho” (Dupas, 1999: 16). O quase finado *welfare state* muda seu perfil, não mais sendo o garante das políticas públicas e sociais, e arcando com cada vez menos responsabilidades sobre os

22 Como também o aponta Sousa Santos: “A natureza radical da integração global que eles mesmos tornam possível, seja mediante a exclusão ou através da inclusão. Os excluídos, sejam indivíduos ou países, e inclusive continentes como a África, são integrados à economia global através de maneiras específicas com as que os mesmos resultam excluídos dela. Isto explica por que, entre os milhões de sujeitos que vivem nas ruas, em guetos urbanos, em resguardos, nas terras mortíferas do Urabá colombiano ou de Burundi, nas montanhas andinas ou na fronteira amazônica, em campos de refugiados, em territórios ocupados, em lugares de exploração nos quais se usam milhares de crianças como trabalhadores, há mais fatores em comum do que, à princípio, estaríamos dispostos a admitir” (Sousa Santos, 2008a: 199-200; tradução própria).

custos sociais dos programas oriundos da tecnocracia das instituições multilaterais²³.

Mesmo a possibilidade de inclusão gerada pela expectativa de um consumo que traria consigo o ingresso na sociedade globalizada é sinônimo de frustração: a cada vez mais generalizada insegurança econômica faz com que essas expectativas não se concretizem, aumentando assim a sensação de exclusão social num mundo onde apenas os consumidores completos parecem ter voz e vez²⁴.

A pergunta que se faz é: frente a essa contradição sistêmica, qual a estratégia a ser adotada? Aceitar o discurso hegemônico e assumir o sistema como inevitável para, a partir daí, buscar a melhor forma de inserção, aproveitando-se das possibilidades de “inclusão”? Ou, entendendo o avanço do sistema como um crescimento inexorável das condições de exclusão, construir estratégias para enfrentá-lo?

É frente a essas duas diferentes possibilidades que se colocam as distintas interpretações do que pode significar uma estratégia de desenvolvimento (ou empoderamento) local. A primeira delas, e uma de suas versões mais difundidas, é sugerida pelo Banco Mundial em seus documentos e defende a possibilidade de empoderamento a partir do local, tanto numa perspectiva ligada aos governos municipais (municipalista) quanto através do apoio a organizações locais de base.

A ideia de apoio aos governos municipais vem dentro da perspectiva de “engajar as cidades e os lugares na competição global; (pois) os governos locais, mais eficazmente do que qualquer outra instituição ou nível escalar, estão em condições de: a) atrair empresas e promover sua competitividade; b) oferecer base histórica e cultural para a integração dos indivíduos” (Vainer, 2002: 16-17). Essa concepção se insere naquilo que Vainer (2002) denomina “neolocalismo competitivo”, que expressa, na verdade, uma continuidade da realização do projeto capitalista global, através da tentativa de incorporação direta das cidades aos movimentos financeiros globais, baseada nos supostos atrativos que possam ser exercidos pela coesão (municipal ou regional) em torno aos objetivos de desenvolvimento.

Segundo o Banco Mundial, “as cidades não estão crescendo apenas em tamanho e número, elas também estão adquirindo nova influ-

23 “Opondo-se à crença popular, os processos de mercado não levam a um ‘esvaziamento’ do Estado, envolvendo em vez disso um aprofundamento do controle pelo Estado de certas facetas dos processos sociais, embora este seja afastado do desempenho de algumas de suas funções mais tradicionais e populistas” (Harvey, 2004: 236).

24 Como afirma Bauman, “a sociedade dos consumidores não tem lugar para os consumidores falhos, incompletos, imperfeitos” (Bauman, 2005: 22).

ência. A transição urbana oferece significativas oportunidades para aperfeiçoar a qualidade de vida de todos os indivíduos, mas até onde esse potencial é realizado depende criticamente de como as cidades são administradas, e das políticas locais e nacionais que afetam seu desenvolvimento” (Banco Mundial, 2000: 1). A criação de infraestrutura capaz de atrair investimentos externos, e os projetos de educação com objetivo de capacitação da mão-de-obra, ambos baseados em empréstimos obtidos em instituições financeiras multilaterais, inserem-se nessa visão de inserção direta na competição global. Essa é uma estratégia que não só não questiona a estrutura capitalista em si, uma vez que se desenha a partir de estratégias de inserção em movimentos financeiros de escala global, como ainda pode ser interpretada como um caminho ao permanente endividamento junto às mesmas instituições que defendem tal estratégia²⁵. O receituário defendido pelo próprio Banco Mundial (2000) para o êxito dessa estratégia prega que as cidades devem perseguir quatro objetivos principais: a) serem competitivas; b) bem governadas e administradas; c) “bancáveis” (*bankable*) (significando saúde financeira, decorrente da transparência de transações internas que permitam o acesso ao crédito sob condições “prudentes”); e, por fim, (d) vivíveis, significando a melhoria geral das condições de vida da cidade, com diminuição dos índices de pobreza, melhoria na oferta de serviços básicos, educação, saúde, transporte, investimentos no patrimônio cultural, etcétera.

Deve-se recordar que as estratégias desenhadas pelo Banco Mundial não se restringem às administrações municipais. Há igualmente por parte daquela instituição programas de apoio a instituições e organismos de base locais, vistos como elementos chave nas estratégias de desenvolvimento. Conceitos como empoderamento (*empowerment*) e empreendedorismo têm sido elementos frequentes desse receituário²⁶, e o Banco Mundial, através de seus programas específicos de

25 Essa visão é semelhante à apontada por Certeau quando afirma que a cidade torna-se um “conceito operatório” instaurado pelo discurso “utópico e urbanístico”, para o qual “a organização racional deve [...] recalcar todas as poluições físicas, mentais ou políticas que a comprometeriam; [...] nesse lugar organizado por operações “especulativas” e classificatórias, combinam-se gestão e eliminação”; assim sendo, “a racionalização da cidade acarreta a sua mitificação nos discursos estratégicos” (Certeau, 2008: 172-173).

26 É importante distinguir as diferentes possibilidades de compreensão do significado do *empowerment*, diferenciando-o da compreensão presentes nos discursos hegemônicos: “Historicamente, a noção de *empowerment*, na sociedade norte-americana, tem sido cooptada pelo individualismo, pelas noções individuais de progresso. [...] Agora, vou além disso, [...] procurando explicar melhor como compreendo o *empowerment* como o *empowerment* de classe social. [...] Não estou querendo reduzir tudo às classes, como fazem alguns marxistas estreitos. [...]

apoio regionais, enfatiza essa visão quando afirma que a “capacidade organizacional local é chave para a efetividade do desenvolvimento” (Banco Mundial, 2002: 18; tradução própria).

Cabe-nos reconhecer que essa última perspectiva –ainda que correlata à anterior no sentido de que pensa o local como estratégia de inclusão no sistema sem efetivamente questioná-lo– é bastante próxima da visão defendida por grupos de esquerda que defendem a importância das experiências organizacionais locais, porém nesse caso como estratégia de desafio e de rompimento para com as macroestruturas excludentes do sistema capitalista global. Para estes movimentos, defensores “(d)a tradição libertária, autogestionária e anti-estatista de certas correntes comunistas e anarquistas” (Vainer, 2002: 19), a opção pelo local é entendida como a possibilidade de conjunção de elementos de autogoverno e de aprofundamento de experiências democráticas radicais. Tal tendência tem foco principalmente na possibilidade da inovação e da criatividade das práticas autonômicas baseadas na valorização das experiências culturais e cotidianas, como afirmam Pickerill e Chatterton: a “autonomia é resistência e criação, uma tendência que propõe, mas também recusa; [...] é *praxis*, um compromisso com a revolução do dia-a-dia; uma rejeição necessária dos caminhos do poder [que] significa a fé no processo coletivo, na tomada não-hierárquica de decisões, na ajuda mútua” (Pickerill e Chatterton, 2006: 732; tradução própria). A recusa professada pelos autores é entendida enquanto recusa anti-capitalista, recusa à aceitação de um sistema que, para incluir, deve necessariamente excluir.

Sendo assim, há um horizonte completamente distinto entre as duas concepções, ainda que possam estar eventualmente focadas num mesmo perfil de organizações enquanto alvo prioritário de seus trabalhos. Vainer vai definir ambas estratégias como “localistas”, diferenciando-as enquanto “localismo competitivo, que realiza o projeto do capital global” (Vainer, 2002: 20) ao pensar exclusivamente numa maneira de inserção privilegiada e na imposição de novas formas de competição, e “localismo autogestionário” e solidário, que busca uma lógica de diálogo, relação e intercâmbio com outras experiências, que rompe com a ideia de competição e foca no local enquanto estratégia de resistência, e não como um auto-cerceamento localizado.

A questão do *empowerment* de classe social envolve a questão de como a classe trabalhadora, através de suas próprias experiências, sua própria construção de cultura, se empenha na obtenção do poder político. Isto faz do *empowerment* muito mais do que um intento individual ou psicológico. Indica um processo político das classes dominadas que buscam a própria liberdade da dominação” (Freire e Shor, 1986: 136-138).

Importante, porém, é igualmente apontar aqui a análise de Vainer em relação às duas estratégias localistas no sentido da recusa de ambas a pensarem-se dentro de uma estratégia nacional, visto que “que[r] se esteja à busca de uma forma de assegurar a incorporação do local ao movimento do capital global ou de uma forma de combater radicalmente, a partir do local, este mesmo movimento, a escala nacional é vista como inadequada, ou, pelo menos, claramente secundária” (Vainer, 2002: 20).

Quais são as principais críticas a esse posicionamento “localista”? Exatamente o fato da possibilidade de que, através de seu foco local, perca-se a visão de conjunto do sistema capitalista. Em outras palavras: se a dominação exercida pelo sistema capitalista desenha-se cada vez mais de forma globalizada, uma estratégia baseada no local não seria uma estratégia equivocada? Se o movimento do capital é cada vez mais global, não seria essa a escala adequada para seu enfrentamento? Existiria, afinal, uma escala prioritária para a realização de uma estratégia de resistência?

Sendo assim, existem críticas abertas ao “localismo”. Alentejano, em sua crítica à concepção de movimentos sócio-territoriais, fala na “ilusão da autonomia”, enquanto conquista de espaços e territórios por movimentos sociais, dado que a partir dela haveria a subestimação dos “mecanismos de dominação capitalista, que se repõem a cada momento” (Alentejano, 2006: 11); a vitória momentânea do movimento autonomista seria ilusória frente à reconhecida capacidade do sistema capitalista de permanentemente se re-inventar²⁷.

Cremos que há que se considerar tal crítica com as devidas ressalvas, talvez a tomando mais como um alerta do que efetivamente como uma crítica à tomada de estratégias efetivamente equivocadas. Nossa ressalva se faz aqui no sentido de que o que não nos parece adequado é a desconsideração de qualquer das escalas de ação. Se é bem

27 Crítica semelhante se encontra na seguinte fala de Atilio Borón, quando responde à pergunta “O que quer dizer ‘tomar o poder?’”: “[...] a terceira resposta (insatisfatória) é aquela que propõe que na verdade a tomada do poder é um processo que se pode decompor em partes, e que supõe então que a dominação burguesa e a exploração capitalista é possível de fracionar sobre bases territoriais ou regionais. ‘Se tomamos o poder ou chegamos ao governo de determinadas cidades ou determinadas regiões vai haver um processo acumulativo pelo qual finalmente conquistaremos o poder’. Essa resposta também é amplamente insatisfatória, e de novo a história recente da América Latina demonstra que esse não é o caso, porque nós temos na experiência contemporânea de hoje na América Latina muitos governos sub-nacionais, de cidades ou de regiões, que estão em mãos de posições de esquerda e, não obstante, devido às dificuldades que propõe sua articulação em um marco nacional se transformam quase em uma situação de impotência apesar da vontade e a firmeza com que [...] estão tratando de impor uma nova ordem” (Borón: 2004; tradução própria).

verdade que o sistema capitalista opera em escala global e, sendo assim, como afirma Alentejano “somente com a transformação global da sociedade será possível romper com a dominação capitalista” (Alentejano, 2006: 12), desconsiderar a importância das relações locais para esse enfrentamento nos soa igualmente equivocado. Pois, como afirma Sousa Santos, “não existe nenhuma condição global pela qual nos vejamos impedidos de encontrar as raízes locais particulares, os acomodatamentos culturais específicos” (Sousa Santos, 2008a: 199)²⁸.

A crítica de Alentejano aproxima-se da perspectiva de ação “globalista”, apontada por Vainer, que registra “a presença de expressivo contingente de pensadores e organizações que, em face do que vêm como sendo o movimento objetiva e economicamente inescapável de globalização, propugnam a esfera global para campo –ou arena– prioritária da ação política, seja através de um internacionalismo renovado no qual se reconhecem certas heranças da velha tradição comunista, e mesmo anarquista, seja através da afirmação de uma nova cidadania que se estaria construindo na luta pela democratização das agências globais” (Vainer, 2002: 16). Enquadram-se nessa corrente movimentos como os da Ação Global dos Povos (AGP), as grandes mobilizações paralelas que acompanham os encontros de organismos multilaterais tais como OMC e G-8, ou mesmo o mais conhecido entre todos, o Fórum Social Mundial, sendo um fator comum a todos esses movimentos a chamada por uma outra globalização possível.

Porém, nos questionamos: é possível afirmar que estes movimentos priorizam apenas a escala global, relegando a um segundo plano a escala local? Essa não nos parece, igualmente, uma análise correta da ação destes movimentos. Concordamos aqui com o conceito proposto por Pickerill e Chatterton de que a construção de “geografias autônomas — aqueles espaços onde as pessoas desejam construir formas não-capitalistas, igualitárias e solidárias de organização política, social e econômica, através de uma combinação entre resistência e criação” é parte integrante e inerente de um processo em maior escala que luta por uma outra globalização, através da formação de redes de solidariedade “através de múltiplos espaços e tempos” (Pickerill e Chatterton, 2006: 731; tradução própria). A estratégia “local” não se limita ao local, mas toma-o como forma de interpretar o global, e ainda que num primeiro momento foque suas ações nessa escala “reduzida”, não deixa de fustigar constantemente o sistema global.

Como definir então a questão da escala adequada à luta? Adotamos aqui a perspectiva sugerida por Vainer, que nos fala da adoção de uma estratégia transescalar cuja ideia expressa que “qualquer projeto

28 Sobre este tema ver Mignolo (2003).

(estratégia?) de transformação envolve, engaja e exige táticas em cada uma das escalas em que hoje se configuram os processos sociais, econômicos e políticos estratégicos” (Vainer, 2002: 25). A ideia de uma perspectiva transescalar reside no reconhecimento de que os processos a serem enfrentados são tanto globais quanto locais. Se é bem verdade que muitos dos processos que afetam cidades e regiões têm sua origem em processos sistêmicos que afetam a escalas muito maiores, é também verdade que muitas das mazelas vividas localmente tem causas especificamente locais. Ao mesmo tempo, a suposta ausência de projetos globais por parte dos chamados movimentos “localistas” (em sua perspectiva autonômica) nos fala também de um mundo no qual é preciso romper com as narrativas únicas, universais, e pensar que um mundo diverso pode construir formas de resistência diversas. O importante, nesse caso, é ressaltar não as diferenças existentes entre essas distintas matrizes de resistência, mas sim buscar, através daquilo que Sousa Santos denomina “teoria da tradução”, a construção de eixos comuns que possibilitem a construção de um movimento global unificado em torno a denominadores comuns: “A teoria da tradução permite a identificação de nexos comuns nas lutas indígenas; [...] o terreno comum e unificador, uma vez que resulte identificado, se converte em um princípio de ação somente enquanto é assumido como a solução à fragmentação e insuficiência das lutas que ainda se encontram confinadas dentro de seu caráter meramente particular ou local” (Sousa Santos, 2008a: 204-205; tradução própria).

O QUE PODE O “PODER LOCAL” NA BOLÍVIA?

Homônimo à concepção estratégia analisada no tópico anterior, o programa institucional “Desenvolvimento do Poder Local”, vinculado à União Nacional de Instituições de Trabalho para a Ação Social (UNITAS), “desenvolve suas ações em espaços organizativos urbano-populares de diferentes cidades da Bolívia: La Paz, El Alto, Oruro, Potosí, Cochabamba, Santa Cruz, Tarija; [...] seu propósito é lograr que os setores urbano populares, em função de seus interesses coletivos, tenham capacidade de decisão frente aos poderes constituídos e exerçam o poder de maneira crítica [...]; as atividades que desenvolve em contato direto com *vecinos* e *vecinas*²⁹ ajudam a potenciar a ação política organizada da população urbano-popular em sua busca de

29 Optamos por manter a grafia no original, por considerarmos que a tradução ao português (vizinho/vizinha) não expressa a carga semântica que este termo adquire quando mencionado em relação às organizações de bairro em El Alto. Consideramos que, naquele contexto, *vecino* já adquire o status de uma categoria social específica, e não uma mera relação de proximidade residencial.

participação na vida pública para superar a exclusão socioeconômica, cultural, generacional e de gênero. Seu objetivo é a construção consciente de capacidades autodeterminativas e de influência política nos espaços de tomada de decisões” (Espósito e Arteaga, 2007: 7; tradução própria). No caso específico da cidade de El Alto o programa “Poder Local” começou a estruturar-se no ano de 1999, com uma linha de ação que, a princípio, guardava relações com as novas formas de participação política geradas a partir da descentralização trazida pela Lei de Participação Popular (LPP).

LEI DE PARTICIPAÇÃO POPULAR (LPP)

Aprovada em 20 de abril de 1994, a Lei 1551 “converte as seções provinciais em jurisdição territorial dos governos municipais, reconhece personalidade jurídica às organizações territoriais de base (comunidades camponesas, povos indígenas, *juntas de vecinos*, etc.) y transfere recursos de co-participação tributária e a infraestrutura dos serviços públicos aos municípios” (Quiroga, 2003: 290; tradução própria)³⁰.

A princípio a LPP revestia-se de um perfil modernizante, resultante da ampliação das esferas de participação no controle dos gastos municipais, chegando a ser comparada com os “orçamentos participativos” implantados no Brasil em prefeituras administradas pelo Partido dos Trabalhadores (PT): “O mais significativo do processo boliviano neste sentido foi a incorporação da população rural ao âmbito municipal e a instauração do ‘planejamento participativo’. Este consiste, basicamente, na obrigação que têm as autoridades municipais de consultar as organizações territoriais de base para a elaboração de seus Planos de Desenvolvimento Municipal — sendo esta uma condição para receber as transferências — e na fiscalização da gestão municipal através de conselhos de vigilância eleitos por tais organizações” (Finot, 2003: 141; tradução própria). Tal projeto modernizante era assumido como uma política emblemática do governo do *Movimiento Nacionalista Revolucionario* (MNR) sob a primeira presidência de Gonzalo Sánchez de Lozada, que buscava assim criar uma associação direta entre os conceitos de descentralização e participação³¹. Aliado a isso houve des-

30 “O destacável da Lei de Participação Popular (LPP) foi a municipalização do território nacional, a co-participação tributária a favor das municipalidades e a transferência de competências que, ainda que com limitações, [...] geraram um processo descentralizador exclusivamente a favor dos municípios” (Urenda, 2003: 450; tradução própria).

31 Conforme depoimento: “Então muitas organizações, muitas instituições apoiaram a Lei de Participação Popular, a 1551. Inclusive [...] Gonzalo Sánchez de Lozada viaja para dar conferências internacionais para falar deste tipo de desenvolvimento local, onde os pobres podem decidir” (depoimento, Poder Local; tradução própria).

de sempre a intenção de, com o suposto aumento do controle popular sobre os gastos municipais, compensar os custos sociais do Programa de Ajuste Estrutural conduzido pelo mesmo partido.

Cabe mencionar que aquele governo demonstrava certa preocupação com a questão dos movimentos indígenas, com decretos de reconhecimento de terras, e a chegada à vice-presidência do aymara katarista³² Víctor Hugo Cárdenas, em 1993. A presença de Cárdenas na vice-presidência ficou marcada pela modificação na Constituição Política do Estado, em 1994, que reconhecia o caráter multiétnico e pluricultural do país, o reconhecimento de personalidade jurídica às comunidades indígenas, o caráter intercultural-bílingue da educação boliviana, e a possibilidade de reconhecimento e titulação de territórios indígenas, nas chamadas TCO –Terras Comunitárias de Origem (Albó, 2002). Porém, além das dificuldades enfrentadas pelo conflito de interesses em torno às demarcações de terras, o fato é que muitas dessas medidas acabavam por se tornar meros adornos sobre uma estrutura excludente que não se alterava em profundidade, permitindo aos indígenas não mais do que uma inclusão condicionada, sob um multiculturalismo ornamental e simbólico (Rivera Cusicanqui, 2006).

Aqui a análise da LPP é vital para a compreensão de boa parte dos processos políticos subsequentes à sua criação, pois, ao propor a re-localização da arena política à esfera municipal, ampliando (deve-se admitir) de alguma forma as possibilidades de participação, a lei teria, ao mesmo tempo, um êxito em desmobilizar algumas formas de articulação de lutas prévias à sua aplicação. Sua aplicação tem consequências político-territoriais que são fundamentais aos processos subsequentes.

Do ponto de vista das formas de representação política, é preciso destacar que a lei enquadrava-se numa conjuntura específica –a retomada da democracia representativa em 1982– na qual havia uma crescente valorização do papel exercido pelos partidos políticos como mediadores entre Estado e sociedade. Havia, assim, uma crescente partidarização da vida política nacional, que pressupunha que as instâncias previstas para a participação popular fossem preenchidas por candidatos vinculados a partidos políticos.

Sendo assim, ao reduzir as esferas de participação ao controle exclusivo de partidos políticos que, reconhecidamente, eram domi-

32 Originado a partir do final dos anos sessenta, com o rompimento do chamado Pacto Militar Campesino que havia dado sustentação ao governo do presidente René Barrientos, entre 1964-1969, o katarismo era uma “corrente ideológica na qual se sintetizavam temas culturais, projeções políticas e lutas reivindicativas [...] com expressões tanto urbanas quanto regionais” (Rivera Cusicanqui, 2003: 168; tradução própria).

nados pelas tradicionais elites econômicas e políticas do país, e que agiam através de relações clientelistas, a lei acabava por aumentar o descontentamento e, eventualmente, mesmo a des-politização de uma sociedade cansada de lugares comuns da burocracia e da ineficiência revestidas pela corrupção. Além disso, a própria lógica da atividade político-partidária é desconhecida e com trâmites completamente distintos das formas de atividade e representação políticas originárias, baseadas na democracia plebiscitária e direta. É possível reconhecer aqui mais um reflexo de um pensamento colonizado, na qual a ideia de modernidade somente pode ser associada à democracia representativa e a um sistema consolidado de partidos políticos, relegando a um plano de inferioridade as demais formas de representação existentes.

Do ponto de vista territorial, ainda que reconhecesse (em parte) as organizações territoriais de base, a lei não o fazia plenamente. A municipalização era desenhada em desconhecimento às estruturais locais, repetindo a lógica excludente de ordenamento territorial já imposta anteriormente em período colonial, apenas reciclando-a. As novas municipalidades eram criadas com uma lógica des-re-territorializante, que acabaria por impor divisão e conflitos em zonas que anteriormente mantinham harmonia: situação observada por Mamani: “Por que os Laimes e Qaqachakas (no departamento de Oruro) até quase dois anos mantinham permanentes conflitos territoriais? Ademais, por que em muitas regiões há conflitos de limites entre diversas comunidades e *ayllus*? E por que certas *markas* e *ayllus* que no passado constituíam uma só unidade dual têm hoje grandes conflitos? Quando terminarão os conflitos interdepartamentais e de limites e recursos? O problema fundamental que existe por detrás destes conflitos é a imposição de uma lógica de organização territorial” (Mamani, 2005a: 57; tradução própria).

Aplicada em conjunto à própria desintegração da vida política nacional, onde o caso do esmorecimento já apontado da COB havia levado a uma crescente ausência de fatores identitários e de integração que permitissem uma articulação popular em torno a objetivos nacionais, a lei tornava-se mais um elemento a fazer com que as forças de mobilização acabassem restringindo-se a aspectos locais, desmobilizando esferas anteriormente tradicionais de luta e mobilização. Fragilizava, assim, não só as entidades sindicais como também as estruturas de organização originárias. E, nesse sentido, a possibilidade de acesso aos recursos agora geridos municipalmente era um fator a mais de desestruturação.

A LPP reveste-se, portanto, de um (momentâneo) duplo êxito desmobilizador, atingido através da utilização de uma estratégia territorial semelhante a um “dividir para reinar”: do ponto de vista político

cria uma possibilidade para o acesso a recursos (reconheça-se, num país onde estes são escassos), através de entidades territoriais locais; com isso, logra desarticular outras forças de mobilização em escala nacional (em verdade, já fragilizadas naquele momento), reduzindo, assim, as possibilidades de uma construção em maior escala de um projeto nacional popular, onde se façam presentes elementos de identidade e de solidariedade. Ao mesmo tempo, ao desenhar a municipalização “*desde arriba*”, repetindo a estratégia de (des)ordenamento territorial colonial, logra com que as comunidades coloquem-se em posição de disputa por recursos, rompendo com as lógicas territoriais de reciprocidade herdadas dos *ayllus*.

Assim, “em que pese que o objetivo da Lei era ‘articular as comunidades indígenas, camponesas e urbanas na vida jurídica e política do país e fortalecer os instrumentos políticos e econômicos necessários para aperfeiçoar a democracia representativa facilitando a participação cidadã’, esta foi projetada [...] sem a participação das organizações da sociedade civil, negando inclusive formas locais de participação através da criação de instrumentos artificiais nos quais o Estado define os procedimentos para a participação: sujeitos, momentos, funções, formas de apresentar reclamos e exercer o controle social. Estes instrumentos respondem a uma ótica modernizante, que nega a tradição da história da participação social na Bolívia, opondo-lhe um modelo no qual o indivíduo substitui o ator coletivo” (Espósito e Arteaga, 2006: 25; tradução própria)³³.

EL ALTO E O PODER LOCAL

A relação entre a criação do programa “Poder Local” e os processos decorrentes da municipalização prevista pela LPP, é assim narrada em depoimento: “O programa começa a se estruturar precisamente no ano de 1999, mas sua linha política inicial estava baseada em uma espécie de apoio ao desenvolvimento desde uma perspectiva municipalista, por toda esta questão da descentralização, e da (lei de) participação popular. [...] (Mas) o importante é que ao aglutinar um conjunto de instituições com perspectivas bastante diversas [...] começam a estruturar uma perspectiva compartilhada que lhes dá um giro, uma tendência a ver que nas cidades terias [...] sérios conflitos sociais nes-

33 “O esforço político mais sistemático do Estado para reconfigurar o âmbito da participação pública foi a promulgação da chamada Lei de Participação Popular (LPP). Com um nome tão amplo se encobriu um gigantesco esforço por desnaturalizar, invisibilizar e dissolver as persistentes e múltiplas práticas políticas e de gestão do assunto público, realizadas à margem da normatividade liberal estatal, sobre tudo em comunidades rurais de matriz indígena e em populações pequenas” (García Linera, 2002: 16-17; tradução própria).

ta década, por este forte processo de urbanização, pelos impactos do neoliberalismo, a carência de recursos e serviços básicos. Então é neste momento que se propõe [...] mais do que empregar uma lógica funcional da participação popular que [...] via a participação popular como uma medida compensatória, [...] [dar] uma perspectiva de apoio às organizações em um processo [...] de politização das demandas, demandas que, como no caso de Cochabamba ou no caso de El Alto, vieram por si –o tema da água, o tema de outubro– mas no qual o programa procurava contribuir dando uma perspectiva política de transformação social” (depoimento, Poder Local; tradução própria).

As limitações da LPP mostravam-se igualmente no mecanismo previsto para ser o de maior participação, que também acabava restrito à lógica partidária e, com ela, à lógica clientelista: “As organizações matrizes antes tinham uma perspectiva nacional. O que esta lei trata de fazer é destruir estas e criar paralelos, como os comitês de vigilância, que têm atribuições segundo a lei de municipalidade. Quais são suas atribuições? Somente controlar recursos e obras –qualidade [...], cumprimento–, nada mais! Então te reduzem a uma falsa participação, a um falso controle social. Mais ainda no caso de El Alto, ao favorecer às grandes empresas contratistas, que vão começar a fazer negócios com o município e cobrar 15% por obra e entrar em atos de corrupção que foram denunciados e que nunca sofreram o processo necessário... Até aí chegava a LPP, simplesmente para fortalecer as elites locais”³⁴ (depoimento, Poder Local; tradução própria).

Sendo assim, “em síntese, os avanços institucionais em termos de participação social no âmbito local não corresponderam às demandas políticas que manifestavam a necessidade de projetar sua influência a nível nacional. Neste sentido, não superou o modelo da democracia representativa, nem incorporou plenamente elementos de democracia participativa a nível local, quanto menos elementos de uma democracia deliberativa. Este processo, portanto, não recuperou para a democracia boliviana as demandas históricas dos movimentos sociais tradicionais por uma democracia participativa na gestão do Estado” (Espósito e Arteaga, 2006: 27; tradução própria).

A questão estratégica que se coloca é como, frente a uma lei desenhada com possibilidades tão amplas de cooptação, romper com seus

34 “O controle orgânico dos municípios [...] fracassou. Os comitês de vigilância demonstraram sua ineficácia; no que se refere aos municípios, também assignou aos comitês de vigilância o labor fiscalizador dos recursos mencionados, ignorando que estas entidades estão tão politizadas e prebendalizadas que ratificá-las como entidades fiscalizadoras resultou num verdadeiro despropósito e um engano aos condenadores da dívida externa boliviana” (Urenda, 2003: 451-452; tradução própria).

efeitos³⁵? Entra aí a visão que conduz as atividades do “Poder Local”: “Então, ainda que a Participação Popular dê certa possibilidade de decisão [...] às juntas vicinais e comunidades camponesas, concentra-a em aspectos micro-locais, barriais, em demandas muito imediatas: a quadra, o bairro –geralmente infraestrutura– mas sem a possibilidade de decidir no âmbito público, tampouco no âmbito nacional, em temas estruturais que realmente são onde estão a sofrer. Então a perspectiva era essa: como conseguir que essas organizações possam decidir a nível estrutural, possam politizar suas perspectivas, e que não estejam necessariamente centradas no tema de obras, de competir e fragmentar-se entre elas numa competição pelas obras imediatas” (depoimento, Poder Local; tradução própria).

A sequência do balanço proposto pelo Poder Local é bastante elucidativa: “O interessante é que justo nos dez anos de sua aplicação –que se elabora mais ou menos em 1993 e se termina [...] em 1994– [...] tens o estrondo em El Alto. Quer dizer que, evidentemente, se bem esta promessa de participação popular te propunha [...] novas formas de articulação entre a sociedade civil e o Estado através do local, [...] não consegue satisfazer todas as expectativas que vinham no pacote” (depoimento, Poder Local; tradução própria).

EL ALTO: CONSTITUIÇÃO DA CIDADE AYMARA

Tendo acompanhado a conjuntura que cerca a formação do projeto “Poder Local” e sua perspectiva de inserção na ação social de El Alto, é importante, aqui, que resgatemos aqui um pouco da trajetória de formação da municipalidade, para uma maior compreensão dos processos aqui analisados que têm este município como centro.

A zona ocupada por El Alto está situada nas bordas do altiplano andino, nos limites do vale onde se situa La Paz. O município, que a princípio nasceu como periferia da sede do governo boliviano, teve

35 Ainda que não seja tema específico deste trabalho, cabe apontar que no caso dos vales cochabambinos, a LPP permitiria a ascensão das forças populares através de uma utilização inteligente do sistema político eleitoral pelo MAS: “A Lei de Participação Popular que fortaleceu os municípios rurais, nos quais mais de 500 indígenas chegaram a exercer funções de governo local. Um dos setores que com isso mais se potencializou foi um novo partido, que primeiro se chamou ASP (Assembleia Soberana do Povo) e depois MAS (Movimento ao Socialismo), criado pelos camponeses-indígenas de Cochabamba sob a liderança do aymara-quechua e produtor de folha de coca, Evo Morales. Animados por seu êxito municipal em 1995, se lançaram também às eleições nacionais de 1997 elegendo 6 deputados, incluindo seu líder Evo. Mas o modelo econômico neoliberal não entrava em jogo. Mais bem, foi este mesmo Governo que consolidou a “capitalização” (uma forma de privatização) das principais empresas e dos recursos nacionais” (Albó, 2004: 42; tradução própria).

sua emancipação em 6 de março de 1985 e de lá para cá se tornou a terceira maior cidade do país em termos populacionais: de 11 mil habitantes na década de quarenta (3,4% da população *paceña* à época), passou a 30 mil habitantes na década de sessenta, 100 mil no censo de 1976, e 405 mil no censo de 1992, o que representa um impressionante crescimento de cerca de 9% ao ano entre os dois últimos censos citados. Segundo o censo de 2001, a cidade contava com mais de 600 mil habitantes, representando um crescimento de 5% anuais em relação ao censo anterior, a maior taxa de crescimento populacional de todo o país (Garfias e Mazurek, 2005; tradução própria), composto basicamente pelos intensos processos migratórios³⁶.

As migrações cumprem um papel importante na constituição *alteña*, a “Babel das migrações” (García Linera, 2005), cidade de essência migrante que sintetiza, em seus bairros, experiências de diversos setores e regiões do país³⁷. As causas dessas migrações podem ser encontradas tanto em atos governamentais (como o DS21060), como em “não-atos” governamentais –a falta de ação para lidar com a pobreza extrema que se encontra nas áreas rurais do departamento de La Paz, que fazem com que El Alto acolha a estas populações migrantes que buscam ali encontrar possibilidades de reconstrução de suas vidas. O problema migratório é assim interpretado por uma autoridade: “Se no altiplano as pessoas comem, se lá se produz e se geram ingressos econômicos, já não haverá migração, já não haverá os cinturões de pobreza que vemos neste momento e que dão uma má aparência de uma Bolívia que não tem nada. Mas o Estado e os governos departamentais nunca tiveram políticas de desenvolvimento. [...] Assim, lamentavelmente, nos últimos trinta anos a migração da área rural para a parte urbana — não somente no departamento de La Paz — tem sido bastante significativa. Isso devido ao pouco apoio ou respaldo dos governos departamentais e do governo central para conseguir o desenvolvimento ou melhorar as condições de vida na área rural” (depoimento, *mallku*, FTCLPTK³⁸; tradução própria).

Formou-se assim uma cidade aymara: 50,68% da população afirmam falar o idioma, e 74,25% definem-se como aymaras. É uma cida-

36 Segundo dados do último censo (INE: 2002), enquanto a taxa de crescimento inter-censos (1992-2001) para a Bolívia foi de 2,74%, para a municipalidade de El Alto esta taxa foi de 5,10%. O município é o que possui, assim, a maior taxa migratória de todo o departamento, (em todo o país ela só é comparável à do departamento de Santa Cruz).

37 “O que impressiona mais, aqui, é o fato de os lugares vividos serem como presença de ausências; [...] só há lugar quando frequentado por espíritos múltiplos, ali escondidos em silêncio, e que se pode “evocar” ou não” (Certeau, 2008: 189).

38 Federação de Trabalhadores Camponeses do Departamento de La Paz - Tupaq Katari.

de jovem, como nas palavras de um depoimento: “A cidade de El Alto acolhe a todas as pessoas que anteriormente viviam em minas, em povos, em províncias, que é gente humilde, que ficou marcada. [...] É uma cidade jovem, acolhe a essas pessoas” (depoimento, *vecino*, El Alto; tradução própria)³⁹.

Porém, ainda que sua existência formal seja recente, El Alto orgulha-se de ostentar uma história que remonta aos primeiros anos de ocupação colonial espanhola, e junto a ela, uma longa memória histórica de lutas sociais indígenas. Foi a posição geográfica do sítio de El Alto em relação à cidade de La Paz que justificara sua ocupação (e o perfil dessa ocupação), e que deu à população da cidade o recurso estratégico por ela apreendido e largamente utilizado⁴⁰. Da região conhecida como La Ceja (numa tradução aproximada, algo como “a sobrançelha” de El Alto), a borda por onde a cidade vigia La Paz, a sede do poder estatal boliviano projeta-se no horizonte numa visão espetacular, observada de cima pela cidade que fica “*en el alto*”. Essa posição estratégica privilegiada permitiu que, em 1781, Julián Apaza Nina –o mítico Tupaq Katari–, sua esposa Bartolina Sisa e sua irmã Gregoria Apaza, alguns dos maiores ícones das lutas aymaras na Bolívia, compusessem ali seus quartéis indígenas num cerco de mais de quatro meses à cidade de La Paz; em 1899, na chamada Guerra Federal, sob a liderança do aymara Pablo Zárate Willka, foi impedido o

39 Existe um parêntese importante a ser aberto aqui em relação ao problema das migrações. Elas são intensas tanto dentro do país como para fora do país. A busca de uma solução frente às dificuldades econômicas faz com que grandes contingentes de bolivianos busquem refúgio no exterior. Entre os principais destinos estão a Espanha e, na América do Sul, a Argentina (Buenos Aires) e o Brasil (São Paulo). Buenos Aires abriga a maior comunidade boliviana fora do país: “O fluxo migratório de bolivianos para a República Argentina é tradicional há mais de 40 anos, com cifras alarmantes que estimam que 1,2 milhões de bolivianos vivem nesse país, se incluímos os não-documentados e os dependentes (filhos de bolivianos)” (Morales, 2001: 15; tradução própria). O preconceito sofrido por esta comunidade de expatriados foi atestado por uma comissão de deputados em visita ao país platino: “Os deputados bolivianos que estiveram em Buenos Aires afirmam que as tradicionais denominações *porteñas* de “*bolitas*” e “*cabecitas negras*” que se usam para referir-se aos bolivianos agora têm uma conotação depreciativa e pejorativa. A própria menção da nacionalidade ‘boliviano’ converteu-se em insulto” (Morales, 2001: 15; tradução própria). Enquanto em São Paulo é crescente o número de imigrantes ilegais trabalhando nas confecções do bairro do Bom Retiro. Segundo Athayde “de toda a migração recente para o Brasil, o grupo mais volumoso é, sem dúvida, o dos bolivianos. A estimativa de entidades que lidam com o tema é de 60 mil em São Paulo, embora autoridades bolivianas mencionem 200 mil” (Athayde, 2007: 17). Lá, aos domingos, esses imigrantes recriam seus espaços na Feira da Kantuta, no bairro do Pari, onde em meio a *salteñas*, cumbias e futebol, fazem com que haja um pouco de Bolívia em meio à agitação paulistana.

40 Lembrando que o espaço só é efetivamente um trunfo quando assim utilizado para influenciar nas relações sociais.

avanço das tropas federalistas; e em 1952, foi ali que se consolidou a revolução (Mamani, 2005a; tradução própria).

Hoje, os indicadores de pobreza da cidade, afora serem visualmente evidentes, mostram o resultado de seu peculiar processo de formação. De sua população total, 66,45% são considerados abaixo da linha de pobreza, e destes, 17,45% abaixo da linha de indigência. Dos índices de saneamento básico, destacam-se 36,66% da população sem acesso à coleta de esgotos, e mais de 50% daqueles com acesso à água encanada o tem fora do espaço residencial (terreno ou fontes coletivas)⁴¹. A percepção dessa situação de carência, aumentada pela própria inépcia das administrações estatais frente às necessidades do município é fator importante no processo de conscientização e mobilização. A criação da infra-estrutura necessária para o acesso aos serviços básicos foi obra dos próprios moradores, o que resultou no surgimento das primeiras *juntas vecinales*⁴² na década de cinquenta, que recriavam, em meio urbano, as experiências comunitárias advindas do meio rural andino: “No desenvolvimento das organizações urbanas de El Alto, as tradições organizativas que provinham da área rural tiveram uma forte influência, já que, ante o abandono do Estado, [...] os migrantes tiveram que reatualizar e urbanizar o conjunto de suas instituições associativas agrárias a fim de poder construir suas casas, obter iluminação pública...” (García Linera, 2005: 591; tradução própria).

Esse processo é parte de uma construção identitária que transparece em depoimentos: “El Alto foi uma cidade totalmente menosprezada desde que surgiu. Nunca foi atendida em absolutamente nada. E El Alto, como é majoritariamente *aymara*, tem seus próprios costumes, seu próprio sistema, [...] autogestionários, se fazem trabalhos comunitários. Por exemplo: para abrir uma rua ou uma vala num bairro, todos os vizinhos saem e trabalham por turno, é um trabalho comunitário, [...] uma construção dos próprios *alteños*. [...] Recém desde [...] 1997, 1998 se começou a construir [...] com um investimento mais forte [...] da alcaldia de El Alto. Porque o que se fazia anteriormente, nas zonas, [...] alguns *vecinos* chegavam com algum projeto, digamos, somente material, matéria prima, pedra, e os *vecinos* começavam a

41 “Assim, El Alto se constituiu de várias migrações, e por isso a forma de vida, o estado de vida econômica de cada família é muito pobre, e por isso nasce a necessidade, e por isso também há a unidade aqui. Quase não somos burgueses, será algo em torno de 3% os que têm possibilidades, mas quase 97% não têm possibilidades econômicas, e há situações muito críticas desde que houve essa superpopulação que veio trabalhar nas cidades” (depoimento, *vecino*, El Alto; tradução própria).

42 Mantivemos a grafia em espanhol, conforme justificativa à nota 52.

trabalhar, a empedrar as ruas, as calçadas. Nos entregavam e nós trabalhávamos. É uma construção do *alteño*” (depoimento, *vecino*, El Alto; tradução própria).

A re-significação das memórias de longa duração andinas em meio urbano é fundamental para compreender o papel desempenhado pelas *juntas vecinales* enquanto entidades propulsoras da mobilização social em El Alto. Os laços herdados de uma cultura comunitária e a adoção de uma série de práticas baseadas nos preceitos da complementaridade e da reciprocidade foram essenciais à própria construção da cidade, e são experiências transmitidas às gerações que, ainda que eventualmente despercebidas em momentos de “normalidade”, se fazem sentir quando dos momentos de conflito⁴³. Somado a isso, a própria ligação permanente dos *alteños* com suas raízes andinas reforçam laços de solidariedade entre esses dois mundos (rural e urbano), mais distintos na aparência do que na realidade. Reunindo as práticas herdadas das tradições das quais se originam os moradores da cidade, El Alto as re-territorializa num mosaico construído a partir de experiências mineiro-sindicais e campesino-aymaras.

O seguinte depoimento é bastante ilustrativo desse processo em que se associa a percepção da necessidade com a auto-gestão como estratégia: “Primeiramente, [...] de acordo a nossas necessidades. Veja bem: eu sou *vecino* aqui em El Alto há aproximadamente 60 anos, quando a população era muito mínima [e] a água era proporcionada através da empresa de trens que funcionava [aqui]. [...] Tínhamos necessidade desses serviços, e como a população ia crescendo nos organizamos em grupos de amigos e logo *vecinales*, e nos propusemos a fazer alguma coisa. [...] Então veio um momento de mobilizações para que o governo ou o Estado através de suas instituições nos proporcionasse [os serviços de que necessitávamos]. De alguma maneira chegamos a atingir alguns desses objetivos, mas não totalmente. Acredito que fizemos isso politicamente, mas não politicamente partidária, e sim coletiva ou comunitária. Diria que é assim, porque as necessidades sempre incitam algumas ações [...]. Muitas vezes nos reuníamos entre jovens, porque os mais velhos trabalhavam, e nos organizávamos para algum serviço para a casa, trasladando água de uma torneira ao domicílio, algumas coisas [...]. Houve um dia em que nos encontrávamos na cancha, jogando com a bola, e aí nos entrávamos em acordo sobre o que poderíamos fazer para sanar nossas necessidades mais básicas” (depoimento, *vecino*, El Alto; tradução própria).

43 Ainda que em regiões de colonialismo interno, a “normalidade” sempre signifique “conflito latente”.

Retomando experiências como a dos *ayllus*, as *juntas vecinales* são responsáveis pela harmonização da vida em comum, momentos nos quais pode, até mesmo, atuar como uma espécie de consultoria psicológica, ou tribunal de pequenas causas. É um papel de certa forma complexo a ser cumprido pelas juntas, como o expõe uma liderança: “Quando decidimos nos organizar para lutar aqui na Bolívia, [...] sempre foi em defesa de algo. Em nossas comunidades acontece o mesmo. Ou entre nós, se há uma briga, também. Quando se está de presidente da zona, nos chega todo esse tipo de problema, seja entre familiares, isso também vai aos presidentes. Essa também é uma responsabilidade nossa” (depoimento, *vecina*, El Alto; tradução própria).

FEDERACIÓN DE JUNTAS VECINALES: MATRIZES DE ORGANIZAÇÃO SÓCIO-TERRITORIAL URBANA

As juntas vecinales estão reunidas sob um único ente-matriz que é a Federación de Juntas Vecinales de El Alto — Fejuve, que é assim definida nas palavras de uma liderança: “A Fejuve é uma organização que agrupa a mais de 575 *juntas vecinales* ou bases. São organizações que se encontram em distintos lugares, e esses bairros [...] são representados por presidentes de zona, e o conjunto desses presidentes de zona fazem uma deliberação aqui na Fejuve para tomar decisões muito concretas, ou propostas diretas. [...] Se não somos escutados diretamente temos que baixar novamente ao ampliado de presidentes, e dizer-lhes: ‘Olha, até o momento [...] não fomos escutados, agora qual o passo a seguir?’. E aí [...] os presidentes tomam a decisão de acionar mecanismos de protesto, sair pela força” (depoimento, *vecino*, El Alto; tradução própria).

Outro depoimento destacava a importância da questão vecinal para a coesão obtida em torno à entidade: “Isso [...] engrandece a Fejuve, porque aqui em El Alto todos somos *vecinos*, [...] a única maneira de se fazer escutar é de *vecino* a *vecino*, [...] e essa é a representatividade com a qual joga a Fejuve, porque acolhe também as demandas de cada um dos *vecinos* e das organizações sociais através dessas demandas” (depoimento, *vecino*, El Alto; tradução própria).

Na prática a Fejuve atua como uma federação de “microgovernos barriais” (Mamani, 2005b). Ela existe oficialmente desde 1979, herdeira das primeiras organizações de *juntas de vecinos* surgidas em El Alto. Ali são expostas, diretamente, as necessidades de cada *junta*, especialmente em relação a problemas de desenvolvimento urbano, e se busca, através da unidade e da ação direta, encontrar os mecanismos que possibilitem a solução desses problemas.

O papel da entidade acabou ultrapassando, em muito, a função original de administração dos problemas urbanos. A proeminência de

El Alto na vida política boliviana atrai a atenção sobre a Fejuve enquanto um dos principais canais de interlocução junto à população *alteña*. A federação logra alcançar uma projeção que toca diretamente no cotidiano, no espaço vivido de seus comunários, possuindo assim um poder de convocatória invejado por todo e qualquer partido político boliviano — ainda que a entidade tenha como padrão a não adesão oficial a qualquer programa de partido, mantendo assim sua autonomia decisória⁴⁴.

Aqui, a questão que se abre é: como uma entidade cuja finalidade é basicamente a gestão de infra-estrutura urbana, torna-se a maior referência de um acontecimento cujas demandas projetavam-se muito além da escala local — o “Massacre do Gás”? Esse era, em outros termos, o questionamento surgido em depoimento: “Porque tampouco estamos com uma luta para El Alto. Por acaso é em El Alto que está o gás ou o petróleo? Estão em Tarija e em Santa Cruz, os lugares mais reacionários! [...] Mas aqui em El Alto já havia essa visão e, mais ainda, foi pelo neoliberalismo que se deram conta” (depoimento, *vecino*, El Alto; tradução própria).

Essa política transescalar tem suas origens advindas diretamente das bases. Nelas, o papel exercido pelas *juntas vecinales* é fundamental, por ampliar as possibilidades de discussão de temas mais abrangentes: “Nesse processo que vem desde o ano 2001 [...] se veio discutindo a situação política do país nas *juntas vecinales*. [...] À parte de tocar pontos [...] concernentes aos serviços básicos como água, luz e outros, [...] também se [...] inseria na ordem do dia das *juntas vecinales* de uma determinada zona um ponto que tínhamos que discutir: a situação política, isto é, a conjuntura política que se vivia ou que se vive no país. Então [...] se analisava estes temas e aí se recorria às necessidades que os *vecinos* de El Alto tinham, especificamente” (depoimento, *vecino*, El Alto; tradução própria).

Vários fatores colaboraram nessa politização aguda da população *alteña*. Entre eles, queremos destacar o trabalho desenvolvido pelo “Poder Local”, tanto no sentido da entidade em si, quando na própria concepção estratégica do mesmo.

PODER LOCAL EM EL ALTO

Como afirmado anteriormente, há a preocupação da instituição “Poder Local” em discutir os temas locais sob uma perspectiva que vai mais além do que a necessidade material imediata. Assim nos narrava um

44 Este ponto, o da relação da Fejuve com a esfera estatal, foi o que acabou direcionando esta investigação à organizações mais próxima das bases, através da parceria com o Poder Local.

de seus integrantes: “A princípio o trabalho foi muito incipiente [...] porque os recursos do programa eram muito limitados. Então começou com o contato com algumas pessoas. Logo se pôde estabelecer um sistema de capacitação permanente entre todos os dirigentes do distrito, [...] que se reuniam uma vez por semana, para discutir diferentes temas. Aí se debateu o tema [...] da Participação Popular, o tema dos hidrocarbonetos, o tema da água, o tema da eletricidade, se debateu o tema do investimento público. [...] Este longo processo de capacitação [...] logra estruturar uma espécie de equipe [...] de incidência com a qual se fazia um processo muito mais profundo de formação política, de compartilhar, inclusive viajar, ter longas reflexões, de alguns dias, e estruturar as coisas” (depoimento, Poder Local; tradução própria).

As oficinas de formação política, evento mensal que reúne ao longo de um fim de semana lideranças –jovens e adultos– para discussão de temas centrais da realidade boliviana, é um dos carros-chefe das atividades coordenadas pelo programa. Estas oficinas normalmente ocorrem sob a forma de retiros, intensificando também a convivência entre os participantes. Ao longo do encontro, além de um tema central de discussão a ser trabalhado em todo o evento, há espaços específicos para debates sobre a conjuntura, estes últimos levados preferencialmente em forma descontraída, em espaços de discussão mais afeitos à informalidade que reina entre os participantes.

Além das oficinas, o Poder Local trabalha com comunicação social, editando o periódico mensal “Protesta Alteña”, no qual se aprofundam temas candentes do município como água, coleta de lixo, orçamento, além do programa de rádio de mesmo nome, transmitido semanalmente pela rádio Pacha Qamasa (700 kHz AM), emissora que tem mais de 50% de sua programação transmitida em aymara.

O programa de rádio reveste-se de uma característica especial: é retransmitido através de autofalantes em lugares públicos pré-selecionados dos distritos alvo do trabalho da organização. Ali, após a audição dos temas refletidos ao longo do programa, são realizadas discussões entre as pessoas reunidas, contando também com um espaço para a intervenção direta no mesmo programa: “No distrito quatro trabalhamos com rádio-autofalante e rádio propriamente dita [...]; um companheiro está no estúdio [...] e outro está na zona. Então há uma reunião, todos vêm, e se trata um tema na rádio, eles escutam e começam a debater o tema. E isto, por sua vez se amplifica em sua zona. E todos escutam o debate. [...] (É) necessário que sejam escutados mais além” (depoimento, Poder Local; tradução própria)⁴⁵.

45 “O rádio deve ser transformado de um aparelho de distribuição em um aparelho de comunicação. O rádio poderia ser o mais incrível meio de comunicação imaginável

O desenho estratégico proposto pelos membros do Poder Local guarda relação com a importância do intenso processo de politização vivido em El Alto: “A ideia é precisamente lograr grupos de incidência, de pessoas [...] que tenham perspectiva de progressão à Fejuve. Pois se as bases têm uma Fejuve com capacidade de informar criticamente, com capacidade de escutar às próprias bases em suas demandas, elas se mobilizariam, mas necessitam informação crítica” (depoimento, Poder Local; tradução própria).

Assim, há uma instância de cotidiano que é diretamente afetada por essas dinâmicas de politização. É quase impossível não pensar em El Alto como uma cidade em que se respira política nas ruas, afinal, como já afirmado, a própria existência da cidade é resultado de um processo de conscientização e de assunção de responsabilidades na condução de suas vidas, tanto no plano coletivo quanto no individual. E há no compartilhamento desse processo toda uma possibilidade de construção identitária, que se forja a partir de um pequeno conjunto de elementos e/ou situações vividas em comum, como as mesmas necessidades infra-estruturais, o mesmo descaso estatal, a mesma origem comum –que é também estigma⁴⁶– relações que expõem o contraste com os padrões eurocentrados hegemônicos das elites, sendo assim, também, componente à formação identitária. Mesclados na cidade, estes elementos compartilhados criam formas de solidariedade, pois ali “o homem já não é simplesmente um homem, é um cidadão, e a sociabilidade urbana, por muito microscópica que seja, parece bem ter sido a primeira das formas de solidariedade, no sentido que hoje atribuímos a este termo” (Duvignaud, 1986: 44).

A apropriação do espaço urbano é criadora de um sentido comum de existência, fornece uma base concreta a um processo de identificação coletiva, gerador de solidariedades, levando-nos à necessária

da vida pública, um fantástico sistema de canais, isto é, ele o seria se conseguisse não apenas emitir, mas receber, ou seja, se não permitisse ao ouvinte apenas ouvir, mas ainda falar, não o isolando, mas integrando-o... Irrealizáveis nessa organização social, porém realizáveis em outra, essas sugestões, que apenas são a consequência natural da evolução técnica, servem à propagação dessa outra organização” (Bertolt Brecht *apud* Enzensberger, 2003: 18-19).

46 Depoimento sobre a sutil discriminação no meio estudantil: “Automaticamente se formavam [...] grupos de mestiços ou de branquinhos, pela condição econômica, pela condição racial, e como és indígena estavas isolado. Se te metias em um grupo [...] eles fechavam alguns espaços sutilmente, como que dizendo ‘vamos ir a algum *boliche*, isto é, algum lugar de festas onde custa um bom dinheiro para entrar, pra ver se vais pagar’, e automaticamente,... E tudo é assim, não? Mas quando tu os convidava ‘vamos ir a algum lugar aonde eu vou’, eles diziam ‘não, aí não vou, estás louco’. Mas em El Alto [...], entre os estudantes, não acontece isso, em El Alto todos convivem plenamente” (depoimento, estudante, El Alto; tradução própria).

relação que se deve fazer entre o território e o processo de formação de identidades, pois “o território é um fragmento de espaço que dá raízes à identidade de alguém, e unifica aqueles que compartilham o mesmo sentimento; [...] mais do que uma fronteira, é um elo” (Bonnemaison, 2005: 116-117)⁴⁷.

Assim, temos trabalhado com a proposta de identidade sócio-territorial, definida como “uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto. Assim, a identidade social é também uma identidade territorial quando o referente simbólico central para a construção desta identidade parte ou transpassa o território” (Haesbaert, 1999: 178).

Essa característica distintiva da urbe *alteña* pode ser apontada na ocupação diferenciada do espaço público, na qual permanentemente percebe-se que todo um questionamento crítico e altamente politizado ultrapassa os próprios limites de abrangência dos movimentos institucionalizados como a Fejuve, e projeta-se por sobre a sociedade. Uma das formas perceptíveis desse diferencial é a dos debates em praça pública. Diariamente — em El Alto, e também em La Paz — grupos de pessoas reúnem-se nas principais praças públicas, ou em pontos de entroncamento viário aos quais conflui a maior parte das linhas de transporte urbano, e param a discutir uma variedade sem fim de temas que, invariavelmente, terminam no político. O que se dá ali é um processo altamente instigante: alguém distribuindo panfletos, *folders*, ou até mesmo fotocópias de jornais (que possivelmente serão oferecidos à venda ao final do debate), dá início a um discurso solitário que logo atrai transeuntes e se transforma num debate público onde a palavra é aberta, e onde alguns temas acabam por ser apreendidos, levados dali em processos solitários de reflexão, ou mesmo para debate nas *juntas vecinales*, e que podem ser apontados como uma das maneiras pelas quais a conscientização coletiva se constrói. Conforme uma expressão ouvida em uma dessas oportunidades, a formação de jovens intelectualidades — urbanas e *aymaras* — se dá “nestas universidades a céu aberto que são as praças na Bolívia” (depoimento, *vecino*, El Alto; tradução própria)⁴⁸.

47 Relação corroborada por Claval, que afirma que “o sentimento identitário permite que se sinta plenamente membro de um grupo; dotá-lo de uma base espacial ancora-o na realidade” (Claval, 1999: 16).

48 Duvignaud refere-se à relação entre o espaço urbano como matriz de conhecimento: “É habitual referir-se [...] a admiração pelo fato de os filósofos gregos serem inseparáveis das escolas ou dos discípulos, [...] ao longo das ruas, nas praças e nos templos” (Duvignaud, 1986: 51).

Estas manifestações em praças públicas nos remetem a uma das principais formas de mobilização dos movimentos sociais na Bolívia, assim como a um dos mecanismos mais tradicionais de debate e tomada de decisões em suas comunidades que são os cabildos abertos⁴⁹. Segundo o CONAMAQ (2004), eles são “a instância máxima (suprema) de participação, deliberação e consenso comunitário; é um evento legítimo”. Formas de retomada da tão combatida democracia direta, os cabildos não só são oportunidades para a livre manifestação, como também são expressões claras da existência de uma outra compreensão, de uma multipolaridade de poder. Eles expressam de forma nítida a vinculação de seus participantes a um sistema abertamente discordante do Estado; e sua manifestação concreta, visível, *multitudinaria*, é uma mensagem clara de uma outra abordagem da política e da multiterritorialidade existente.

O processo é assim descrito por um de seus participantes: “Começar a socializar todas as demandas. Ir às praças, às ruas, a vários lugares. Íamos *panfletear*, [...] fazer *cabildos* abertos nas ruas, e aí falávamos e discursávamos [...]. E não só repartíamos panfletos, às vezes produzíamos algum material para sociabilizar, porque as pessoas pediam, não? Falávamos sobre um tema de terras, então pediam se havia algum material que pudessem adquirir, para que pudessem ler. [...] Alguns diziam ‘por que não produzem algum material, que podemos pagar, [...] mas queremos algum material do que vocês falam’. E começamos a produzir assim” (depoimento, estudante, El Alto; tradução própria).

A reconstituição dos cabildos no espaço urbano alteño é uma amostra das lógicas distintas a permear aquele espaço, e sua observação corrobora a afirmativa da necessidade de “analisar as práticas microbianas, singulares e plurais, que um sistema urbanístico deveria administrar ou suprimir e que sobrevivem a seu perecimento; seguir o pulular desses procedimentos que, muito longe de ser controlados ou eliminados pela administração panóptica, se reforçaram em uma proliferação ilegítimada, desenvolvidos e insinuados nas redes de vigilância, combinados segundo táticas ilegíveis mas estáveis a tal ponto que constituem regulações cotidianas e criatividade sub-reptícias que se ocultam somente graças aos dispositivos e aos discursos, hoje atravancados, da organização observadora” (Certeau, 2008: 175).

O GEOSSÍMBOLO - GEO-GRAFIAS DO CONFLITO

Outra das marcas singulares presentes no espaço urbano boliviano é a do grafite político. A marca das grafitagens com mensagens políticas

49 Ainda que reconheçamos que os cabildos, ao menos enquanto definição terminológica, estão ligados à administração colonial espanhola.

é extremamente presente e visível em todo o país, variando desde a mera grafia de frases em muros, até obras altamente elaboradas que se unem à arte de matriz andina, com sua profusão de cores, todos com mensagens contundentes em relação à conjuntura política e social do país. São formas importantes dessas mensagens serem transmitidas a um sem-número de pessoas, pois permanentemente gravadas, marcam o espaço das circulações diárias, não se deixando cair no esquecimento. Para aqueles que presenciaram as grandes mobilizações e os grandes conflitos vividos no país nos últimos anos, são formas de um chamado permanente à memória.

A presença das grafitagens com motivos alusivos ao conflito social nos remete a Sack (1986), quando nos fala das inter-relações inerentes às manifestações de territorialidade. Este autor aponta que a territorialidade é, também, uma forma de classificação por área, onde o espaço é o referencial para a classificação. E envolve uma forma de comunicação que torne o poder, potencialidade quase sempre invisível, em algo explícito e visível. As memórias trazidas pelas mensagens dos muros bolivianos atingem um objetivo semelhante, ao demarcar o conflito latente presente naquela realidade.

O ato de grafar o espaço vivido –o geo-grafar⁵⁰– é inerente à apropriação lefebvriana do espaço, marcando-o simbolicamente através daquilo que Bonnemaison irá definir como “geossímbolos” pois, para este autor, “o território incorpora os vários geossímbolos –políticos e identitários– que unem as comunidades, e ele o faz através de uma rede de lugares [...] [que] fazem o território [ser] mágico” (Bonnemaison, 2005: 118; tradução própria). As mensagens dos grafites aludem aos diferentes componentes que confluem na construção da identidade. O próprio ato de grafá-los, cercado da aura da transgressão, demonstra rebeldia, desafio e contestação.

Analizando alguns exemplos de imagens podemos comprovar a contundência de suas mensagens, bem como essa alusão a diferentes espaços e tempos que perfazem a complexidade do território.

A imagem 01, capturada em Avenida de La Paz, faz um chamado à coletivização da propriedade –que podemos estender como analogia à exigência por nacionalização dos recursos naturais– junto a um chamado à memória colonial (e mesmo republicana) onde pode-se perceber uma fina ironia no jogo de letras que sugere um possível “usador”.

50 “Enfim, os diferentes movimentos sociais re-significam o espaço e, assim, com novos signos grafam a terra, geografam, reinventando a sociedade. A Geografia, deste modo, de substantivo se transforma em verbo — ato de marcar a terra” (Porto-Gonçalves, 2003: 270).

Imagem 1



El Prado, La Paz. Autor: Marcelo Curia.

As demais imagens (02 a 04) fazem referência à questão da folha de coca, talvez um dos principais símbolos a representar as diferentes lógicas que subjazem a apropriação cultural do espaço pelas comunidades originárias e camponesas. A imagem 02 recorda do caráter cultural da folha de coca, enquanto elemento sagrado para a religiosidade andina. Essa memória se defronta com a realidade do programa de erradicação forçada de plantios, conduzido pelos governos anteriores ao atual, e a imagem 03 propõe uma outra erradicação, onde fica exposto o conflito inerentemente cultural, e que tem como alvo o país que é o principal defensor –e financiador– dos programas de erradicação.

Imagem 2



Calle Linares, La Paz. Autor: Marcelo Curia.

Imagem 3



Cochabamba. Autor: Marcelo Curia.

Por fim, a imagem 04 faz uma alusão à questão territorial, reafirmando o quanto a adoção de um símbolo, cujo significado é construído através dessa multiplicidade de tempos e espaços, é elemento fundante da possibilidade de apropriação do espaço, associando essa possibilidade à própria constituição de uma relação de poder territorial.

Imagem 4



Shinahota, Chapare. Autor: Marcelo Curia.

As práticas citadas acima –cabildos, geo-grafites– denotam um sentido profundo de apropriação do espaço vivido, subvertendo suas lógicas em favor de uma utilização com fins políticos não prevista na institucionalidade do pensamento urbano estatal. Há um processo de politização da cultura e de uma ampliação da política para além das instituições às quais esteve tradicionalmente associada, politizando as esferas dos espaços-vividos e do cotidiano, naquilo que foi chamado como a politização dos não-lugares da política, a “politização de lugares sociais que haviam sido neutralizados ou despolitizados e, assim, legitimados em sua forma de organização de algumas desigualdades” (Tapia, 2002a: 33; tradução própria). Há uma política que começa a ser feita nas ruas, apropriando-se dos espaços urbanos como centros de irradiação de uma outra visão de mundo possível.

Tal movimento tem num acontecimento na cidade de Cochabamba o seu marco inicial já mítico. A Guerra da Água marca definitivamente o período no qual a ação coletiva passa a aglutinar-se em torno a bases de organização distintas da sindical e/ou partidária, sendo um dos momentos de maior expressão e alcance desse processo. Os episódios ocorridos em abril de 2000, formam um conjunto de mobilizações em oposição à privatização dos serviços de administração e distribuição de água potável encanada em Cochabamba, cujo ápice dos enfrentamentos resultou na tomada da cidade pelos manifestantes ao longo de uma semana, e o decreto de Estado de Sítio pelo governo de então.

A Guerra da Água se transformou num marco importante devido a diversos elementos presentes no processo. Em primeiro lugar, por tratar-se de um dos poucos casos conhecidos de reversão de uma concessão de privatização de serviços públicos, com o convite à retirada do consórcio Aguas del Tunari, liderado pela estadunidense Bechtel⁵¹. Ali também estavam expostos o desconhecimento e descaso (por parte da empresa) para com as diferentes lógicas de relacionamento com a vida, em especial na proibição do uso de águas da chuva para irrigação pelos chamados *regantes* e a perfuração de poços caseiros, numa clara tentativa da empresa concessionária de privatizar todo e qualquer acesso ao recurso água. Igualmente inédita foi a composição múltipla do movimento que liderou as manifestações. A *Coordinadora del Agua y la Vida* reuniu cerca de trinta organizações sociais, entre elas sindicatos, comitês cívicos, ONGs ambientalistas e ligas de bairro, numa articulação horizontal de composição múltipla que propunha uma nova forma de organização do movimento social que, para além da questão direta que lhes oferecia a possibilidade de reunião, igualmente oferecia uma visão de longo alcance ao questionar de forma mais profunda os projetos e visões de vida e de país.

A vitória obtida pelo movimento e sua repercussão foram de vital importância para os processos vindouros, não apenas por mostrar que o êxito das reivindicações e/ou demandas era uma possibilidade realmente existente como, principalmente, por apresentar ao país o novo período – e o novo modelo – de ação política. Segundo García Linera, “será o abril de 2000 o que marcará um ponto de inflexão nas demandas e a capacidade de mobilização socio-política dos movimentos sociais” (García Linera, 2005: 15; tradução própria).

É essa politização do cotidiano que levaria ao período inédito de ampliada participação política da população, com crescente conscien-

51 O consórcio era formado por Bechtel, com 55% das ações, a uruguaia Riverstar Internat, com 25%, e os restantes 20% em mãos de investidores bolivianos ligados ao governo (García Linera, 2005).

tização de seu papel enquanto sujeito político. É neste período que encontraremos as grandes mobilizações de massa cuja repercussão atravessou as fronteiras do país, atraindo a atenção mundial. Destaque-se aí o “Massacre do Gás”, ocorrido em outubro de 2003, e as manifestações de maio e junho de 2005, ambos resultando em renúncias dos presidentes de então. Além delas, outras de menor repercussão externa, mas internamente de tanta ou maior repercussão e contundência, foram os bloqueios no altiplano, em setembro de 2000 e junho de 2001, e as manifestações específicas da cidade de El Alto, como a reivindicação pela autonomia universitária, e contra os formulários de recadastramento municipal “*maya*” e “*paya*”. Todas estas foram mobilizações de massa que reuniram dezenas (ou mesmo centenas) de milhares de pessoas, e que lograram encontrar pontos de unidade para marcharem juntas em suas reivindicações. A amplitude desses movimentos, bem como a exposição das diferentes relações sociais que permeiam os dois campos opostos entre si, fez com que Tapia os definisse como “movimentos societais”: “O movimento de uma sociedade ou sistema de relações sociais em seu conjunto, [...] movimento de uma totalidade social” (Tapia, 2002a: 60-61; tradução própria), que coexistem uma dentro à outra, como é o caso boliviano⁵².

MASSACRE DO GÁS - CONFLITO DE TERRITORIALIDADES

Tomemos, a partir daqui, a referência ao Massacre do Gás para a análise da composição de um entre estes grandes momentos de mobilização popular ocorridos em anos recentes. Os motivos que nos levam a esta escolha específica referem-se aos seguintes temas: (a) foi a primeira mobilização a ter como resultado a renúncia de um presidente da república após a retomada da democracia representativa no país⁵³; (b) os acontecimentos tem como epicentro a cidade de El Alto, a principal experiência de confluência das distintas memórias de resistência –aymaras e mineiras– em meio à urbanidade, um mosaico de distintas

52 Consideramos que o conceito proposto por Tapia de movimento societal é uma atualização do conceito proposto por René Zavaleta de sociedade *abigarrada*: “A formação social *abigarrada* se caracteriza (...) por conter tempos históricos diversos, do qual uma expressão mais particularizada é a coexistência de vários modos de produção; a existência de várias formas políticas de matriz diversa e heterogênea, que se expressa na existência de um conjunto de estruturas locais de autoridade diversas entre si, e um Estado mais ou menos moderno e nacional, mas que não mantém relações de organicidade com as anteriores e, em consequência, é um Estado mais ou menos aparente” (Tapia, 2002b: 310; tradução própria).

53 Em 1985, o primeiro presidente eleito após a retomada da democracia, Hernán Siles Suazo, teve seu mandato encurtado devido à grave crise econômica, porém conduzindo o governo até a transmissão de mando ao novo presidente eleito.

culturas em permanente efervescência; (c) o gás, enquanto recurso natural passível de exploração/exportação, carrega consigo uma série de memórias e simbologias que se farão presentes ao longo do conflito, além de explicitar as diferentes visões e projetos de país propostas pelos dois lados opostos.

A análise que propomos aqui tem como eixo um diálogo com a empiria e se inspira na metodologia produzida pelo Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO), vinculado ao departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense, em sua pesquisa “Geografia dos Movimentos Sociais na América Latina”. Para este trabalho tomamos como fonte de dados, além das entrevistas com as quais já se vem dialogando ao longo deste documento, o livro “El Alto de pie: Una insurrección aymara en Bolivia” (Gómez, 2004) do jornalista mexicano — radicado na Bolívia — Luis Gómez. Nesse trabalho, o autor fez uma minuciosa reconstrução dia a dia dos acontecimentos relacionados à Guerra do Gás, acompanhando, desde suas origens primeiras, todo o conjunto de mobilizações que acabariam por reunir-se em torno à polêmica daquele recurso. A análise do jornalista, cuja trajetória pessoal lhe conferiu uma relação privilegiada com os setores populares mobilizados naqueles acontecimentos, aliada a um espírito investigativo incansável, fazem da obra um relato imprescindível para a sua compreensão, trazido por alguém que os viveu e sentiu-os de forma direta, sendo, por isso, a escolha para a condução deste trabalho.

A partir dos dados disponibilizados por Gómez chegamos a uma proposta de divisão daquele conjunto de acontecimentos em três momentos principais, diferenciados a partir de atributos tais como a escala de ocorrência das mobilizações, do perfil das demandas presentes a cada momento, e da diversidade de protagonistas a somarem-se ao protesto. A cada um dos momentos propostos faremos uma breve análise de conjuntura, procurando associá-las enquanto cenário para o agravamento das tensões.

A referência ao gás que se faz em relação àqueles acontecimentos se deve a que, em outubro de 2003, um conjunto diversificado de demandas ganhou unidade em torno da questão, discutida naquele momento, do projeto de exportação do gás natural boliviano para os Estados Unidos via um porto chileno. A denominação massacre se deve em especial ao fato de que, em determinado momento do conflito, uma brutal repressão militar sobre a população mobilizada em bloqueios de ruas de El Alto levou à morte de cerca de setenta pessoas, numa das maiores tragédias já ocorridas em tempos recentes no país.

O importante é destacar que, em princípio, aqueles acontecimentos não se referiam apenas às demandas relativas ao recurso gás, mas foi a partir das questões relativas à sua exploração suscitadas ao longo

da discussão daquele projeto que houve a capacidade de reunião e articulação de diferentes demandas em torno a uma causa comum. Ao longo de quase quatro meses de mobilizações, diversos temas suscitaram manifestações que se uniram gradativamente até detonarem toda uma complexa série de acontecimentos que levaram a situação a um ponto de posições extremadas e de inviabilidade de diálogo. A cada momento temporal que se avançava, novos atores surgiam em cena, novos espaços se somavam ao conflito, numa inédita construção de solidariedades que expunha a complexidade presente no cenário boliviano.

CONTEXTO

Aquelas manifestações aconteceram em um contexto nacional já conturbado. No início de agosto de 2003 completava-se um ano do segundo mandato presidencial de Gonzalo Sánchez de Lozada, presidente que estivera à frente dos processos de capitalização na posição de ministro da economia. Eleito com escassa maioria de votos num pleito no qual já houvera um enfrentamento nas urnas com os candidatos oriundos das recentes mobilizações populares (Evo Morales e Felipe Quispe), Sánchez conduziu até ali um mandato titubeante, cujo principal marco havia ocorrido em fevereiro daquele ano quando, com a intenção de aumentar a arrecadação, decretara um *impuestazo* sobre os salários que foi amplamente rechaçado pela população, resultando em graves enfrentamentos entre policiais rebeldes e o exército, com saldo de 20 mortos ao final de dois dias. O presidente se viu obrigado a voltar atrás no decreto, e muitas são as análises sobre aqueles acontecimentos que afirmam que ali, efetivamente, se encerrava seu mandato⁵⁴.

Incapaz de encontrar uma saída que viabilizasse seu governo, Sánchez anunciava naquele início de agosto duas estratégias para driblar a crise. A primeira foi a composição de uma frente parlamentar que lhe daria maioria absoluta no Congresso, composta pela coalizão com a Nueva Fuerza Revolucionária –NFR– e o Movimiento de Izquierda Revolucionaria –MIR–, partidos cujos líderes eram inimigos políticos declarados do atual presidente, e que haviam sido concorrentes rivais nas eleições presidenciais do ano anterior. A aliança improvável aumentava a instabilidade ao desnudar um governo que, incapaz de levar adiante seus projetos de ajustes econômicos de cunho

54 Recordamos Tilly (1978), para quem o surgimento de uma “situação revolucionária” –o momento em que um grande contingente populacional passa a comprometer-se com outros grupos que não o governo– está muitas vezes ligado ao rechaço a medidas repressivas e/ou de controle, entre as quais sugere a possibilidade do aumento de impostos. A partir daí surgiram novas coalizões.

neoliberal, se afiançava em opositores cuja oposição, se via ali, carecia de profundidade ideológica.

A adoção frequente desse tipo de estratégias entre os partidos políticos bolivianos é também um indicativo do descrédito que a política tradicional havia acumulado ao longo do período de retomada da democracia representativa, e apontava para a revitalização da política que se construía nas ruas⁵⁵.

Entre as medidas aprovadas pela nova coalizão estava a Lei 2494 –Lei de “*Protección y Seguridad Ciudadana*”⁵⁶– que tinha como objetivo a adoção de medidas de emergência contra, e a criminalização do, protesto social, amparando, assim, as medidas repressivas do governo frente às formas de mobilização que haviam se tornado frequentes nos últimos anos, entre elas e com destaque, o bloqueio de estradas. O governo se aferrava, assim, à brutalidade e à repressão, dada sua incapacidade em lidar com a nova abordagem da política que tomava os diferentes espaços do país.

Diante desse cenário, um projeto surgia como a tábua de salvação daquele governo: a exportação de gás natural prometia, ao menos no discurso governista, trazer os recursos necessários à reativação de economia e a possível estabilidade não atingida por Sánchez de Lozada em seu primeiro ano de mandato presidencial. Porém, os detalhes do projeto governista acabariam por torná-lo seu projeto derradeiro.

O GÁS NATURAL E AS MEMÓRIAS DE LONGA DURAÇÃO

A Bolívia, assim como muitos dos demais países da América Latina, teve sua formação territorial ligada à exploração de recursos naturais com fins de exportação para abastecimento de mercados externos, o que é visível na própria estruturação interna do país, formada num padrão de bacias de drenagem (Moraes, 2000), que favorece o escoamento da produção do interior do país para seu exterior ao articular mesmo as zonas produtoras localizadas em regiões remotas do país a redes de circulação que permitem a realização de circuitos produtivos. Esse padrão tem também uma relação profunda com a própria organização sócio-política nacional, onde a formação de uma burguesia incipiente esteve historicamente relacionada aos setores ligados à produção/exportação dos recursos naturais.

55 “[...] um governo, o atual, em queda livre absoluta desde pelo menos fevereiro passado, mas que logo ressurgiu não só revitalizado em si mesmo senão sustentado por aqueles que ajudavam nessa queda” (*Pulso Semanario*, 2003a; tradução própria).

56 “Ley de Seguridad: O Congresso sanciona a lei de Segurança Cidadã que introduz alterações ao Código Penal e sanciona os bloqueios de caminhos com dois a oito anos de prisão (sexta 1, agosto)” (*Pulso Semanario*, 2003b; tradução própria).

No caso boliviano, estes padrões revestem-se de tons trágicos quando se associa estes processos às fraturas às quais foi submetido o território nacional quando, em decorrência de guerras causadas por conflitos de interesses com países vizinhos em torno à possibilidade de exploração de recursos naturais em zonas limítrofes, a Bolívia perderia mais da metade do território que teve originalmente quando de sua independência⁵⁷.

De todas estas, a fratura territorial que se reveste de consequências mais traumáticas para o país é a que se deu para o Chile, com a perda da saída para o Pacífico na guerra entre os dois países ocorrida entre os anos 1879 e 1884, que condenou a Bolívia à mediterraneidade, adicionando uma série de dificuldades a todos os seus interesses de exportação. A demanda por uma saída soberana ao mar tem sido pauta constante nas relações entre os dois países, que romperam relações diplomáticas oficiais em 1978 (às portas do centenário da guerra), sem tê-las retomado até o momento.

É inegável que a própria construção de um imaginário nacional boliviano tenha marcas deixadas por esses processos e que, conseqüentemente, a própria relação dos bolivianos para com seus vizinhos chilenos seja marcada por dificuldades. Como afirma Tapia, “o relato e interpretação históricos do nacionalismo [boliviano] privilegia em seu discurso o desenvolvimento da consciência nacional, mas é um

57 “Ao longo de nossa história republicana, a depredação territorial provocada pela totalidade de nossos vizinhos desenvolveu-se em parte sob o princípio do *res nullius*, que justifica a ocupação de terrenos abandonados por seus próprios donos ou que se desocuparam de sua existência. A cessão do território do Mato Grosso pelo tratado de 27 de março de 1867 subscrito pelo governo de Melgarejo e a perda do Acre pelo tratado de Petrópolis subscrito em 17 de novembro de 1903 determinaram a depredação de 490.430 quilômetros quadrados a favor do Brasil. O conflito do Chaco iniciado em 15 de julho de 1932 culminou no tratado definitivo de paz celebrado em 20 de julho de 1938, pelo qual a Bolívia perdeu 234 mil quilômetros quadrados a favor do Paraguai. Foi o tratado de 10 de maio de 1898 pelo qual a Bolívia renunciou ao Chaco central e à *puna* do Atacama em favor da Argentina, perdendo ademais outro segmento territorial pelo tratado de 9 de julho de 1925, o que totalizou uma nova depredação com um total de 170.758 quilômetros quadrados. A Guerra do Pacífico, que culminou no tratado de trégua em 4 de abril de 1884, determinou que no tratado de definitivo de paz de 1904 a Bolívia perdera a favor de Chile 90 mil quilômetros quadrados por efeito do tratado de medianería subscrito em 10 de agosto de 1866. Como consequência do tratado celebrado em 17 de setembro de 1909, a Bolívia cedeu o território do Alto Purús a favor da República do Peru, o que significou a perda de 250 mil quilômetros quadrados. Portanto, segundo os dados registrados no [...] Instituto Geográfico Militar [...], a Bolívia perdeu um total de 1.265.769 quilômetros quadrados. Tem atualmente 1.098.581 quilômetros quadrados; nossas perdas se halla por cima de cinquenta por cento da superfície original. Dessa extensão, o Brasil se apoderou de 38,76%; Paraguai de 18,49%; Argentina de 13,49%; Chile de 9,48% e Peru de 19,75%” (Costa, 2003: 95-96; tradução própria).

desenvolvimento que longe de ser referido a ideais culturais gerais ou ao desenvolvimento de uma dinâmica de ideias e valores em si mesmos valiosos, é concebido como resultado de conclusões sacadas de frustrações em experiências tais como a guerra perdida com uma direção inepta e irresponsável, das fraudes das empresas mineiras exploradoras dos recursos do país sem pagar quase nada por isso, da inorganicidade de toda empresa coletiva, porque o poder econômico e político dividia tudo exceto os lucros” (Tapia, 2002b: 43; tradução própria).

Diante desse contexto, o anúncio do projeto de exportação de gás natural reabria uma série de feridas não cicatrizadas na memória coletiva do país. A descoberta de reservas de 47 trilhões de pés cúbicos (TCF) de gás natural, no ano 2000, havia elevado as reservas do país a 54,9 TCF, colocando-o em condições privilegiadas de ingresso no mercado de recursos energéticos. O projeto de exportação do gás boliviano era conduzido pelo consórcio internacional Pacific LNG, formado por Repsol-YPF, British Gas e British Petroleum, e previa a comercialização do gás natural liquefeito (LNG) para a empresa SEMBRA, estabelecida no México e responsável pelo abastecimento energético do estado da Califórnia, nos Estados Unidos. Porém, a questão que cercava o projeto de maior polêmica era a intenção de realizar a exportação do gás através de um porto chileno, possivelmente na mesma faixa de litoral perdida pelos bolivianos na guerra com aquele país.

Analistas na imprensa, técnicos e executivos da empresa responsável pelo projeto descartavam de forma imediata a possibilidade alternativa de realização da exportação através de um porto localizado no Peru. Em artigo redigido à imprensa, o engenheiro Carlos Miranda Pacheco, apresentado como um dos maiores especialistas no tema no país, defendia que se deveria “fazer o máximo esforço para ingressar na exportação de LNG, superando nossos traumas se é que seja necessário fazê-lo pelo Chile” (*Pulso Semanario*, 2003c; tradução própria). Já o geólogo Paul Jordan, executivo da Pacific LNG responsável pelo projeto na Bolívia, era menos conciliador: “Não me digam que posso ir ao Peru e ganhar dinheiro, porque o custo para ir ao Peru é muito maior que o [...] valor que obtenho do projeto, e eu não vou gastar meu dinheiro nisso, teria que estar louco ou ser estúpido” (*Pulso Semanario*, 2003c; tradução própria). O presidente Sánchez de Lozada, por sua vez, reafirmava a inevitabilidade do projeto: “A Bolívia deve cumprir seu destino de exportador de gás” (*Pulso Semanario*, 2003c; tradução própria)⁵⁸.

58 A pressão exercida para que houvesse a aceitação do projeto de exportação via porto chileno nos recorda o conceito, proposto por Gramsci, de aparelhos de hegemonia: “O aparelho de hegemonia qualifica e precisa a hegemonia, entendida como hegemonia política e cultural das classes dominantes. Conjunto complexo de

O projeto de exportação do gás penetrava, assim, na pauta de discussões políticas nacionais e reavivava memórias de longa duração que recordavam o papel dependente desempenhado pela Bolívia ao longo de toda a sua história: um país que apesar de toda a riqueza de recursos naturais amargava índices de extrema pobreza, e que assistia à possível confirmação de um novo projeto exportador que lhe extrairia um recurso ao qual os próprios bolivianos tinham escasso acesso, que reavivava o trauma da perda do litoral e de todas as suas consequências para a economia boliviana, e que, além disso, trazia para a pauta de discussões a presença dos Estados Unidos, destino final do LNG, país largamente reconhecido pelos movimentos sociais como imperialista e co-responsável pelas agruras vividas no continente⁵⁹. Igualmente, a ausência de um projeto de tons nacionalistas de industrialização do gás em território boliviano, frente a um governo que tratava o projeto da Pacific LNG como inevitável, expunha as nítidas distâncias que separavam governo e população em suas visões de país, e criavam o tópico que acabaria por aglutinar as distintas mobilizações que naquele momento o sacudiam.

1ª ETAPA: 1ª QUINZENA DE JULHO A 19 DE SETEMBRO DE 2003

Diversidade de demandas específicas –internas a nível departamental– se unem tendo o gás como aglutinador. Concentração da mobilização ao nível do protesto.

Neste primeiro momento o que observamos é como toda a questão que vinha sendo discutida em torno ao tema da exportação do gás natural foram gradativamente unindo demandas distintas que antes se manifestavam de forma individualizada. Havia ali uma diversidade de atores, com demandas específicas referentes aos seus setores de origem, mas que acabaram por unir suas vozes em torno a um pequeno conjunto de demandas comuns que tinham o gás como eixo centralizador.

Entre os protagonistas encontravam-se agrupamentos de tipo sindical (em especial o setor transportista), movimento estudantil (alunos da Universidade Pública de El Alto) e o movimento camponês, reunido ou sob a forma sindicato ou sob a forma comunal, além da principal frente sindical nacional (COB).

Haveria um crescimento exponencial do protesto, mas ainda restrito aos limites do departamento (La Paz). Porém, a observação detalhada das demandas mostra que, enquanto a ocorrência da mobi-

instituições, ideologias, práticas e agentes (entre os quais os “intelectuais”), o parêlo de hegemonia só encontra sua unificação através da análise da expansão de uma classe” (Buci-Glucksmann, 1980: 70).

59 Como visto na imagem N°1 exibida anteriormente.

lização ainda era departamentalmente restrita, a demanda em si expressava um conflito cuja escala ultrapassava o localismo.

Foi um conflito no qual é impossível traçar uma linha divisória entre o rural e o urbano. Algumas demandas diziam respeito especificamente à questão rural mas que, tendo o Estado como opositor, materializavam-se no espaço urbano, mais especificamente em El Alto, porta de entrada e momento de articulação ao enfrentamento com o governo.

As motivações eram diversas: demanda pela autonomia da UPEA, demandas específicas referentes ao agro (redução de juros para aquisição de tratores, créditos, abertura de mercados), rechaço ao aumento de impostos para circulação de veículos, e a libertação do líder indígena Edwin Huampu⁶⁰. Todas essas demandas se uniam no rechaço à venda do gás pelo Chile e à constituição da ALCA, único ponto em comum entre todos os setores e que ganhava proporção maior à medida que avançavam os protestos.

Ainda que desempenhando um papel coadjuvante em relação ao conjunto de acontecimentos relativos à questão do gás natural, na cidade de El Alto, que futuramente seria o centro de todas as mobilizações daquele processo, a tradição do debate político cotidiano, com os cabildos abertos em praças públicas, já vinha tratando do tema: “Logo veio o tema do gás, e aí igual: saímos às zonas, aos bairros, [...] com algum material sobre o gás. Vendíamos, por exemplo, ‘50 perguntas e respostas sobre a venda do gás ao Chile’, que é um pequeno material [...] que as pessoas compravam e que informava que o gás não era para nós, de que passando cinco dias o governo vendia às transnacionais a propriedade dos hidrocarbonetos. E mostramos temas assim,

60 Um resgate importante feito no trabalho de Gómez é o de um dos primeiros temas a originarem as manifestações ocorridas naquela ocasião: a prisão do líder camponês Edwin Huampu, responsabilizado pela decisão da comunidade de Cota-Cota, província Los Andes do departamento de La Paz, de linchar dois ladrões de gado presos na primeira quinzena de julho daquele ano. Huampu havia sido individualmente responsabilizado por uma decisão coletiva de sua comunidade, tomada em face ao descaso das autoridades estatais frente às solicitações pela presença de autoridades policiais na região. Instados pelas autoridades de sua província a proceder de acordo à justiça comunitária, os moradores da comunidade, decidiram pelo ajusticiamento dos ladrões, uma forma de justiça que busca, ao mesmo tempo, intimidar outras possíveis intenções de roubo na região. Neste sentido, Gómez afirma em relação às práticas aymaras: “As formas de aplicação da justiça tradicional aymara, em geral, não incluem a pena de morte ou o linchamento. Entretanto, fartos de não receber atenção judicial, os comunários decidiram em 20 de julho não entregar a seus cativos, que foram executados a golpes em sua ‘cela’ nesse mesmo domingo à noite” (Gómez, 2004: 21). Já Ordóñez Cifuentes, em análise de caso na Guatemala, assinala que “o fenômeno dos linchamentos é alheio à prática jurídica do direito indígena, resultando em uma intromissão dado o processo de descomposição social vivido nas comunidades indígenas” (Ordóñez Cifuentes, 2007: 66; tradução própria).

concretos, concisos, e as pessoas explodiam” (depoimento, estudante, El Alto; tradução própria).

Cabe ressaltar que naquele momento –setembro de 2003– El Alto se via envolvida em uma luta particular, mas cuja mobilização de alguma forma já serviria como preparação às exigentes mobilizações do mês que se seguiria. A *alcaldia* municipal havia proposto, em meados de agosto, um recadastramento das habitações no município, em formulários batizados “*maya*” e “*paya*” (respectivamente, um e dois em aymara)⁶¹. O rechaço ao recadastramento havia sido unânime entre os alteños, uma vez que era compreendido como uma estratégia que possibilitaria elevar a cobrança de impostos a partir do aumento da cobrança individual sobre as melhorias feitas pelos moradores em suas residências⁶²:

Nesse momento houve um projeto do alcalde municipal denominado formulário Maya e Paya. [...] E vimos que isso era um atentado à economia da cidade de El Alto. Então havia que defender, que anular, porque não podíamos permitir. Você sabe que em El Alto a maioria das pessoas vive de ingressos próprios, não são empregados de ninguém, funcionários públicos, nada disso. São artesãos, sapateiros, carpinteiros, ou seja, informais. [...] Vivem pelo dia! Então nós como representantes de El Alto não podemos permitir que nos atentem [...] através dos impostos. Assim buscamos nos organizar em seminários, oficinas, buscamos a conscientização, afirmando que os verdadeiros *vecinos* não iam aceitar isso. [...] Tentamos negociar com o *alcalde*, mas ele se fechou: ‘não senhores, isso é uma forma de captar ingressos para a própria cidade de El Alto, para melhorar as [...] urbanizações, vias. Os ganhos, praças, com o que se vai fazer?’. Então ele disse que não poderia. Nós não vamos aceitar, vamos ter que lutar, [...] vamos convocar os *vecinos* de El Alto. Então [...] não aceitou. Assim, saímos às ruas. (depoimento, *vecino*, El Alto; tradução própria).

Assim sendo, havia uma mobilização especificamente *alteña* que teve início no dia 8 de setembro, com uma paralisação geral de 24 horas contra os mencionados formulários. A essa manifestação se somariam os estudantes universitários da UPEA –Universidad Pública de

61 É interessante notar que a prefeitura se apropria de uma denominação *aymara* como forma de aproximação com a população local, porém utilizando-a na direção contrária dos interesses dessa.

62 “Os formulários Maya e Paya se convertem nos novos fatores de articulação barrial porque se entende que mediante estes se modificará o trâmite da titulação da propriedade e a aquisição dos planos arquitetônicos para novas construções. Os habitantes de El Alto em sua grande maioria não têm fontes de ingressos estáveis, razão pela qual qualquer incremento no pagamento de impostos aos imóveis, como este, sempre inquieta às pessoas” (Mamani, 2005: 45; tradução própria).

El Alto– reivindicando a autonomia da Universidade, que até aquele momento era um *campus* avançado da UMSA –Universidad Mayor de San Andrés– da qual dependia em todos os quesitos, desde recursos financeiros, até a própria criação e/ou administração de novos cursos. El Alto era, então, o centro radial para o qual confluíam as diferentes mobilizações: comunidades camponesas que marchavam a La Paz concentravam-se na Ceja para sua entrada impactante desde a auto-*pista* que liga as duas cidades, e os *alteños* reforçavam a marcha de seus *irmãos* camponeses baseados em suas próprias demandas.

Há aqui que se abrir um parêntesis para reconhecer a importância e imponência das grandes marchas que baixam desde El Alto até La Paz⁶³. Concentrações multitudinárias que irrompem no centro da urbe *paceña* desde sua principal via de ligação com as demais regiões do país, tendo à frente as denominadas autoridades originárias, ostentando seus ponchos, chapéus e chicotes de couro trançado apoiados sobre um ombro e cruzando-lhes o peito, símbolos máximos da autoridade conferida por suas comunidades⁶⁴, as marchas explicitam um confronto nítido entre autoridades que se chocam advindas de sistemas distintos: o Estado de corte ocidental, o mundo andino sobrevivente a séculos de colonização. Múltiplas soberanias (Tilly, 1978), múltiplas territorialidades. Igualmente, há o peso representado por essas marchas sobre a população *paceña*, pelo reconhecimento constante do poder exercido pela presença permanente de El Alto a vigiar-lhes desde as bordas do altiplano.

A desatenção do governo para com o conjunto de demandas apresentado pelas autoridades originárias (*mallkus, jilakatas, mama t'allas*), que exigiam atenção às necessidades do campo andino, resultou na deflagração de bloqueios de estradas em todo o altiplano. O bloqueio de estradas é uma das táticas de mobilização mais efetivas

63 “Pois veja, quando El Alto se mobiliza é uma mobilização multitudinária, são marchas de umas 200.000 a 300.000 pessoas, e a polícia não pode reprimir a tanta gente. Tentou fazê-lo em várias oportunidades, mas não teve resultados, pois com tanta gente a força dos vecinos sempre se impôs. E [...] já não era tão somente essa chamada a El Alto para uma marcha: vinham comunidades inteiras, ou seja, das províncias, [...] populações já muito grandes, também para apoiar a marcha” (depoimento, *vecino*, El Alto; tradução própria).

64 “As tentativas de mobilização simbólica acompanham a todo movimento moderno, desde o uso de simples casacos militares por parte dos comunistas russos e chineses até o esplendor pagão dos hierarcas fascistas, o simples pano cáqui dos nacionalistas hindus e as descuidadas barbas dos guerrilheiros latino-americanos. Como os movimentos sociais se propõem substituir ‘um sistema de crenças dominantes que legitima o status quo por outro alternativo que apoie o câmbio provocado pela ação coletiva’, os líderes do movimento vestem os adornos e ostentam os símbolos da revolta para ganhar apoio e distinguir-se de seus inimigos” (Tarrow, 2004: 156; tradução própria).

executadas por aqueles movimentos. Conhecedores como poucos da geografia do altiplano, os *aymaras* são capazes de monitorar o movimento das tropas do exército mobilizadas para o desbloqueio – a retirada das pedras que impedem a passagem dos veículos– e, enquanto um ponto está sendo desbloqueado, outros já estão sendo semeados de pedras, caracterizando aquilo que Tarrow (2004) denomina de “recurso modular” e tornando o desbloqueio uma tarefa simplesmente infundável. Os comandos dados pelas autoridades originárias ecoam em todo o altiplano através das redes de comunicação *aymaras*, e somente eles são capazes de por fim a esse processo⁶⁵.

Frente a essa situação complexa de agravamento crescente das tensões, o descaso do governo era *sui generis*: enquanto a revolta crescia no altiplano, o presidente Sánchez de Lozada, aparentemente alheio a tudo, visitava o México para agilizar os trâmites do negócio bilionário do gás. A demanda que emanava das diferentes frentes mobilizadas era simplesmente ignorada pelo governo boliviano.

El Alto ainda assistiria a uma trégua quando, ao final de dois dias de uma bem sucedida paralisação geral decretada pela Fejuve, o *alcalde* decidiu pelo cancelamento dos formulários Maya/Paya. Segundo o relato de uma liderança local, “como o *alcalde* estava bloqueado por todos os lados, teve que aceitar e anular esse decreto. Tivemos essa conquista, mas o “*maya*” e “*paya*” nos custou duas semanas de paralisação” (depoimento, *vecino*, El Alto; tradução própria). Há uma análise sobre a importância daquele momento para a sequência das mobilizações: “Eu creio que o “*Maya-Paya*” foi a primeira experiência na qual El Alto reconhece seu poder de domínio territorial. Porque [...] em fevereiro de 2003 tu tens o *impuestazo* com Goni Sánchez de Lozada, mas foi uma organização muito mais espontânea: gente destruindo coisas nas ruas, saindo em grupos dispersos, sem uma organização. Porque [...] a medida de Sánchez de Lozada foi [promulgada] às oito da manhã, e as pessoas estavam nas ruas à uma, sem nenhuma organização, porque foi uma surpresa. Mas o tema de “*Maya-Paya*” foi um anúncio de tempos. [...] Então a Fejuve começa aí, pela primeira vez, a gerar comitês de organização. Do comitê executivo se enviavam delegados a cada distrito, ou seja, se distribuíam territorialmente para dar informação à gente de base, de distrito, dirigentes. [...] A ideia de bloquear o aeroporto, [...] a distribuição dos distritos para blo-

65 É importante destacar que o bloqueio de estradas também é uma forma de projeção do conflito para além da escala local onde o bloqueio efetivamente acontece. Suas consequências podem muitas vezes serem observadas em outros departamentos, ou mesmo em outros países, como, por exemplo, ao impedir a passagem do transporte rodoviário internacional de cargas.

quear todos os acessos à cidade de La Paz. É a primeira experiência de articulação territorial de luta” (depoimento, Poder Local, El Alto; tradução própria).

A mobilização no altiplano, porém, continuaria mesmo após a trégua *alteña*, e seria de lá que viria o início efetivo de um conflito sem tréguas, que só se encerraria quando uma das partes se desse por vencida.

2ª ETAPA: MASSACRE EM WARISATA E SOLIDARIEDADES NACIONAIS (19 DE SETEMBRO A 11 DE OUTUBRO DE 2003)

Enfrentamento e desencadeamento de lógica de guerra. Generalização do protesto a nível nacional, com profusão de solidariedades. Aumento do número de protagonistas com redução das demandas a um corpo mínimo e solidificado.

Na data em que ocorria a primeira manifestação nacional de solidariedade à mobilização anteriormente citada, com a formação, em Cochabamba, da Coordenadora Nacional de Defesa do Gás (movimento nos mesmos moldes e sob a mesma liderança da Coordenadora da Água), o bloqueio a um centro turístico do altiplano – e sua repressão por forças militares – dariam toda uma outra projeção àqueles conflitos.

A repressão a que se refere aqui se deu na municipalidade de Warisata, província de Omasuyos, vizinha ao município de Achacachi, região que tradicionalmente se apresenta como a mais aguerrida quando dos bloqueios determinados pelas autoridades originárias.

Achacachi cumpre um papel fundamental na mobilização aymara do altiplano andino, pois lhe dá um referente territorial para a formação de identidades e de auto-governo. Desde o ano 2000 a presença de autoridades estatais na cidade é intermitente, tendo sido expulsas em mais de uma oportunidade por ocasião de enfrentamentos entre forças *aymaras* e exército: “Achacachi e o altiplano se convertem assim em espaço de difusão dos discursos contra-hegemônicos *aymaras* para outras *markas* [...] que em termos de território é uma região muito extensa; o conflito social indígena, dessa maneira, se territorializa, [...] se socializa desde os espaços mais pequenos da vida social dos *ayllus* e comunidades” (Mamani, 2004: 49; tradução própria).

Naquele momento, com a vigência dos bloqueios, diversas localidades ficaram isoladas, sem possibilidade de comunicação terrestre com La Paz. Um dos lugares que se viu diante desta situação era Sorata, pequeno povoado paradisíaco localizado em um vale inter-cordilheirano, próximo à zona do lago Titicaca, ao qual se tem acesso após cruzar as cidades de Achacachi e, posteriormente, Warisata. Não há outras possibilidades de acesso ao local, pois este fica aos pés da

cordilheira, sendo ponto de partida comum para o turismo andino. Lá, cerca de mil turistas permaneceram bloqueados, sendo que destes, aproximadamente cem eram estrangeiros.

O operativo de resgate organizado pelo governo na noite do dia 19 de setembro e levado a cabo no dia seguinte, motivado por um pedido especial do embaixador estadunidense, sofreu resistência aguerrida, o que acarretou o uso (des)proporcional de força pelos militares que, ao cruzarem a localidade de Warisata, abriram caminho a tiros, enquanto outro contingente, aquartelado no regimento de Achacachi, vinha em seu socorro, bloqueando as duas entradas do povoado. O saldo foram três mortos entre os campesinos, um morto entre os militares, dezenas de feridos e a passagem “segura” da caravana⁶⁶.

O resultado para o governo não poderia ter sido mais trágico, não apenas por ter de lidar com as explicações pelas mortes e pela destruição encontrada em Warisata pelos repórteres que se deslocaram até lá –ambas situações que o governo negava, garantindo que a operação havia sido um êxito completo– mas, principalmente, pela reação que aquelas mortes desencadeariam.

A brutal repressão ocorrida no altiplano se fez ecoar em El Alto, como nos mostra um depoimento: “Havia uma solidariedade com companheiros das distintas províncias do setor do altiplano que estavam em um bloqueio de caminhos e posteriormente foram massacrados, com muitos mortos. E a indignação de El Alto: não podíamos estar à margem, porque muitos de nós viemos desses lugares, migramos desses lugares, então eram nossos próprios irmãos, tínhamos que estar com eles” (depoimento, *vecino*, El Alto; tradução própria).

O massacre de Warisata foi o fator-marco a partir do qual a mobilização ganharia escala nacional, com diferentes agremiações somando-se ao protesto. A diversidade de protagonistas que se somariam incluía diversas frentes sindicais (trabalhadores do setor de frigoríficos, professores, choferes), além de mobilizações das Centrais Obreras Regionais (COR) dos departamentos de Oruro, Beni e Tarija, e de convocatórias diárias da COB. As marchas multiplicaram-se em Cochabamba, sob um discurso que buscava articular as demais mobilizações que aconteciam nos diferentes pontos do país. Em Oruro, os mineiros partiram em marcha para apoiar as mobilizações em El Alto. No Chapare deflagrou-se a solidariedade do movimento *cocalero*, com bloqueio de estradas e consequente militarização da região. Marchas em apoio ao movimento ocorreram igualmente no departamento de Santa Cruz.

Os repertórios de mobilização *aymara* se viam em sua plenitude: generalização dos cabildos, em El Alto e no altiplano; as rádios comu-

66 Para um relato contundente daqueles acontecimentos ver Guzmán (2004).

nitárias, transmitindo em *aymara*, propagavam os bloqueios em todo o altiplano⁶⁷, atitude que era seguida também pelos *cocaleros* dos *yungas*, fechando um sítio completo à cidade de La Paz. Aqui cabe destacar que os bloqueios de estradas no altiplano e em outras regiões vizinhas à La Paz, em resposta às diretivas das lideranças *aymaras*, têm consequências nefastas para a sede do governo boliviano, pois são estas regiões que abastecem a cidade de produtos hortifrutigranjeiros. A escassez de alimentos começava a se fazer perceber nos mercados de La Paz, refletindo na alta dos preços dos alimentos e aumentando a intranquilidade. No altiplano, em face do ocorrido em Warisata, novas caravanas de resgate de turistas só tinham permissão de trânsito sob salvo-conduto assinado pelo mítico Felipe Quispe, o *mallku*, que havia decretado “estado de sítio *aymara*” em todo o altiplano, numa demonstração cabal da existência de poderes paralelos entre altiplano e o Estado boliviano⁶⁸. E as demandas agora se concentravam no rechaço a três pontos específicos: ALCA, Lei de Segurança Cidadã e exportação do gás.

A conjuntura não era favorável ao governo que, ainda assim, externava reações desencontradas: houve a entrega de tratores, com a intenção de refrear os ânimos de seus opositores, mas a recém formada coalizão governista mostrava sinais de fracasso, com ameaças da NFR de romper a aliança frente ao descalabro que se generalizava. O conflito atingia índices preocupantes à medida que o altiplano se via cada vez mais bloqueado e o governo, baseado nas prerrogativas de lei de segurança, usava da força e prendia manifestantes nos bloqueios. A repressão aos bloqueadores fazia com que mais e mais vezes se unissem aos protestos, multiplicando os atores envolvidos no processo, bem como o número de bloqueios e marchas. E com isso, as primeiras mortes ocorridas em decorrência de esforços de desbloqueio fizeram com que as *whipalas* fossem hasteadas com uma tarja negra.

Tentando desarticular o movimento, o governo exigia reuniões setoriais com os diferentes protagonistas, de forma a esvaziar a unificação das demandas. Mas eram crescentes os clamores pela Assembleia Constituinte e pela renúncia de Gonzalo Sánchez de Lozada. No começo de outubro as organizações *alteñas* decidiram por uma paralisação geral de prazo indefinido até que as demandas fossem escutadas. A participação dos *alteños* no protesto, ainda que pudesse não ter sido unânime em todos os setores da cidade, era suficiente para efetivamente inviabilizar

67 Para um levantamento específico sobre o trabalho das rádios comunitárias *aymara*, ver Condori Laruta (2003).

68 Aqui é, novamente, possível a associação àquilo que, segundo Sack (1986), é um dos mais emblemáticos elementos definidores de território: o controle do acesso a um determinado espaço.

os acessos à La Paz, onde a situação pelo desabastecimento era cada dia mais grave. Esse problema, em El Alto, era solucionado através das redes de solidariedade *aymara-vecinais*: “O sacrifício dos *vecinos* foi muito grande porque [...] muitas famílias não tinham [...] o que comer. Alguns, porém, tinham, então dentro disso se estabeleceu uma solidariedade muito ampla. Isto é: [...] se eu não tenho, alguém, talvez o *vecino*, tenha. Então lhe dava ao que não tinha. E em alguns lugares se fizeram as panelas comuns: [...] recolhiam todo tipo de alimentos [...] para fazer uma panela grande, ou uma sopa, e aí compartilhar entre [...] os que estavam nas barricadas, ou os que não tinham possibilidades de comida. Mas, também, muitas vezes nos demos conta de que em El Alto, como é migrante das províncias, [...] muitas famílias têm [...] sementeiras em suas comunidades, e em cada colheita recolhem algo de produto, *chuño*, *papa*. [...] Então isso também foi um meio de subsistência” (depoimento, *vecino*, El Alto; tradução própria)⁶⁹.

E foi exatamente um problema de desabastecimento, no caso o de combustíveis, que desencadeou o momento mais trágico e o epítáfio do governo Sánchez de Lozada. Ao ordenar, nos dias 11 e 12 de outubro, que um comboio militar escoltasse caminhões-tanque de gasolina para recomposição dos postos em La Paz, o governo daria início ao momento mais trágico de todo o processo. Prevendo a possibilidade de enfrentamentos, mas disposto a aceitar os riscos para garantir o abastecimento, o governo afiançaria o comboio através da emissão do Decreto Supremo 27209 (Gómez, 2004), cujo artigo terceiro previa indenizações às famílias dos “eventuais” mortos resultantes do operativo: “Acontece que o governo de Gonzalo Sánchez de Lozada emite um decreto supremo [...] no qual instrui às forças militares [...] a sair para reforçar a todos os departamentos em conflito, em especial na cidade de El Alto, para reprimir as pessoas e assegurar a dotação de combustível à cidade de La Paz. E um segundo parágrafo já os indica de que não se preocupem pelos danos que viessem a causar em vidas humanas, pois já estava previsto o ressarcimento das mortes que viessem a ocasionar. Com isso nos perguntamos: já havia uma autorização para matar as pessoas, já haviam posto um preço por cabeça que é de 55 mil bolivianos, que equivale quase a uns 6 mil dólares por

69 Situação a partir da qual podemos traçar uma analogia à análise de Tarrow quanto às solidariedades surgidas nas barricadas francesas: “Da mesma forma que a manifestação, a barricada tinha uma função interna além de uma externa. Quando se enfrentavam com tropas hostis ou guardas nacionais, os defensores de uma barricada se convertiam em camaradas, desenvolviam uma divisão do trabalho assumindo os papéis de lutadores, construtores e provedores e criavam redes sociais que uniriam de novo aos sobreviventes em futuros confrontos” (Tarrow, 2004: 73; tradução própria).

pessoa! E essa situação acabou por revoltar ainda mais as pessoas” (depoimento, *vecino*, El Alto; tradução própria).

3ª ETAPA: OUTUBRO NEGRO EM EL ALTO (11 A 16 DE OUTUBRO DE 2003)

Declaração de guerra, com generalização do protesto em escala nacional. Enfrentamento generalizado em El Alto. Repertório aymara de solidariedades e deflagração de solidariedades em escala internacional. Inviabilização do governo.

A operação deflagrada pelo governo para a escolta a um comboio de caminhões-tanque converteu-se num confronto desenfreado e de violência inaudita. Os militares abriram caminho à bala entre os bloqueios, num enfrentamento aberto onde se opuseram rifles e metralhadoras contra dinamites e pedras, com alguns requintes de sadismo nas perseguições bairro adentro aos *vecinos*, resultando em aproximadamente setenta mortes e inviabilizando definitivamente qualquer possibilidade de diálogo.

As diferentes demandas de todos os movimentos se reuniam agora em três: as duas primeiras, de caráter estrutural, exigiam a nacionalização do gás e a convocação de uma Assembleia Constituinte; a última, e que assumia a frente do discurso, exigia a renúncia de Sánchez de Lozada, que, tarde demais, ainda emitiria o Decreto Supremo 27210 propondo um referendo para a discussão de por onde se exportaria o gás: “O Governo Nacional determina que não se exportará o gás natural a novos mercados enquanto não se realizem consultas e debates sobre este recurso, devendo implementar-se para o efeito de forma imediata um processo de diálogo entre os bolivianos e com as organizações da sociedade civil, consultas e debates que deverão se concluir em 31 de dezembro de 2003” (Gómez, 2004: 99; tradução própria).

Porém, a recusa era unânime: “Que se vá! [...] [E] chegou de todas as partes o pedido de ‘que se vá’, porque o tema era: ‘não vamos negociar com um assassino’. O referendo era para decidir se ia pelo Chile ou pelo Peru, e [...] propunha falar de constituinte, mas [...] havia matado as pessoas, e não vamos negociar com um assassino. Então a negociação de ‘não ao gás pelo Chile’ se converte em ‘não negociamos com o assassino’” (depoimento, Poder Local; tradução própria).

O encerramento das possibilidades de diálogo deixava espaço apenas à ação direta: “Os *hermanos* [...] aí estavam discutindo, debatendo, [...] e nós [...] entramos para dizer ‘já basta de discurso, não estamos em época de conscientização, a conscientização já acabou.

Começamos a lutar, é época de guerra, [...] estamos lutando, e nessa luta temos que ver onde vamos ir bloquear, o que vamos fazer” (depoimento, estudante, El Alto; tradução própria).

A ação tornada geral, com o apoio massivo dos bairros periféricos de La Paz, bairros estes formados a partir da mesma origem *aymara* de El Alto, estrangulava o governo que veria, em poucos dias, desfazer-se as coalizões e apoios que lhe davam sua frágil estabilidade. Os bloqueios se multiplicaram por todos os departamentos, inviabilizando inclusive as comunicações via terrestre com os países vizinhos. Até mesmo a Câmara Agropecuária do Oriente, organização de empresários agrários mais poderosa do país, lançou críticas ao massacre de El Alto.

Mas não só em território boliviano aconteceram as manifestações. O país cuja pobreza já expulsou milhões de habitantes, também se territorializa no exterior⁷⁰. As manifestações em decorrência do massacre também tiveram lugar em Buenos Aires, principal comunidade boliviana no exterior, onde alguns milhares de bolivianos se manifestaram na Plaza de Mayo e em frente à embaixada do país⁷¹.

As manifestações cresciam espontaneamente, movidas pelo ressentimento e pelo clamor por dignidade: “Ao dizer dignidade, ou ao dizer soberania, no sentido das lutas que houveram aqui, houve ressentimento, porque ninguém pode aceitar que uma pessoa morra injustamente, e à parte, a forma de organizar-se se baseou em que ninguém os convocou. Para que alguém os convocasse tinha que haver um líder, mas nesse momento [...] já não haviam líderes. As pessoas estavam conscientes, já era o momento de dizer ‘basta de saqueios’, basta de [...] que outras pessoas venham e saquem o que é nosso. Já é o momento de que nós façamos a industrialização de nossos hidrocarbonetos para nós” (depoimento, *vecino*, El Alto; tradução própria).

Acosado e sem apoios internos ou externos que lhe assegurassem a permanência no governo, o presidente Gonzalo Sánchez de Lozada renunciaria à presidência na noite do dia 16 de outubro, viajando no

70 Assim como as embaixadas de um país no exterior são consideradas parte de seu território, consideramos que a apropriação de espaços para o protesto por grupos de bolivianos “exilados” também é amostra de uma territorialidade que se reflete além de suas fronteiras de origem.

71 “Um dos organizadores, que revelou que os milhares de compatriotas haviam respondido a uma autoconvocatória feita através de rádios comunitárias, disse que ‘isto é para demonstrar que os mais de um milhão de bolivianos que vivem na Argentina estão com seu povo neste momento tão difícil’. ‘Estamos muito doloridos pelos assassinatos de nossos irmãos e queremos que o presidente renuncie’, afirmou a um dos jornalistas. ‘Tivemos que deixar nosso país porque fomos praticamente deportados pela pobreza gerada por tanta corrupção’, destacou uma mulher que quis identificar-se somente como Rosa e agregou que ‘o que queremos é que o gás se industrialize na Bolívia, porque isso cria trabalho que é o que nos faz falta’” (Página/12, 2003; tradução própria).

dia seguinte para os Estados Unidos, país onde residiu em sua infância e adolescência e onde vive hoje, molestado de tempos em tempos pelos pedidos de extradição exigidos por organizações de vítimas do massacre de El Alto e pelo atual governo boliviano.

Aquela vitória expressiva faria com que o presidente que assumiu o governo após a renúncia de Lozada, Carlos D. Mesa, se comprometesse à realização, no ano seguinte, de um plebiscito nacional onde se debateriam as questões relativas à exploração do gás. Seria a partir dos resultados do plebiscito, realizado em 18 de julho de 2004, que seria redigida a *Ley de Hidrocarburos* N° 3058, sancionada em maio de 2005 já sob a presidência de Eduardo Rodriguez Veltzé. Esta lei recuperava os hidrocarbonetos em “boca de poço” para o Estado boliviano. Além disso, decretava a necessidade de adaptação de todos os contratos de exploração de gás natural — vigentes e futuros — a um novo regime tributário onde se previa uma tributação de 50% sobre o total produzido, representando um incremento frente aos 18% exigidos na lei aprovada em 1996 sob a presidência de Sánchez de Lozada. Uma vitória nacional conquistada com sangue *alteño*, mas que se destinaria em boa parte aos departamentos produtores, uma vez que a maior parte dessa arrecadação (32% sobre o total) se dava a título do recém criado IDH (Impuesto Directo a los Hidrocarburos), a ser administrado pelas prefeituras departamentais⁷².

72 O IDH é o mesmo imposto sobre o qual deflagrou-se intenso conflito entre o atual governo boliviano e as atuais prefeituras dos departamentos produtores, em razão da criação do *Renta Dignidad*, uma pensão vitalícia de Bs. 200,00 para todos os maiores de 60 anos, cujo pagamento é financiado através de recursos do IDH. O que poderia ser considerado uma forma de redistribuição de recursos com destinação em especial às regiões mais pobres do país — as mesmas que lutaram efetivamente contra o saqueio dos recursos hidrocarboníferos — sofreu violento rechaço nos departamentos conservadores da chamada “Meia-Lua”, gerando conflitos intensos que quase levaram o país à guerra civil no segundo semestre de 2008.

CONCLUSÕES

“Mas [...] acontece que outros estrangeiros vêm e querem nacionalizá-lo para eles. E nos dão as migalhas, e nos fazem pagar mais. Então esse é o tipo de dignidade [...] que fizemos: um câmbio em nossa cidade, e através disto se somaram outros países. Que a consciência, que a dignidade que El Alto criou, seja para a consciência dos demais povos e também a consciência dos demais países. É o momento de dizer basta!”

(Depoimento, *vecino*, El Alto; tradução própria)

A proposta inicial deste trabalho baseava-se numa premissa: a da importância da questão territorial para o atual perfil de mobilizações sociais encontradas na Bolívia, tomando as práticas de territorialidade –entendidas como as práticas de apropriação do espaço em sentido amplo, e dentro delas reconhecendo a importância das formas culturais de apropriação do espaço– como práticas contra-hegemônicas de re-existência.

O que vimos ao longo destas páginas foi um exercício de observação e análise do perfil de um conjunto de mobilizações, tanto em seu sentido discursivo quanto no de ação, para embasar o proposto nessa premissa, e a partir daí pensarmos numa forma de classificação desse perfil de mobilização social que pudesse dar conta de todas as condições expressas através da ação destes movimentos, para o que assumimos a proposta contida no conceito de movimentos sócio-territoriais.

Recordemos a proposta de Mançano Fernandes, que afirma que “os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, espacializam-se e promovem espacialidades. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização” (Mançano Fernandes, 2005: 279).

Concordamos, a partir do até aqui apresentado, com a afirmativa de Chávez (2006) de que na Bolívia as estruturas de mobilização estão baseadas nas estruturas organizativas, e aqui complementamos: estruturas organizativas territoriais. Ou seja: as formas de apropriação do espaço, e as práticas que sobre ele se dão, são tomadas como os referenciais para a ação coletiva. Isso pode parecer bastante óbvio quando nos referimos a movimentos tais como CONAMAQ/CONSAQ, ou mesmo às *juntas vecinales*, uma vez que estes são formas de organização que partem diretamente do referente territorial como eixo comum de associação. Mas é nossa interpretação de que, mais do que simplesmente constituírem-se tendo como referência algum tipo de associação territorial em sentido estrito, estes movimentos diferenciam-se pelo fato de basearem seu repertório discursivo e de ação nas práticas de uma territorialidade alterna, contra-hegemônica.

Existe assim uma contraposição de projetos que não fica restrita à mera alternância entre formas distintas de ordenamento territorial, ainda que estas possam estar em jogo — o que fica explícito em especial na demanda por uma nova constituição política do Estado que reconheça as estruturas territoriais originárias em condição de igualdade com as formas de ordenamento herdadas do projeto colonial. Mas nossa preocupação aqui se dá em especial com a ideia subjacente, que buscamos enfatizar ao longo deste trabalho, de que o território é o resultado de uma visão de mundo, o que significa que o reconhecimento daquelas territorialidades implica no reconhecimento de toda uma forma de existência subjugada ao longo de séculos de exploração colonial. Tomando-se como referência as esferas da colonialidade pensadas por Quijano — colonialidade do poder, do saber e do ser — é justo que pensemos numa colonialidade do território¹, e na necessidade de descolonização deste como chave para a descolonização das demais esferas. Permitir, como tem sido a demanda, o reconhecimento da institucionalidade do *ayllu* é, ao mesmo tempo, conferir o reconhecimento a todo o conjunto de relações que compõem o ser do homem andino.

Bonnemaison (2005) nos fala em seu trabalho sobre as comunidades da Melanésia, e cita o fato de que os Tanna, no arquipélago de Vanuatu, conquistaram antes a sua liberdade cultural para posteriormente conquistar sua liberdade política. Cremos que aí reside uma estratégia importante a ser considerada, ainda que, é verdade, possivelmente mais direcionada a espaços que tenham sofrido o processo de colonização sem o extermínio da população colonizada, espaços consequentemente marcados pela relação de colonialidade

1 Ver Castillo Méndez (2008).

entre as formas de pensamento, onde a re-afirmação da cultura originária demonstra o ímpeto coletivo de rompimento com os laços da colonialidade.

No que diz respeito à questão das *juntas vecinales*, há uma óbvia transposição ao meio urbano de outras culturas organizacionais. No caso do município de El Alto, ali se re-territorializam diferentes memórias organizativas, de longa (originárias) e de curta (sindicais) duração. Neste sentido, a questão territorial reveste-se de maior importância por ser uma instância na qual é possível reconhecermos presentes tanto a dimensão étnica quanto a dimensão classista daquele contexto, não assumindo nem descartando nem uma nem outra enquanto âmbitos exclusivos de análise. Díaz-Polanco (2004) nos recorda da importância da referência a estes dois âmbitos de análise no que diz respeito às sociedades latino-americanas, uma vez que é impossível que tracemos um perfil no qual qualquer uma delas se encontre isolada ou ausente. Se em algum momento houveram exercícios de interpretação da realidade boliviana (mesmo, por extensão, da latino americana) que priorizavam a dimensão classista da sociedade em detrimento da questão étnica –ou vice-versa– o equívoco residia em especial na consideração de uma imutabilidade essencial da dimensão priorizada, uma propriedade metafísica, fosse essa característica aplicada ao proletariado, fosse ela aplicada aos grupos étnicos. Mas ambas as dimensões (etnia e classe) são constituídas através de processos históricos, e no caso das sociedades vitimadas pela colonização, influenciam-se mutuamente. Sendo assim, a questão a que Díaz-Polanco nos chama a atenção é para a necessária percepção da dimensão étnica presente na constituição de classe, e da dimensão classista presente na constituição do grupo étnico. Lembremos aqui a concepção de Thompson de formação de classe, conforme apresentada por Meiksins Wood: “O princípio teórico e metodológico básico do projeto histórico de Thompson é que as determinações objetivas –a transformação das relações de produção e das condições de trabalho– jamais se impõem sobre ‘alguma indefinida e indiferenciada matéria-prima da humanidade’, impõem-se, pelo contrário sobre seres históricos, os portadores dos legados históricos, das tradições e dos valores” (Meiksins Wood, 2003: 86).

Chamamos a atenção a este tema ao pensarmos a gênese da ação social em El Alto. Se muitas das determinações objetivas da ação ali presentes são relativas a questões estruturais –portanto passíveis de uma análise classista– vimos ao longo deste trabalho que é inegável que há todo um conjunto de determinações subjetivas que se manifestam enquanto questões de etnicidade, através de formas específicas de relação e de características culturais comuns. As *juntas vecinales* nos

mostram que frente às necessidades estruturais colocaram-se repertórios culturais, que re-territorializaram em meio urbano as estruturas sócio-territoriais originárias andinas.

Assim, agrupamos alguns elementos presentes em todo este processo, cujo destaque consideramos necessário à intenção de melhor compreendê-lo:

- a. em relação à questão étnico-classista há, em primeiro lugar, que se destacarem determinadas questões que são estruturais da Bolívia, e que não são encontradas em outros contextos, que são as questões oriundas das especificidades do processo colonial vivido naquele país. A permanência de estruturas sociais distintas em convivência direta porém não harmoniosa, mencionada anteriormente como condição multisocietal e/ou *abigarrada*, acarreta sobre o mundo andino consequências negativas, como o fato de sua dificuldade de acesso a um universo dominado hegemonicamente pela sociedade de matriz ocidental, que é aquele onde se concentram os poderes político-institucional e econômico. Mas ao mesmo tempo, as desvantagens desse mundo ocidentalizado, que dia a dia prima cada vez mais por estratégias individualistas e pela perda do senso de comunidade, são os trunfos que a sociedade andina carrega consigo como memória de longa duração. As distintas lógicas de compreensão da vida e das relações sociais permitem aos andinos um maior senso de solidariedade e de responsabilidade mútua para com seus companheiros que logram construir redes de apoio e mobilização em dimensões que são impensáveis sob outras lógicas;
- b. ao resgatar a política do isolamento de instituições fechadas e excludentes para o calor das relações cotidianas, aqueles movimentos lograram, também, criar um grau de conscientização que faz com que praticamente todos se vejam como partícipes dos processos vigentes. A política institucional viu perder a cada dia mais a sua credibilidade, dado que apostou na insensibilidade, nas articulações de ocasião, no descaso para com as demandas populares. Esse descrédito faz com que setores da sociedade –ao menos os setores desprivilegiados, populares– passem a apostar de forma mais direta na autogestão, nas práticas políticas de democracia plebiscitária e direta;
- c. a isto, soma-se a questão da multiplicidade de poderes, ou soberanias múltiplas, explícitas, por exemplo, nos conflitos em que os *mallkus* definem as ações no altiplano, mostrando que

- uma parte significativa daquela sociedade tem sua lealdade depositada naquelas lideranças originárias;
- d. o conhecimento fundamental do território enquanto recurso estratégico é fundamental à ação destes movimentos, fato explicitado nos bloqueios do altiplano, e na própria posição singular em que se encontra a cidade de El Alto. Não à toa, o movimento recente pela chamada *capitalía* buscava transladar a sede do governo a Sucre, certamente na intenção de afastá-la da *urbe alteña* e de sua capacidade de mobilização;
 - e. as diferenças de projetos entre os setores conservador e popular, onde o primeiro ansiava por uma inserção submissa no mercado internacional de recursos energéticos, desconhecendo as demandas internas e as memórias de longa duração dos processos históricos vividos pelo país, denotando uma aceitação sem questionamentos da lógica neoliberal, enquanto os segundos reivindicavam uma administração soberana dos recursos naturais do território boliviano.
 - f. a nítida existência de uma perspectiva transescalar nas mobilizações observadas. As demandas, ainda que surgidas localmente, lançam questionamentos que encontram eco em espaços distintos, através de uma rede de articulações formadas seja pelos processos migratórios, seja em razão das articulações sistêmicas que se projetam sobre o território boliviano.

A observação em detalhe dos avanços obtidos na chamada Guerra do Gás nos mostra a força do movimento enquanto multidão, um “movimento dos movimentos’, [...] uma nova configuração dos processos de organização de sujeitos democráticos capazes de expressar potência política” (Negri, 2003: 148)².

2 Ainda que reconheçamos que a proposta conceitual de forma multidão associa-se, à princípio, à ideia de “desterritorialização social” (García Linera, 2001), consideramos que sua inserção numa análise que toma o território como referência central não é contraditória. Para isso é necessário estabelecermos uma visão crítica do processo de des-territorialização, pois “mais do que a perda ou desaparecimento dos territórios, propomos discutir a complexidade dos processos de re-territorialização em que estamos envolvidos, construindo territórios muito mais múltiplos ou, de forma mais adequada, tornando muito mais complexa nossa multiterritorialidade. Assim, a des-territorialização seria uma espécie de ‘mito’, incapaz de reconhecer o caráter imanente de [multi] territorialidade na vida dos indivíduos e dos grupos sociais” (Haesbaert, 2008: 19). Não há des-territorialização sem re-territorialização, por isso des-re-territorialização. Na própria análise de García Linera sobre a *Coordinadora del Agua* nos mostra que essa organização “reune a outras formas territoriais, urbanas, juvenis e camponesas em torno a objetivos claros e mediante

O esforço de luta demonstrado nas ruas de El Alto é uma lição da força das gentes mobilizadas, da importância da conscientização diária e cotidiana, do reconhecimento da importância do resgate das lógicas comunitárias. O reconhecimento das estruturas organizacionais andinas a partir da aprovação de uma nova Constituição Política do Estado demonstra a efetividade das lutas traçadas ao longo dos últimos anos, e abre as portas para a realização do “inédito-viável”, que segundo Freire “é [...] algo que o sonho utópico sabe que existe mas que só será conseguido pela práxis libertadora; [...] o “inédito-viável” é na realidade uma coisa inédita, ainda que não claramente conhecida e vivida, mas sonhada e quando se torna um “percebido destacado” pelos que pensam utopicamente, esses sabem, então, que o problema não é mais um sonho, que ele pode tornar-se realidade” (Freire, 1992: 206-207).

Uma re-construção do Estado boliviano reconhecendo sua diversidade societal, tal como expresso naquele que é, talvez, o principal símbolo de uma apropriação diferenciada do espaço, onipresente nas mobilizações que marcaram o país nos últimos anos: a *whipala*, “que é um símbolo que recuperamos: a equidade, os complementários das cores, a complementaridade dos quadrinhos. Que ninguém deve ser o maior nem o menor. É a mensagem de ser equitativos e complementários” (depoimento, *mallku*, CONSAQ; tradução própria).

mecanismos de deliberação democrática característicos dos setores populares como as assembleias locais e os cabildos” (2001).

BIBLIOGRAFIA

- Albó, Xavier 2002 *Pueblos indios en la política* (La Paz: CIPCA).
- Albó, Xavier 2004 “222 años después: la convulsionada Bolivia multiétnica” en *Artículo Primero: Revista de Debate Social y Jurídico* (Santa Cruz: CEJIS) Año VIII, Nº 16, abril.
- Alentejano, Paulo R. R. 2006 “Os movimentos sociais rurais e a teoria geográfica” en *Anais XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária* (Rio de Janeiro) Vol. 1.
- Allen, John 2003 *Lost Geographies of Power* (Oxford: Blacwell Publishing).
- Anderson, Benedict 1989 *Nação e Consciência Nacional* (São Paulo: Ática).
- Andolina, Robert; Radcliffe, Sarah y Laurie, Nina 2005 “Gobernabilidad e Identidad: Indigeneidades Transnacionales en Bolivia” en Dávalos, Pablo (comp.) *Pueblos indígenas, Estado y democracia* (Buenos Aires: Clacso).
- Athayde, Phydia de 2007 “Vidas em Trânsito” *Carta Capital* (São Paulo) 14 de março, pp. 14-17.
- Banco Mundial 2000 *Cities in Transition: Executive Summary — A Strategic View of Urban and Local Government Issues* (Washington: The World Bank) en <www-wds.worldbank.org/

- external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2000/05/25/00094946_00051005302084/Rendered/PDF/multi_page.pdf>. Acessado em 2/12/2008.
- Banco Mundial 2002 *Empowerment and Poverty Reduction: A Sourcebook* (Washington: The World Bank) em <<http://siteresources.worldbank.org/INTEMPowerment/Resources/486312-1095094954594/draft2.pdf>>. Acessado em 2/12/2008.
- Barnadas, Josep Maria 1978 “Apuntes para una historia Aymara” em *Cuadernos de Investigación CIPCA* (La Paz: CIPCA) Vol. 6.
- Bauman, Zygmunt 2005 *Vidas desperdiçadas* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.).
- Berque, Augustin 1998 “Paisagem-Marca, Paisagem Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural” em Corrêa, Roberto Lobato; Rosendhal, Zeny (orgs.) *Paisagem, Tempo e Cultura* (Rio de Janeiro: EdUERJ).
- Bobbio, Norberto 2006 *Nem com Marx, nem contra Marx* (São Paulo: UNESP).
- Bonnemaison, Joël 2005 *Culture and Space: Conceiving a New Cultural Geography* (Londres: I. B. Tauris).
- Borón, Atilio 2004 “Vigencia o no de la toma del poder en el marco de un proyecto emancipador”, Ponência apresentada nas “Jornadas de Filosofia Política”, Facultad de Filosofia, UNAM, 3 de maio.
- Brito, Angela Xavier de e Leonardos, Ana Cristina 2001 “A identidade das Pesquisas Qualitativas: Construção de um Quadro Analítico” em *Cadernos de Pesquisa* (São Paulo: Fundação Carlos Chagas) Nº 113.
- Buci-Glucksmann, Christine 1980 *Gramsci e o Estado* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Castillo Méndez, Iván 2008 Descolonización territorial, del sujeto y la gobernabilidad (Ciudad de Guatemala: Universidad Rafael Landívar) em <www.scribd.com/doc/10465160/Ivan-Castillo-Mendez-Descolonizacion-territorial-del-sujeto-y-la-gobernabilidad>. Acessado em 18/12/2008.
- Ceceña, Ana Esther 2005 “Estratégias de construção de uma hegemonia sem limites” em Ceceña, Ana Esther (org.) *Hegemonias e emancipações no século XXI* (Buenos Aires: Clacso). Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cece2PT/03_cecena.pdf>. Acessado em 26/6/2008.

- CEDIB — Centro de Documentación e Información Bolivia 2005 *Datos sobre la gestión de los recursos naturales* (Cochabamba: CEDIB) Vol. 2.
- Certeau, Michel de 2008 (1990) *A invenção do cotidiano* (Petrópolis: Vozes).
- Chávez, Marxa 2006 “Sobre los ‘movimientos sociales’ en Bolivia: Autonomía/autoorganización y su relación con el Estado” em Chávez, Marxa et al. *Sujetos y formas de la transformación política en Bolivia* (La Paz: Tercera Piel).
- Choque, María Eugenia e Mamani, Carlos 2003 “Reconstitución del Ayllu y Derechos de los Pueblos Indígenas: El Movimiento Indio en los Andes de Bolivia” em Ticona Alejo, Esteban (comp.) *Los Andes desde Los Andes* (La Paz: Yachaywasi).
- Claval, Paul 1999 “O Território na Transição da Pós-Modernidade” em *Geographia* (Niterói: UFF) Ano I, Nº 2, p 8-26.
- CONAMAQ — Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu 2004 *Rumbo a la Asamblea Constituyente — Por un Estado Plurinacional* (Chuquiago Marka-Qullasuyu: CONAMAQ).
- Condori Laruta, Genaro R. 2003 “Experiencias Comunicacionales de la Asociación de Radioemisoras Aimaras de La Paz” em Ticona Alejo, Esteban (comp.) *Los Andes desde Los Andes* (La Paz: Yachaywasi).
- Costa Arduz, Rolando 2003 “Qué hacer con el meso en Bolivia — Propuestas de medidas previas” em *La descentralización que se viene* (La Paz: FES-ILDIS/Plural).
- Costa, Ruth 2005 “Índio não quer Petrobrás” em *Veja* (São Paulo) Nº 1937, 28 de dezembro. Disponível em <http://veja.abril.com.br/281205/p_058.html>.
- Díaz-Polanco, Héctor 2004 *El canon Snorri* (México DF: UCM).
- Dupas, Gilberto 1999 *Economia Global e Exclusão Social* (São Paulo: Paz e Terra).
- Duvignaud, Jean 1986 *A Solidariedade* (Lisboa: Instituto Piaget).
- Enzensberger, Hans Magnus 2003 *Elementos para uma teoria dos meios de comunicação* (São Paulo: Conrad).
- Estermann, Josef 2006 *Filosofía andina* (La Paz: ISEAT).
- Finot, Iván 2003 “El proceso boliviano de descentralización” em *La descentralización que se viene* (La Paz: FES-ILDIS / Plural).
- Freire, Paulo 1992 *Pedagogia da Esperança* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Freire, Paulo e Shor, Ira 1986 *Medo e Ousadia* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).

- Galeano, Eduardo 2006 Ponencia presentada en la Plaza de los Héroes en ocasión de la transmisión de mando al presidente Evo Morales Ayma, La Paz, 22/1/2006.
- García Linera, Álvaro (org.) 2005 *Sociología de los movimientos sociales en Bolivia* (La Paz: Plural Editores).
- García Linera, Álvaro 2000 “La muerte de la condición minera del siglo XX: la marcha minera por la vida” en García Linera, Álvaro; Gutiérrez, Raquel; Prada, Raúl e Tapia, Luis *El retorno de la Bolivia plebeya* (La Paz: Muela del Diablo / Comuna).
- García Linera, Álvaro 2001 “Multitud y comunidad. La insurgencia social en Bolivia” em *Chiapas* (México DF) N° 11.
- García Linera, Álvaro 2002 “El ciclo estatal neoliberal y sus crisis” em García Linera, Álvaro; Gutiérrez, Raquel; Prada, Raúl e Tapia, Luis *Democratizaciones Plebeyas* (La Paz: Muela del Diablo / Comuna).
- Garfias, Sandra y Mazurek, Hubert 2005 *El Alto, desde una perspectiva poblacional* (La Paz: CODEPO / IRD).
- Gohn, Maria da Glória 2008 *Novas Teorias dos Movimentos Sociais* (São Paulo: Loyola).
- Gómez, Luis 2004 *El Alto de pie — Una insurrección aymara en Bolivia* (La Paz: Textos Rebeldes).
- González Casanova, Pablo 2006 “Colonialismo Interno” em Borón, Atilio A.; Amadeo, Javier e González, Sabrina *La teoría marxista hoy. Problemas y perspectivas* (Buenos Aires: Clacso). Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxis/P4C2Casanova.pdf>>. Acessado em 30/9/2008.
- González Casanova, Pablo 2006 “Colonialismo Interno” em Borón, Atilio A.; Amadeo, Javier e González, Sabrina *La teoría marxista hoy. Problemas y perspectivas* (Buenos Aires: Clacso). Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxis/P4C2Casanova.pdf>>. Acessado em 30/9/2008.
- Guzmán, Gustavo 2004 “Warisata vestida de muerte” em *Artículo Primero — Revista de Debate Social y Jurídico* (Santa Cruz: CEJIS) Año VIII, N° 16, abril de 2004.
- Haesbaert, Rogério 1999 “Identidades Territoriais” em Rosendahl, Zeny y Corrêa, Roberto Lobato (orgs.) *Manifestações da Cultura no Espaço* (Rio de Janeiro: EdUERJ).
- Haesbaert, Rogério 2004 *O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil).
- Haesbaert, Rogério 2008 “Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade” em *A emergência da multiterritorialidade*:

- a resignificação da relação do humano com o espaço* (Canoas: EdULBRA; Porto Alegre: EdUFRGS).
- Harvey, David 2004 *Espaços de Esperança* (São Paulo: Loyola).
- Heidrich, Álvaro Luiz 2000 *Além do Latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho* (Porto Alegre: EdUFRGS).
- La Razón* 2008 (La Paz) 6 de agosto.
- Lefebvre, Henry 2006 *O direito à cidade* (São Paulo: Centauro).
- Lopes de Souza, Marcelo José 1986 “Espaciologia: uma objeção” em *Anuário do Instituto de Geociências* (Rio de Janeiro: UFRJ).
- Lopes de Souza, Marcelo José 1995 “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento” em Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo César da Costa e Corrêa, Roberto Lobato *Geografia: Conceitos e Temas* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil).
- Mamani, Pablo 2004 *El rugir de las multitudes* (La Paz: Yachaywasi).
- Mamani, Pablo 2005a *Geopolíticas indígenas* (La Paz: CADES).
- Mamani, Pablo 2005b *Microgobiernos barriales* (La Paz: CADES / IDIS-UMSA).
- Mançano Fernandes, Bernardo 2005 “Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais” em *Osal* (Buenos Aires: Clacso) Año VI, Nº 16, enero-abril. Disponível em <http://osal.clacso.org/dev/article.php3?id_article=117>. Acessado em 26/7/2007.
- Mariátegui, José Carlos 2005 *Por um socialismo indo-americano* (Rio de Janeiro: UFRJ).
- Martínez David, Isabel Cristina 2003 *Jueces de paz: gestores de convivencia y justicia comunitaria* (Medellín: IPC — Instituto Popular de Capacitación). Serie Cartillas IPC, em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/colombia/ipc/jueces.pdf>>. Acessado em 10/12/2008.
- Meiksins Wood, Ellen 2003 (1995) *Democracia contra Capitalismo* (São Paulo: Boitempo).
- Melucci, Alberto 2001 *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas* (Petrópolis: Vozes).
- Mignolo, Walter 2003 *Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar* (Belo Horizonte: EdUFMG).
- Moraes, Antonio Carlos Robert 2000 *Bases da formação territorial do Brasil — o território colonial brasileiro no “longo” século XVI* (São Paulo: Hucitec).

- Morales, Freddy 2001 “Boliviano’: un insulto en el Gran Buenos Aires” em *Pulso Semanario* (La Paz) 29 de junho a 5 de julho, pp. 14-15.
- Mouffe, Chantal 2007 *En torno a lo político* (Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica).
- Negri, Toni 2003 *Cinco lições sobre o Império* (Rio de Janeiro: DP&A).
- Ordóñez Cifuentes, José Emilio Rolando 2007 *Derecho Indígena en Mesoamérica: caracterización epistemológica y axiológica* (Ciudad de Guatemala / México DF: Universidad de San Carlos / UNAM).
- Página/12 2003 (Buenos Aires) 16 de outubro, em <www.pagina12.com.ar/imprimir/diario/elmundo/4-26865-2003-10-16.html>. Acessado em 12/12/2008.
- Pickerill, Jenny y Chatterton, Paul 2006 “Notes towards autonomous geographies: creation, resistance and self-management as survival tactics” em *Progress in Human Geography* (Thousand Oaks) Nº 30, pp. 730-746.
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter 2002 “Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades” em *La Guerra Infinita: Hegemonía y terror mundial* (Buenos Aires: Clacso) em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena/porto.pdf>>. Acessado em 29/6/2008.
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter 2003 “A Geograficidade do Social: Uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina” em Seoane, José (comp.) *Movimientos Sociales y Conflicto en América Latina* (Buenos Aires: Clacso).
- Pulso Semanario* 2003a (La Paz) Ano 4, Nº 208, 1 a 7 de agosto.
- Pulso Semanario* 2003b (La Paz) Ano 4, Nº 209, 8 a 14 de agosto.
- Pulso Semanario* 2003c (La Paz) Ano 4, Nº 212, 29 de agosto a 4 de setembro.
- Quijano, Aníbal 2000a “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina” em Lander, Edgardo (comp.) *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas* (Buenos Aires: Clacso) <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/quijano.rtf>>. Acessado em 4/6/2008.
- Quijano, Aníbal 2000b “Colonialidad del poder y clasificación social” em *Journal of World-Systems Research* (Binghamton: State University of New York) VI, 2, summer/fall 2000, 342-386. Special Issue: Festschrift for Immanuel Wallerstein, Part I.

- Quiroga T., José Antonio 2003 “Descentralización y reconfiguración territorial de Estado boliviano” em *La descentralización que se viene* (La Paz: FES-ILDIS / Plural).
- Raffestin, Claude 1993 *Por una geografía do poder* (São Paulo: Ática).
- Ribeiro, Darci 1986 *América Latina: A Pátria Grande* (Rio de Janeiro: Guanabara).
- Rivera Cusicanqui, Silvia 2003 (1984) “*Oprimidos pero no vencidos*”: *luchas del campesinado aymara y qhechwa 1900-1980* (La Paz: Aruwiyiri / Editorial del Taller de Historia Oral Andino-THOA).
- Rivera Cusicanqui, Silvia 2006 “Chhixinakax utxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores” em Yupi, Mario (comp.) *Modernidad y pensamiento descolonizador. Memoria del Seminario Internacional* (La Paz: U-PIEB / IFEA).
- Rojas Pierola, Ramiro 2006 “Estados, territorialidades y etnias andinas: lucha y pacto en la construcción de la nación boliviana”, Tesis de Doutorado, Rio de Janeiro.
- Sack, Robert David 1986 *Human Territoriality: Its Theory and History* (Cambridge: University Press).
- Sautu, Ruth; Boniolo, Paula; Dalle, Pablo e Elbert, Rodolfo 2005 *Manual de metodología. Construcción del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología* (Buenos Aires: Clacso) Colección Campus Virtual. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/metodo/RSCapitulo%201.pdf>> Acessado em 30/9/2008.
- Sousa Santos, Boaventura de 2008a *Conocer desde el Sur* (Buenos Aires / La Paz: Clacso / CIDES-UMSA / Plural).
- Sousa Santos, Boaventura de 2008b Estados plurinacionales y constituyentes. Agencia Latinoamericana de Información. Disponível em <<http://alainet.org/active/23957>>. Acessado em 30/9/2008.
- Stefanoni, Pablo 2003 “El nacionalismo indígena como identidad política: La emergencia del MAS-IPSP (1995-2003)”. Informe final do concurso: “Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe”. Programa Regional de Becas Clacso. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2002/mov/stefanoni.pdf>>.
- Tapia, Luis 2002a “Movimientos sociales, movimiento societal y los no lugares de la política” em Gutiérrez, Raquel; García Linera, Álvaro; Prada, Raúl e Tapia, Luis *Democratizaciones plebeyas* (La Paz: Muela del Diablo).

- Tapia, Luis 2002b *La producción del conocimiento local* (La Paz: Muela del Diablo).
- Tapia, Luis 2007 “Gobierno multicultural y democracia directa nacional” em García Linera, Álvaro; Tapia Mealla, Luis e Prada Alcoreza, Raúl *La transformación pluralista del Estado* (La Paz: Muela del Diablo / Comuna).
- Tarrow, Sidney 2004 (1998) *El poder en movimiento* (Madrid: Alianza).
- Temple, Dominique 2003 *Las estructuras elementales de la reciprocidad* (La Paz: TARI / Carrera de Antropología y Arqueología — UMSA / Plural).
- Thiolent, Michel 1998 *Metodologia da pesquisa-ação* (São Paulo: Cortez).
- Tilly, Charles 1978 *From Mobilization to Revolution* (New York: Random House, Inc).
- Uño Acebo, Liborio 2001 *Nacionalismo Originario Democrático desde los Andes* (La Paz: CEDPOR).
- Urenda D., Juan Carlos 2003 “La descentralización político-administrativa departamental: una reforma perentoria miopemente postergada” em *La descentralización que se viene* (La Paz: FES-ILDIS / Plural).
- Vainer, Carlos B. 2002 “As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?” em *Cadernos IPPUR* (Rio de Janeiro: UFRJ) N° 2001-2/2002-1, pp. 13-32.
- Yampara Huarachi, Simón 2001 *El Ayllu y la Territorialidad en los Andes: Una aproximación a Chambi Grande* (El Alto: QAMÁN PACHA CADA/UPEA).

